

LEONARDO BARBOSA OLIVEIRA

**AGROECOLOGIA E AGÊNCIA EM TERRITÓRIOS: O POLO AGROECOLÓGICO  
E DE PRODUÇÃO ORGÂNICA DA ZONA DA MATA MINEIRA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientadora: Maria Alice Fernandes Corrêa Mendonça.

Coorientador: Lucas Magno.

VIÇOSA - MINAS GERAIS

2023

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

O48a  
2023  
Oliveira, Leonardo Barbosa, 1996-  
Agroecologia e agência em territórios: o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata Mineira / Leonardo Barbosa Oliveira. – Viçosa, MG, 2023.  
139 f.: il. (algumas color.).

Inclui anexo.

Orientador: Maria Alice Fernandes Corrêa Mendonça.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Economia Rural, 2023.

Inclui bibliografia.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2024.244>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Agroecologia - Zona da Mata (MG : Mesorregião).
  2. Trabalhadores rurais - Zona da Mata (MG : Mesorregião).
  3. Movimentos sociais -Zona da Mata (MG : Mesorregião).
- I. Mendonça, Maria Alice Fernandes Corrêa, 1984-.  
II. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Economia Rural. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural.  
III. Título.

CDD 22. ed. 577.55

LEONARDO BARBOSA OLIVEIRA

**AGROECOLOGIA E AGÊNCIA EM TERRITÓRIOS: O POLO AGROECOLÓGICO  
E DE PRODUÇÃO ORGÂNICA DA ZONA DA MATA MINEIRA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 01/08/2023

Assentimento:

Documento assinado digitalmente



**LEONARDO BARBOSA OLIVEIRA**

Data: 12/07/2024 13:09:36-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Leonardo Barbosa Oliveira  
Autor

Documento assinado digitalmente



**MARIA ALICE FERNANDES CORREA MENDONCA**

Data: 12/07/2024 16:19:25-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Maria Alice Fernandes Corrêa Mendonça  
Orientadora

À rede de agroecologia da Zona da Mata e aos protagonistas do Polo Agroecológico  
e de Produção Orgânica.

## **AGRADECIMENTOS**

A minha família, em especial os meus pais, Jaqueline Barbosa e José Arnaldo e minha irmã Letícia, por sempre me apoiarem em tudo, inclusive ao sair de casa para morar em outro estado. Não teria chegado até aqui sem todo o suporte que vocês me deram.

Ao meu companheiro, Gabriel Campelo, por dividir diariamente todas as angústias e alegrias que a pós-graduação pode proporcionar. Obrigado por estar presente em todos os momentos desse trabalho, do início ao fim.

Aos meus amigos e amigas, os antigos e novos, que fizeram o mestrado ser algo mais humano e descontraído, compartilhando coletivamente os anseios e as conquistas.

Aos meus orientadores, Maria Alice e Lucas Magno, por toda a confiança depositada e orientação durante o tempo de desenvolvimento da pesquisa.

A todo o movimento agroecológico da Zona da Mata de Minas Gerais e suas organizações e sujeitos, que me receberam e me acolheram, possibilitando o desenvolvimento da pesquisa e trocas bastante enriquecedoras.

À Universidade Federal de Viçosa, ao Programa de Pós-graduação em Extensão Rural e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudos.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Eixos e metas do Plano Regional do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata Mineira	27
Figura 2 - Mapa de localização da Zona da Mata Mineira com os municípios onde se deu o estudo desta pesquisa em destaque	40
Figura 3 - Mapa de localização da Zona da Mata de Minas Gerais	55
Figura 4 - Municípios da Zona da Mata Mineira a pesquisa de campo foi realizada	57
Figura 5 - Esquema representativo das categorias de atores sociais envolvidos em processos de territorialização do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica a partir dos dados coletados nesta pesquisa	71
Figura 6 - Municípios dos atores sociais que estiveram envolvidos nas atividades acompanhadas durante a pesquisa	72
Figura 7 - Mesorregiões de abrangência territorial do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica a partir desta pesquisa	73
Figura 8 - Atividades da rede de agroecologia e do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica onde foi realizada observação participante	74
Figura 9 - Bandeiras com pautas e reivindicações do movimento agroecológico ornamentando o I Encontro Presencial do SPG Floriô	76
Figura 10 - Atividades no II Seminário Regional “Terra, território, água e espiritualidade na Zona da Mata Mineira, em Divino	79
Figura 11- Reunião do Conselho Cooperativo do CTA-ZM	81
Figura 12 - Sistematização do grupo de trabalho “Terra e Território” e “Produção”, na Reunião do Conselho Cooperativo do CTA-ZM	82
Figura 13 - Mapa de localização da Zona da Mata de Minas Gerais	96
Figura 14 - Municípios da Zona da Mata Mineira a pesquisa de campo foi realizada	97
Figura 15 - Cartaz de divulgação produzido pela Comissão Regional de Luta e Enfrentamento à Mineração na Serra do Brigadeiro	107
Figura 16 - Observação participante na COOPAF, em Muriaé	110
Figura 17 - Feira Agroecológica e Cultural da Violeira, em Viçosa	113
Figura 18 - Produtos agroecológicos com selo do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica na em Viçosa e em Divino	114

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Diretrizes do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata Mineira	25
Quadro 2 – Caracterização dos informantes-chave	37
Quadro 3 – Materiais utilizados na revisão de literatura	58
Quadro 4 - Atividades em que foram aplicadas a observação participante durante a pesquisa	60
Quadro 5 - Sistematização dos atores do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata Mineira e seus respectivos municípios, de acordo com dados desta pesquisa	67
Quadro 6 - Atividades em que foram aplicadas a observação participante durante a pesquisa	98
Quadro 7 – Caracterização dos informantes-chave	101
Quadro 8 - Municípios, atores sociais e agenciamentos na territorialização do Polo	104

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA - Associação Brasileira de Agroecologia  
ANA - Articulação Nacional de Agroecologia  
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CBA - Companhia Brasileira de Alumínio  
CBA - Congresso Brasileiro de Agroecologia  
CEBs - Comissões Eclesiais de Base  
CEIFAR - Centro de Estudo, Integração, Formação e Assessoria Rural da Zona da Mata  
CEP - Comitê de Ética em Pesquisa  
COOPAF - Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar Solidária  
COOPERAR/UFV - Núcleo de Pesquisa e Extensão em Cooperativismo, Agricultura Familiar e Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural  
CPT - Comissão Pastoral da Terra  
CTA-ZM - Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata  
CUIA - Grupo de Estudos sobre Natureza, Cultura e Alimento  
ECOA - Núcleo de Educação do Campo e Agroecologia  
EIV - Estágio Interdisciplinar de Vivência  
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais  
FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura  
FAPEMIG - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais  
FBB - Fundação Banco do Brasil  
FEAB - Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil.  
FETAEMG - Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de Minas Gerais  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IFSUDESTE - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais  
ITCP - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares  
MAB - Movimento dos Atingidos e Atingidas por Barragens  
MAM - Movimento pela Soberania Popular na Mineração  
MAPA - Ministério do Abastecimento e Pecuária  
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar  
MEC - Ministério da Educação  
MOBON - Movimento Boa Nova  
MST - Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra  
NEAP - Núcleo de Estudos em Agroecologia Puri  
ONGs - Organizações Não-Governamentais  
ONU - Organização das Nações Unidas.  
OPAC - Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica  
PAA-UFV - Programa de Aquisição de Alimentos da Universidade Federal de Viçosa  
PDRI - Programa de Desenvolvimento Rural Integrado da Zona da Mata  
PEAPO - Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica  
PESB - Parque Estadual da Serra do Brigadeiro  
PLANAPO - Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica  
PNAPO - Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica  
PRA - Programa Residência Agrária  
ProExt - Programa de Extensão Universitária  
PT - Partido dos Trabalhadores  
REDE SAPOQUI - Rede de Saberes dos Povos Quilombolas  
REMA - Rede de Mutirões Agroecológicos

SFA-MG - Superintendência Federal de Agricultura de Minas Gerais  
SisOrg - Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica  
SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural  
SPG - Sistema Participativo de Garantia  
STRs - Sindicatos de Trabalhadores Rurais  
TICs - Tecnologias da Informação e da Comunicação  
UC - Unidade de Conservação  
UFC - Universidade Federal do Ceará  
UFV - Universidade Federal de Viçosa

## RESUMO

OLIVEIRA, Leonardo Barbosa, M.Sc; Universidade Federal de Viçosa, agosto de 2023. **Agroecologia e agência em territórios: o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata Mineira.** Orientadora: Maria Alice F. C. Mendonça. Coorientador: Lucas Magno.

A Zona da Mata de Minas Gerais, mais especificamente o entorno da Serra do Brigadeiro, é uma importante região para o estado e o Brasil como um todo. Rica em biodiversidade e com uma abundância de recursos naturais, este espaço começou a ser explorado há muito tempo, num processo que perdura até hoje. Entretanto, apesar de sua imensa força, a agricultura familiar e a agroecologia foram sendo construídas e consolidadas nos próprios territórios pelos próprios atores que ali viviam. Nesse sentido, na década de 1980, a partir do contexto de forte organização sócio-territorial na Zona da Mata, surge o movimento agroecológico da região. Colocando como centralidade o debate da agroecologia e entendendo-a enquanto movimento, ciência e prática, os diversos atores/agentes (agricultores/as familiares, sindicalistas, professores/as, estudantes, organizações, entidades, Estado, universidades) procuram ter coesão em suas estratégias para o fomento da agricultura familiar e a agroecologia no território. É nesse sentido que, em 2018, é instituído o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata mineira, como forma de reconhecimento “oficial” do movimento agroecológico da região pelo Estado. Entretanto, passados quase quatro anos da Lei, o Polo ainda parece distante da base. A partir da revisão de literatura, análise documental, observação participante em atividades de campo e entrevistas semiestruturadas nos municípios de Divino, Muriaé e Viçosa, identificamos cerca de 90 atores (individuais e coletivos) distribuídos em 21 municípios, abarcando uma área de abrangência que ultrapassa os limites territoriais da região da Zona da Mata. Estes atores, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), o Sistema Participativo de Garantia (SPG) Floriô, as feiras agroecológicas, dentre outros, são os que estão dando materialidade à política pública a partir da sua capacidade de agência em seus respectivos territórios.

**Palavras-chave:** agroecologia; agência; Zona da Mata mineira; territorialização; atores sociais.

## ABSTRACT

OLIVEIRA, Leonardo Barbosa, M.Sc; Federal University of Viçosa, August, 2023. **Agroecology and agency in territories: the Agroecological and Organic Production Hub of Zona da Mata Mineira.** Advisor: Maria Alice F. C. Mendonça. Co-advisor: Lucas Magno.

The Zona da Mata region of Minas Gerais, specifically the surroundings of Serra do Brigadeiro, is an important area for the state and Brazil as a whole. Rich in biodiversity and abundant in natural resources, this space has been explored for a long time, a process that continues to this day. However, despite its immense strength, family farming and agroecology were built and consolidated in the territories themselves by the actors who lived there. In this sense, in the 1980s, from the context of strong socio-territorial organization in Zona da Mata, the agroecological movement of the region emerged. Placing the debate on agroecology at the center and understanding it as a movement, science, and practice, the various actors (family farmers, unionists, teachers, students, organizations, entities, state, universities) seek to have cohesion in their strategies to promote family farming and agroecology in the territory. It is in this sense that, in 2018, the Agroecological and Organic Production Hub of Zona da Mata Mineira was established, as a form of "official" recognition of the agroecological movement in the region by the State. However, nearly four years after the Law, the Hub still seems distant from the grassroots. Through literature review, documentary analysis, participant observation in field activities, and semi-structured interviews in the municipalities of Divino, Muriaé, and Viçosa, we identified about 90 actors (individuals and collectives) distributed in 21 municipalities, covering an area that exceeds the territorial limits of the Zona da Mata region. These actors, such as the Pastoral Land Commission (CPT), the Center for Alternative Technologies of Zona da Mata (CTA-ZM), the Participatory Guarantee System (SPG) Floriô, agroecological fairs, among others, are the ones giving materiality to public policy based on their agency in their respective territories.

**Keywords:** agroecology; agency; Zona da Mata Mineira; territorialization; social actors.

## SUMÁRIO

<b>TRAJETÓRIA DO PESQUISADOR</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO GERAL</b>	<b>15</b>
1 INTRODUÇÃO	15
2 O POLO AGROECOLÓGICO E DE PRODUÇÃO ORGÂNICA DA ZONA DA MATA MINEIRA	19
3 QUESTÕES DE PESQUISA E OBJETIVOS	26
4 ABORDAGENS TEÓRICO-CONCEITUAIS	27
4.1 Agricultura familiar, agroecologia e agência	27
4.2 Território(s), territorialidade(s) e territorialização	31
5 PERCURSO METODOLÓGICO	34
5.1 Coleta dos dados	34
5.2 Análise dos dados	37
5.3 Breve caracterização da área do estudo	39
REFERÊNCIAS	40
<b>CAPÍTULO 2 - “O POLO SOMOS NÓS”: IDENTIFICANDO E LOCALIZANDO ATORES SOCIAIS CONSTITUINTES DO POLO AGROECOLÓGICO E DE PRODUÇÃO ORGÂNICA DA ZONA DA MATA MINEIRA”</b>	<b>50</b>
1 INTRODUÇÃO	51
2 PERCURSO METODOLÓGICO	55
2.1 Caracterização da área do estudo	55
2.2 Revisão de literatura	58
2.3 Observação participante	60
2.4 Análise documental	62
2.5 Análise dos dados	63
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	64
3.1 Quem são e onde estão os atores sociais do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata Mineira	64
4 CONCLUSÃO	84
REFERÊNCIAS	85
<b>CAPÍTULO 3 - “DE PERTO MESMO”: ATORES SOCIAIS E AGÊNCIA EM TERRITÓRIOS DO POLO AGROECOLÓGICO E DE PRODUÇÃO ORGÂNICA DA ZONA DA MATA MINEIRA</b>	<b>95</b>
1 INTRODUÇÃO	96
2 PERCURSO METODOLÓGICO	98
2.1 Caracterização da área do estudo	98
2.2 Observação participante	101
2.3 Análise documental	103
2.4 Entrevistas semiestruturadas	103
2.5 Análise dos dados	104
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	106

	12
3.1 Atores sociais e agenciamentos na territorialização do Polo Agroecológico identificados em Divino, Muriaé e Viçosa	106
3.1.2 A Comissão Regional de Luta e Enfrentamento à Mineração na Serra do Brigadeiro e a Comissão Pastoral da Terra (CPT)	108
3.1.3 A Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar Solidária (COOPAF) e as feiras agroecológicas	112
3.1.4 A Universidade Federal de Viçosa (UFV), o Centro Tecnológico de Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) e o SPG Floriô	118
4 CONCLUSÃO	124
REFERÊNCIAS	126
<b>CAPÍTULO 4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>136</b>
<b>ANEXO A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA</b>	<b>139</b>

## **TRAJETÓRIA DO PESQUISADOR**

Antes de apresentar a pesquisa desenvolvida durante o curso de Mestrado em Extensão Rural na Universidade Federal de Viçosa (UFV), gostaria de discorrer brevemente sobre a minha trajetória enquanto profissional e acadêmico vindo de uma outra realidade.

Falo outra realidade porque sou engenheiro agrônomo popular formado pela Universidade Federal do Ceará (UFC), curso que iniciei no segundo semestre de 2015. Dentro da universidade, tive acesso a um mundo de possibilidades e oportunidades.

Logo quando ingressei no curso, fui me aproximando do Centro Acadêmico e da Federação Brasileira de Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), marcando o início da minha trajetória acadêmica e política. Paralelamente a isso, ainda em 2015, começo a integrar o Laboratório de Bioquímica e Fisiologia de Frutos Pós-colheita de forma voluntária. Durante um ano, essa experiência contribuiu para a minha “imersão” no mundo acadêmico, visto que colocava em prática alguns conhecimentos aprendidos teoricamente durante as aulas.

Já em 2016, passo a compor oficialmente a gestão do Centro Acadêmico Dias da Rocha, do curso de Agronomia da UFC e a FEAB Ceará, entidades de suma importância na minha formação pessoal e profissional, me apresentando o movimento estudantil. Nessa aproximação, ainda em 2016, inicio minha trajetória no Levante Popular da Juventude, movimento social popular de juventudes que tem como horizonte a transformação da sociedade a partir da organização desses sujeitos. Foi na atuação no movimento estudantil e social que descobri meu papel social enquanto ser humano e futuro profissional das ciências agrárias, alguém capaz de transformar realidades coletivamente.

Em 2018, ingressei no Programa Residência Agrária (PRA-UFC), criado em 2004 em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) a partir da reivindicação dos movimentos sociais do campo no estado do Ceará com o objetivo de propor ações conjuntas e articuladas com a universidade. No PRA-UFC, os estudantes desenvolvem pesquisas e estudos junto às comunidades e assentamentos rurais do interior do Ceará. Essas ações foram e são de grande importância para os estudantes das ciências agrárias da UFC, pois proporcionam uma maior aproximação com a realidade do campo, o que não é possível somente com as aulas nos departamentos da universidade. A agroecologia e a educação do campo são alguns dos pilares que sustentam o Programa, sendo como uma espécie de refúgio no meio do Centro de Ciências Agrárias da UFC.

Além do trabalho de extensão universitária desenvolvido no PRA-UFC, também tive a oportunidade de produzir trabalhos, apresentando-os em congressos regionais e nacionais, como os congressos da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER) e o Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA). Nesse mesmo ano, concomitantemente à minha atuação no PRA-UFC, também passo a compor o Grupo Agroecológico da UFC (GAUFC), um grupo de extensão que, juntamente com PRA-UFC, também trabalham numa perspectiva contra-hegemônica dentro do Centro de Ciências Agrárias da UFC.

Outro marco na minha formação pessoal e profissional foi participar do V Estágio Interdisciplinar de Vivência (EIV) no estado do Ceará. Foram cerca de trinta dias intensos de formação sócio-política e de vivências em assentamentos da reforma agrária no interior do estado. No EIV, pude refletir de forma ainda mais profunda sobre o meu papel no mundo e o que queria ser enquanto futuro engenheiro agrônomo. Todas essas experiências contribuíram para a pessoa que sou hoje e refletiram grandemente no meu futuro após concluir a graduação.

Essa minha breve trajetória na academia e também fora dela, foi o que me motivou a chegar onde estou hoje, no mestrado em Extensão Rural na Universidade Federal de Viçosa pesquisando o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica. O que me encanta os olhos é andar do lado daqueles que são os verdadeiros protagonistas da nossa história: os trabalhadores e trabalhadoras, os movimentos sociais, suas práticas e modos de vida, que ao longo das décadas, vêm resistindo a todos os ataques daqueles que são vistos como os “mais poderosos”.

Ao chegar em Viçosa, fui apresentado a uma outra realidade e fui, aos poucos, me aproximando do ambiente em que a pesquisa se daria. Participei de reuniões, eventos, li diversos materiais sobre a Zona da Mata de Minas Gerais e, sobretudo, tive a oportunidade de trocar experiência com as pessoas da região, um processo desafiador mas bastante empolgante. Meu objetivo e compromisso enquanto pesquisador é ser mais um aliado junto a esses sujeitos historicamente marginalizados, utilizando do local privilegiado em que me encontro, a universidade, para endossar os processos de luta e enfrentamento desses atores. Mas não só isso, contribuir na disseminação de uma ciência mais engajada e próxima do real, do concreto. Uma ciência que de fato exerça seu papel social.

## CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO GERAL

### 1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas vem emergindo cada vez mais nas esferas da sociedade discussões sobre um modelo de agricultura que não se limite apenas a fatores produtivos e econômicos. Foi-se percebendo que o modo de produção agrícola estabelecido durante o período conhecido como Revolução Verde era e é insustentável<sup>1</sup> (BALSAN, 2006; PETERSEN *et al.*, 2009; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017).

Ao redor de todo o mundo, sobretudo nos países da *periferia do capitalismo mundial* (SVAMPA, 2020), como na América Latina, a agricultura moderna foi sendo imposta em detrimento das inúmeras outras formas de fazer agricultura que os povos originários desenvolveram durante milênios. A agricultura moderna, ao substituir e ignorar a importância da natureza<sup>2</sup> no funcionamento e regulação dos sistemas agroalimentares pelo uso de elementos externos, resultou em uma forte desconexão do homem e da mulher com as suas práticas agrícolas e com a própria natureza (BALSAN, 2006; ESCOBAR, 2008; PETERSEN *et al.*, 2009).

A modernização agrícola, portanto, resulta em uma série de contradições e problemáticas ambientais, sociais, econômicas e culturais já amplamente conhecidas e denunciadas pela sociedade civil, seja através de pesquisas acadêmico-científicas, seja pela atuação de movimentos sociais populares (OLDEMAN, 1994; PIMENTEL, 1997; HERRIGAN *et al.*, 2002; COUPE *et al.*, 2007; HEINEMANN, 2007; MENTEN, 2009). Por outro lado, é também a partir dessas contradições e da ação dos atores que outras propostas emergem e dão nome e forma aos diversos modos de fazer agricultura, para além do pacote da modernização. Corroborando com a discussão, Krenak (2019) afirma que os “quase-humanos” são os mais afetados. Os “quase humanos”, para o autor, seriam os atores

---

<sup>1</sup> Aqui nos referimos à agricultura moderna como modelo de agricultura caracterizado pela adoção ao “pacote tecnológico” advindo do processo de modernização da agricultura. Tem como umas das principais características o cultivo de monoculturas, o uso de fertilizantes e produtos químicos, sementes geneticamente modificadas, alta mecanização. A Revolução Verde seria, então, o ápice desse processo de modernização do campo, que teve início no meio da década de 1940, com o fim da Segunda Guerra Mundial, mas que teve seu auge durante as décadas de 1960 e 1970 (BALSAN, 2006; PETERSEN *et al.*, 2009; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017).

<sup>2</sup> Não sendo entendida apenas como um conjunto de elementos bucólicos ou intocáveis, como a água, o ar, o solo, as plantas, os animais, mas também como uma entidade detentora de uma dinâmica própria que engloba e tem uma imbricada relação com todos os seres (DIEGUES, 2001).

sociais historicamente escamoteados, como os agricultores camponeses, os povos indígenas, os quilombolas, os negros e negras, as mulheres.

Porto-Gonçalves (2004), Pinto e Mignolo (2015) e Escobar (2008; 2015) refletem como, apesar da força e pressão desproporcional exercida pela modernidade, sobretudo nos povos e territórios originários e no meio rural, modernidades alternativas (ESCOBAR, 2008) são possíveis. Os autores trazem como exemplo as populações camponesas, que, ao interagirem com a natureza de outras maneiras, vão estabelecendo e consolidando complexas formas dinâmicas de interação e intervenção em seus territórios, na tentativa de re-existir, preservando suas tradições, culturas e modos de vida. Nesse sentido, a questão agrária latino-americana e, mais especificamente, a brasileira é acirrada e se complexifica cada vez mais, envolvendo múltiplos atores sociais e pautas, mesmo que em intensidades diferentes.

Nesse sentido, a agroecologia emerge e consolida-se a partir do final da década de 1980 como um paradigma contra-hegemônico, que propõe dar suporte à diversidade de vida e modos de fazer agricultura no campo. Compreendemos, assim, que ela tem sido reivindicada e disputada por um conjunto de atores sociais (organizações, instituições, universidades, movimentos sociais) como uma ciência, uma disciplina científica, como prática e como movimento social, podendo assumir diferentes escalas, desde uma mais restrita (um cultivo local, por exemplo) a uma mais ampla (como o sistema agroalimentar). Destacamos, ainda, que não existe apenas “uma” agroecologia, pois esta é praticada levando em consideração as particularidades de cada lugar, à medida em que é praticada nos espaços pelos atores sociais, podendo assumir diferentes expressões, dimensões e recortes (WEZEL, 2009; WEZEL *et al.*, 2020; ROSSET, 2021; HALISKI, 2021). No Brasil, por exemplo, é possível observar inúmeras experiências de atores sociais em agência<sup>3</sup> organizados a partir da agroecologia e suas práticas.

No estado de Minas Gerais, especificamente em alguns municípios da Zona da Mata mineira, a agroecologia tem sido, nos últimos quarenta anos, uma das pautas centrais e que dão liga e sustentação ao heterogêneo conjunto de atores sociais da agricultura familiar camponesa. Desde a década de 1980, a partir da organização social inicialmente fomentada pelas Comissões Eclesiais de Base (CEBs) e pelos Sindicatos de Trabalhadores e

---

<sup>3</sup> De acordo com Long (2001), Giddens (2003) e Arce e Long (2007), a agência humana se refere à capacidade de realizar coisas de forma reflexiva pelos atores sociais, não sendo apenas uma “vontade”. Nesse sentido, o ator social é imbuído de uma habilidade de processamento de experiências e de formulação de respostas às perturbações sentidas. Ou seja, está relacionada à capacidade do ator social em modificar o mundo à sua volta.

Trabalhadoras Rurais (STRs), tem se conformado uma rede de agroecologia. Essa rede é constituída por uma diversidade de atores sociais, como trabalhadores e trabalhadoras rurais, agricultores e agricultoras familiares, organizações não-governamentais, sindicatos rurais, instituições de ensino e pesquisa, movimentos sociais, estudantes, professores e professoras, setores progressistas da Igreja Católica e do Estado e mandatos parlamentares. Essa rede tem sua origem nos movimentos por “agriculturas alternativas” que emergiram naquela época, como resposta da sociedade civil organizada frente às consequências negativas do processo de modernização da agricultura numa porção da Zona da Mata Mineira, mais especificamente nos arredores da Serra do Brigadeiro, território de intensos conflitos socioambientais e políticos (CTA-ZM; BONFIM, 2006; SILVA, 2012; IORIO; MAGNO, 2019; MALERBA, 2022).

Como resultado desse amplo movimento de agência dos atores sociais, agenciamentos foram sendo produzidos ao longo dos anos. Mais sindicatos e organizações não-governamentais, como o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) foram fundados, grupos de ensino, pesquisa e extensão ligados à Universidade Federal de Viçosa (UFV) como o Núcleo de Educação do Campo e Agroecologia (ECO) e a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) emergiram nos espaços acadêmicos, projetos e programas foram financiados pelo governo federal, feiras agroecológicas e solidárias passaram a ser organizadas nos municípios, grandes encontros intermunicipais surgiram, como a Troca de Saberes e os Intercâmbios Agroecológicos, etc (CARDOSO; FERRARI, 2006; SCHMITT, 2016; OLIVEIRA *et al.*, 2018; SILVA, 2022), constituindo assim a rede de agroecologia da Zona da Mata Mineira.

Compreendemos que esse conjunto de atores, coletivos e individuais, mobilizam projetos comuns, a partir e em torno da agroecologia, e desse modo produzem o que estamos denominando, embasado em literatura especializada, de agenciamentos<sup>4</sup> (GIDDENS, 1993; LONG, 2001; ARCE; LONG, 2007) e, dessa forma, fazem com que, atualmente, essa rede encontre capilaridade em alguns municípios pela Zona da Mata de Minas Gerais, como Divino, Muriaé e Viçosa. Com o acúmulo de força social e política nesses e em outros territórios, agenciamentos vão sendo produzidos e ativados pelos atores sociais na busca de formular estratégias que contribuam com suas ações e práticas. Berg (2020) e Netto (2021) ressaltam que a rede agroecológica da Zona da Mata Mineira é bastante consolidada e

---

<sup>4</sup> De acordo com Giddens (1993), Long (2001) e Arce e Long (2007), entende-se por agenciamentos como as estratégias desenvolvidas pelos múltiplos atores sociais a partir de sua capacidade de agência.

articulada em diversas esferas – social, política, econômica, cultural, ambiental e economicamente – garantindo uma certa coesão entre seus atores sociais e agenciamentos.

É nesse sentido que, em 2018, mesmo em um cenário desfavorável<sup>5</sup> para as classes populares, a região da Zona da Mata Mineira foi instituída como Polo Agroecológico e de Produção Orgânica através da Lei nº 23.207 de autoria do então deputado estadual Rogério Correia, do Partido dos Trabalhadores (PT). Resende (2020), Berg (2020) e Netto (2021) ressaltam que a institucionalização do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica na Zona da Mata Mineira representou uma espécie de reconhecimento do Estado a um já consolidado processo histórico de construção da agroecologia em territórios dessa região. Assume-se, então, o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica como um agenciamento produzido pela rede agroecológica da Zona da Mata Mineira, que a partir de “fissuras”<sup>6</sup> (HOLLOWAY, 2013) identificadas, foi e é ativado por essa rede, mediante a força, coesão social e capacidade de agência dos atores sociais que o constitui.

Entretanto, passados aproximadamente cinco anos da promulgação da chamada “Lei do Polo”, nos pareceu ser um ponto interessante de investigação aprofundar o entendimento de como o Polo Agroecológico tem sido compreendido e materializado pelos diversos atores que o compõem. A este processo estamos chamando de “territorialização do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata de Minas Gerais”. O II Seminário Regional “Terra, Território, Água e Espiritualidade na Zona da Mata Mineira”, realizado em setembro de 2022 na comunidade Carangolinha de Cima, em Divino, no estado de Minas Gerais, deixou isso evidente. No encontro, que contou com a participação da própria comunidade, como também de estudantes, professores/as, movimentos sociais populares, organizações não-governamentais, representantes de mandatos populares e da Igreja Católica, uma das discussões centrais era sobre a importância do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica para aquele território, no entorno da Serra do Brigadeiro.

---

<sup>5</sup> Desde 2016, com o golpe sofrido pela ex-presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), o Brasil vinha enfrentando uma série de retrocessos em todas as áreas. Todo esse cenário foi agravado em 2018, com a eleição de Jair Bolsonaro, então do Partido Social Liberal (PSL), que chegava ao governo federal com uma agenda ultraliberal. Como resultado, por exemplo, houve um desmonte sistemático de políticas públicas voltadas para a agroecologia e a agricultura familiar brasileira (SCANTIMBURGO, 2018; CARDOSO JR., 2019; MATTA *et al.*, 2021).

<sup>6</sup> De acordo com Holloway (2013), as fissuras (*cracks*) são entendidas como espaços de resistência e formulação de estratégias alternativas às práticas hegemônicas capitalistas desenvolvidas dentro e contra o próprio capitalismo. Nesse sentido, o autor argumenta sobre a importância da criação e expansão dessas fissuras como processos de organização política, social e popular para a construção e fortalecimento de outros modos de vida.

O que nos instiga são os diversos questionamentos e reflexões que esses atores fazem, assim como o fizeram no Seminário em Divino, em torno de buscar compreender e sedimentar: *o que é e quem é o Polo, afinal?; como esse Polo, que é lei, ganha vida e toma forma nas realidades vividas das comunidades?* É a partir desta problemática concreta e por uma demanda que emerge dos próprios territórios que esta pesquisa se debruça.

Estruturalmente, esta dissertação está subdividida em quatro capítulos. Este, que é o primeiro capítulo, a Introdução Geral, será feito um apanhado geral da pesquisa, sendo apresentado o problema e questões de pesquisa, assim como os objetivos. Também neste capítulo serão apresentadas as abordagens teórico-conceituais mobilizadas durante este estudo, assim como os aspectos metodológicos referentes à coleta e análise dos dados. Os capítulos segundo, terceiro e quarto representam os resultados da pesquisa. O segundo tem como objetivo identificar e localizar atores sociais que estão territorializando o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica a partir de suas agências na rede agroecológica no contexto dos municípios de Divino, Muriaé e Viçosa. No terceiro capítulo o objetivo foi destacar os principais atores sociais identificados na pesquisa e seus agenciamentos que vão ao encontro da territorialização do Polo em Divino, Muriaé e Viçosa. O quarto e último capítulo apresenta as considerações finais deste estudo.

A seguir, apresentamos, uma breve caracterização da constituição do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica, destacando como a rede de agroecologia da Zona da Mata Mineira através da agência dos atores sociais, possibilitou sua criação e confere sustentação a esse agenciamento produzido pela(s) rede(s). Em seguida, apresentamos as questões e objetivos da pesquisa, as abordagens teórico-conceituais e o percurso metodológico.

## **2 O POLO AGROECOLÓGICO E DE PRODUÇÃO ORGÂNICA DA ZONA DA MATA MINEIRA**

Institucionalizado em 2018 através da Lei nº 23.207 (MINAS GERAIS, 2018), de autoria do então deputado estadual Rogério Correia, do Partido dos Trabalhadores (PT-MG), o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata Mineira tem sua gênese muito antes desse marco legal. Para Resende (2020) e Netto (2021) a institucionalização do Polo em 2018 remete às origens da rede agroecológica da Zona da Mata Mineira na década de 1980, formada a partir da influência de movimentos de agriculturas alternativas que

emergiram, primeiramente, em algumas universidades brasileiras durante as décadas de 1960 e 1970. Desse contexto, no âmbito acadêmico, destaca-se a criação dos primeiros grupos de agricultura alternativa, como o Grupo Alfa de Estudos em Ecologia e o Grupo de Agricultura Alternativa de Viçosa (GAAV), ligados à Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Durante a década de 1980, nas comunidades rurais, os movimentos por uma agricultura alternativa se deram, principalmente, junto às organizações de agricultores e agricultoras familiares e sindicatos rurais, que por sua vez tinham o apoio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Da articulação entre os estudantes recém-formados, membros dos grupos da UFV, com as organizações da agricultura familiar camponesa, é fundado, em 1987, o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) (SCHMITT, 2016; SILVA, 2022).

O CTA-ZM é uma organização não-governamental e tinha como proposta inicial a identificação, sistematização e disseminação de tecnologias alternativas aos “pacotes tecnológicos” oriundos da modernização agrícola a partir das práticas tradicionais da agricultura familiar camponesa da Zona da Mata mineira (CARDOSO; FERRARI, 2006). Seus trabalhos ocorrem em parceria com os sindicatos rurais, organizações da agricultura familiar camponesa, movimentos sociais populares e a UFV, compreendendo a importância da articulação entre os saberes científicos e os saberes populares para a construção da Agroecologia (CARDOSO *et al.*, 2009; SILVEIRA; RAMOS, 2018).

Na década de 1990, destacam-se as primeiras iniciativas para a construção do Núcleo de Educação do Campo e Agroecologia (ECO) na UFV, assim como os primeiros projetos aprovados e financiados por agências de fomento, como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e a Fundação Ford. Nesse período, destaca-se também a concepção e realização do primeiro Estágio Interdisciplinar de Vivência (EIV), organizado pelo movimento estudantil-agroecológico (SILVEIRA; RAMOS, 2018) da UFV, influenciado pela Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), entidade nacional de caráter acadêmico-político que representava todos/as os estudantes de agronomia do país. Os EIVs são interessantes estratégias voltadas para estudantes das ciências agrárias com o objetivo de proporcionar experiências agroecológicas em territórios da agricultura familiar camponesa, aproximando-os das realidades do mundo rural contemporâneo brasileiro (OLIVEIRA *et al.*, 2018).

Na primeira metade dos anos 2000, destaca-se a criação do Programa TEIA, geralmente financiado por recursos federais vindos através do Programa de Extensão Universitária (ProExt), vinculado ao Ministério da Educação (MEC). Com projetos de extensão universitária pautadas nos princípios da Agroecologia, o Programa TEIA ao longo da sua existência, tem organizado atividades e encontros envolvendo estudantes, técnicos e técnicas, professores e professoras, agricultores e agricultoras familiares, organizações não-governamentais e movimentos sociais populares, com destaque para os Terreiros Culturais e as Trocas de Saberes, realizadas anualmente na UFV. No processo de agenciamento dessas atividades pelos atores sociais, uma série de metodologias foram criadas e outras reinventadas, como as Instalações Artístico-Pedagógicas, os Círculos de Cultura, os Intercâmbios Agroecológicos e as Caravanas Agroecológicas, uma importante contribuição para o movimento agroecológico do país, uma vez que essas metodologias têm sido replicadas e adaptadas nos territórios (ALVES *et al.*, 2011; ZANELLI, 2015; OLIVEIRA *et al.*, 2018).

Contudo, desde 2016, como corrobora Cardoso Jr. (2019), o país vem vivenciando por uma série de retrocessos com a chegada de um governo federal pautado numa agenda política ultraliberal. Cortes na educação e na saúde, desmonte da agenda ambiental (SCANTIMBURGO, 2018), elevados índices de inflação, aumento exponencial nos preços de alimentos e produtos básicos tornaram-se rotina para a ampla maioria dos brasileiros. Um cenário já extremamente crítico, que foi intensificado pela pandemia de COVID-19 a partir de março de 2020, como mostram Matta *et al.*, (2021).

É nesse contexto desfavorável para as classes sociais populares que o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica é constituído na Zona da Mata Mineira, em 2018. Como apontado por inúmeras pesquisas (CARDOSO, 2009; ZANELLI, 2015; OLIVEIRA *et al.*, 2018; BERG, 2020; RESENDE, 2020; NETTO, 2021) a rede agroecológica da Zona da Mata, que se estabeleceu nos territórios ao longo dos últimos 40 anos, consolida-se e articula-se em múltiplas áreas – social, política, econômica, cultural, ecológica e econômica. Essa articulação garante uma aparente coesão dos atores sociais na formulação e agenciamento de estratégias para seu próprio fortalecimento, como é o caso do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica.

Segundo a “Lei do Polo”, Lei nº 23.207/2018 (MINAS GERAIS, 2018), que instituiu a Zona da Mata de Minas Gerais como Polo Agroecológico e de Produção Orgânica, o

objetivo desta política pública é “promover e incentivar o desenvolvimento da agroecologia e da produção orgânica na região”. Nesse sentido, conta com cinco princípios orientadores: i) desenvolvimento sustentável; ii) participação e protagonismo social; iii) preservação ambiental com inclusão social; iv) segurança e soberania alimentar e v) diversidade agrícola, biológica, territorial, paisagística e cultural. Além disso, conta também com dezoito diretrizes para servirem de orientação para as atividades a serem desenvolvidas, como mostrado no Quadro 1, mostrado abaixo.

Quadro 1 - Diretrizes do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata Mineira

INCISO	DIRETRIZ
I	Fomento aos sistemas de produção agroecológicos e orgânicos consolidados e em transição agroecológica e orgânica.
II	Valorização da agrobiodiversidade e incentivo à implantação e ao fortalecimento de sistemas de produção diversificados.
III	Estímulo à diversificação da produção agrícola e da paisagem rural.
IV	Promoção da utilização dos recursos naturais com manejo ecologicamente sustentável.
V	Transversalidade, articulação e integração das políticas públicas estaduais relativas à agroecologia e à produção orgânica e entre os entes da federação.
VI	Estímulo ao consumo de alimentos agroecológicos e orgânicos, por meio da promoção e divulgação de locais de abastecimento e por meio de investimentos na produção e no aumento da oferta de produtos.
VII	Consolidação e fortalecimento da participação e do protagonismo social em processos de garantia da qualidade dos produtos agroecológicos e orgânicos, em metodologias de trabalho relativas ao desenvolvimento rural e ao manejo de agroecossistemas.
VIII	Reconhecimento dos sistemas agroecológicos e orgânicos como passíveis de retribuição por serviços ambientais prestados pelos agricultores.
IX	Fortalecimento das organizações da sociedade civil, das redes de economia solidária, das cooperativas, das associações e dos empreendimentos econômicos que promoverem, assessorarem e apoiarem a agroecologia e a produção orgânica.
X	Apoio às pesquisas científicas, à sistematização de saberes e experiências populares, às metodologias de trabalho e ao desenvolvimento de tecnologias aplicadas aos sistemas agroecológicos e de produção orgânica.
XI	Fomento à agroindustrialização, ao turismo rural e ao agroturismo, com vista à geração e à diversificação de renda no meio rural.
XII	Apoio à comercialização de produtos agroecológicos e orgânicos e à ampliação do acesso a mercados diversificados, priorizando-se a organização de cadeias curtas, os empreendimentos cooperativos de economia solidária e as feiras de venda direta ao

	consumidor.
XIII	Incentivo à permanência da população no meio rural e à sucessão nas propriedades rurais, por meio de políticas públicas integradas, associando a produção agroecológica e orgânica com a diversidade cultural e com a qualidade de vida no meio rural.
XIV	Promoção de condições diferenciadas de acesso às políticas públicas para jovens e mulheres que vivam no meio rural.
XV	Fomento à pesquisa e ao desenvolvimento de insumos agroecológicos e orgânicos, da qualidade de produtos agroindustrializados, das tecnologias e das máquinas socialmente apropriadas e consideradas como de baixo impacto ambiental.
XVI	Apoio à geração e utilização de energias renováveis que contribuam para a eficiência energética no meio rural e para a minimização de impactos ambientais.
XVII	Incentivo à gestão sustentável nas unidades produtivas.
XVIII	Reconhecimento da importância dos movimentos de agroecologia, da agricultura familiar e dos povos tradicionais para a agrobiodiversidade e a segurança alimentar.

Fonte: Autoria própria (2023), com base na Lei nº 23.207/2018.

Além disso, segundo a Lei do Polo, as ações relacionadas à implementação do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata de Minas Gerais devem ser realizadas no âmbito da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (Peapo), de que trata a Lei nº 21.146, de 2014 (MINAS GERAIS, 2014) e de forma participativa, envolvendo agricultores e agricultoras familiares, organizações da sociedade civil, entidades públicas e outros atores ligados à produção e comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos.

Uma expressão desse caráter participativo é a Comissão do Polo<sup>7</sup>, que é responsável, dentre outras coisas, por animar a sua construção e formular o Plano Regional de atuação do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata mineira, que contou com a participação e colaboração de diversos atores sociais e organizações. Durante o período emergencial da pandemia de COVID-19 iniciado em março de 2020, mais de 40 reuniões virtuais desse grupo foram realizadas, com o objetivo de organizarem, a nível de Zona da Mata, as estratégias de atuação do Polo e definir as pautas prioritárias para os territórios.

<sup>7</sup> Indicada pela própria rede de agroecologia da Zona da Mata Mineira, até o ano de 2023, a Comissão do Polo é formada pelos seguintes atores sociais: Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Escola Família Agrícola Paulo Freire (EFAP), Federação de Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Minas Gerais (Fetraf-MG) e o Núcleo de Educação do Campo e Agroecologia (ECO).

Como resultado, foi formulado um Plano Regional para orientar e possibilitar o desenvolvimento das ações pensadas.

O Plano Regional do Polo (Figura 1) conta com oito eixos, a saber: Economia Popular, Comercialização e Consumo; Educação, Formação e Conhecimento; Bens Comuns e Sociobiodiversidade; Cultura e Comunicação Populares; Terra e Território; Produção; Mulheres e Saúde Popular e Práticas Tradicionais. Cada um desses eixos apresenta metas que foram estabelecidas coletivamente a partir dos espaços de construção, que contou com a participação de vários atores, como agricultores e agricultoras familiares, movimentos sociais populares, organização da sociedade civil, representantes do Estado, mandatos parlamentares populares, etc.

Figura 1 - Eixos e metas do Plano Regional do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata Mineira



Fonte: Acervo da pesquisa (2023).

A construção do Plano Regional para se pensar estrategicamente as ações a serem desenvolvidas no âmbito do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica representou um importante avanço, ainda mais considerando o contexto do período emergencial da pandemia de COVID-19. No entanto, apesar de formulado o Plano Regional, era/é preciso colocá-lo em prática, o que tem se colocado como um desafio para as organizações e demais atores sociais.

Ainda que *“vestir a camisa do Polo”* seja importante, é necessário ir além, *“é preciso, também, dar a carne e a alma”*. Esta fala foi dita por um agricultor e militante da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em uma oficina que fazia parte da programação do II Seminário Regional *“Terra, Território, Água e Espiritualidade na Zona da Mata Mineira”*, ocorrido em setembro de 2022 na Comunidade Carangolinha de Cima, em Divino-MG. Com o lema *“Terra, dom de Deus e conquista do povo”*, o evento contou com a participação de diversos atores de diferentes regiões da Zona da Mata de Minas Gerais. Coletivamente, agricultores/as, moradores locais, pesquisadores/as, estudantes, professores/as, sindicalistas, representantes religiosos, do Estado e de movimentos sociais, se reuniram durante três dias para discutirem sobre pautas pertinentes à região em que estão inseridos.

No Seminário em Divino diferentes pautas permearam as mesas de debate, que iam desde o impacto negativo da atividade mineradora em seus territórios e da intensa exploração de recursos naturais, a estratégias de fortalecimento das comunidades frente a essas ameaças. Como parte da programação do seminário, foram organizadas oficinas temáticas e uma delas foi sobre o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica. Isso se deu porque as organizações entendem o Polo como uma importante estratégia recentemente estabelecida com potencial de fortalecer os territórios, demandando um melhor entendimento sobre ele. Na oficina, que contou com a participação de onze pessoas, entre agricultores/as, sindicalistas, professores, representantes de movimentos sociais, técnicos e estudantes, muitas dúvidas ainda existiam.

Nessa perspectiva, o seminário evidencia o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata Mineira como uma estratégia política e territorial para defesa e promoção de uma narrativa contra hegemônica com proposições concretas, por exemplo, contra a mineração, o latifúndio, os agrotóxicos, diferente do projeto de desenvolvimento dominante na região. Essas inquietações vão de encontro às questões que o próprio pesquisador enfrentou ao longo de sua imersão nas bibliografias e em vivências junto a esses atores, buscando compreender como está se dando o processo de territorialização do Polo

Agroecológico e de Produção Orgânica na Zona da Mata Mineira a partir dos territórios de Divino, Muriaé e Viçosa e seus respectivos atores sociais. Acreditamos que frente ao atual cenário faz-se necessário fortalecer e fomentar discussões acerca de instrumentos que mobilizem os diferentes atores envolvidos nas mais distintas frentes de atuação em defesa de suas próprias pautas, sendo o Polo uma expressão da agência desses atores sociais.

### **3 QUESTÕES DE PESQUISA E OBJETIVOS**

As questões de pesquisa foram formuladas a partir da imersão nas bibliográficas referentes ao histórico de construção da agroecologia e da agricultura familiar em territórios da Zona da Mata Mineira. As observações participantes, no entanto, contribuíram para o ajuste e “validação” desses questionamentos, uma vez que foram nesses momentos que o contato direto com os atores sociais dos territórios era possível. As questões são:

i) Quem são e onde estão os atores sociais envolvidos na territorialização do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata Mineira a partir dos municípios de Divino, Muriaé e Viçosa?

ii) Quais os principais atores e os agenciamentos produzidos na territorialização do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata Mineira a partir dos municípios de Divino, Muriaé e Viçosa?

Mediante essas questões de pesquisa, o objetivo desta dissertação é compreender de que forma a rede agroecológica da Zona da Mata Mineira consolida e territorializa o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica a partir da agência dos diversos atores em Divino, Muriaé e Viçosa durante 2021 e 2023. Especificamente, objetivou-se: i) identificar e localizar atores sociais que estão territorializando o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata Mineira a partir de suas agências na rede agroecológica no contexto dos municípios de Divino, Muriaé e Viçosa; ii) destacar os principais atores sociais identificados na pesquisa e seus agenciamentos que vão ao encontro da territorialização do Polo em Divino, Muriaé e Viçosa.

## 4 ABORDAGENS TEÓRICO-CONCEITUAIS

### 4.1 Agricultura familiar, agroecologia e agência

Optou-se pela mobilização desses conceitos entendendo o contexto em que essa pesquisa foi realizada, ou seja, no âmbito da rede agroecológica da Zona da Mata de Minas Gerais, organizada e atuante nos territórios desde a década de 1980. Rede essa que é protagonizada, sobretudo, pela agricultura familiar camponesa, representada, sobretudo pelos agricultores e agricultoras, os movimentos sociais populares.

A Agroecologia é um conceito dinâmico e em constante disputa pelos diferentes atores sociais envolvidos nesse debate. Tem sua origem a partir das reflexões e críticas às contradições da agricultura capitalista. Entretanto, foi só nos últimos anos que ganhou destaque mundial no âmbito das discussões científicas, agrícolas, políticas e institucionais (WEZEL, 2009; WEZEL, 2020).

Organizações de referência internacional, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), passaram a adicionar em suas agendas a pauta da agroecologia (IAASTD, 2009; IPES-Food, 2016), chegando a ser mencionada nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU (FAO, 2018c).

Usado pela primeira vez no início do século XX, na década de 1930, o conceito de agroecologia passou por inúmeras transformações ao longo dos anos, amadurecendo e ampliando suas respectivas abordagens. Um grande número de significados e definições foram sendo formulados a partir das vivências e práticas dos atores sociais, refletindo suas especificidades e prioridades. Todavia, todas essas perspectivas levam em consideração o caráter transdisciplinar da agroecologia, entendendo-a enquanto um enfoque científico, um conjunto de práticas e um movimento social (WEZEL, 2009; WEZEL, 2020) que possa ser “aplicada” em diferentes escalas, desde uma perspectiva mais restrita até uma mais ampla (FRANCIS *et al.*, 2003).

No sentido mais amplo, a agroecologia também pode ser um convite para uma reflexão sobre as relações cultura-natureza, como parte de um projeto societário (WEZEL, 2009; 2020; ESCOBAR, 2015; ROSSET *et al.*, 2021). Posto isso, propõe-se neste trabalho a discussão e mobilização do conceito de agroecologia a partir daqueles e daquelas que têm

sido apontados e evidenciados como seus protagonistas, os camponeses e camponesas e os povos originários, entendidos aqui enquanto categoria social-política (PEREZ-CASSARINO, 2012; 2016).

Contextualizando social e temporalmente, apesar do conceito ter surgido no meio acadêmico em meados do século XX, é importante ressaltar que o que entendemos hoje por agroecologia tem suas origens no processo de criação e recriação das “agriculturas” pelos povos originários e camponeses e camponesas ao longo de aproximadamente doze mil anos (HECHT, 1989; ROSSET, ALTIERI, 2017; TARDIN, GUHUR, 2017). Eles e elas foram os primeiros agricultores/as, experimentadores/as e pesquisadores/as, que ao longo dos anos, foram identificando, selecionando, domesticando e conservando espécies de plantas e animais úteis ao ser humano. Foram quem também desenharam (ESCOBAR, 2019) agroecossistemas e outros sistemas de produção, desenvolvendo também nesse processo formas de se trabalhar e lidar com seus recursos disponíveis, num processo de coevolução com a natureza (PLOEG, 2008).

Dessa forma, foram os responsáveis por possibilitar o desenvolvimento das sociedades, garantindo a produção de alimentos para as cidades, muitas vezes em um contexto de exploração, opressão e dominação (TARDIN, 2012). Contexto esse modificado profundamente pela ascensão dos modos de produção capitalista, trazendo uma série de problemáticas, sendo a expulsão dos camponeses e camponesas de suas terras, a dominação e escravização dos povos originários da África, Ásia e Américas, a separação do campo e da cidade e a mercantilização da natureza algumas delas (ROSSET *et al.*, 2021; 2022).

A organização de movimentos agroecológicos reconhecidos com esse termo, a partir do final da década de 1990 na América Latina e mundo afora (ALTIERI; NICHOLLS, 2017; ROSSET *et al.*, 2021; 2022), se estrutura justamente a partir das contradições da consolidação e expansão do capitalismo, sobretudo dos modelos de desenvolvimento rural e agrícola estabelecidos a partir do projeto de modernização agrícola, que já no século XIX apontava a sua insustentabilidade (FOSTER, 2005; MAZOYER, ROUDART, 2010). Diferentes estudos se desenvolveram nessa perspectiva e foram decisivos para a constituição da agroecologia enquanto ciência.

No entanto, com o avanço do capitalismo na agricultura – expressado pelo processo de modernização do campo – essas iniciativas permaneceram e permanecem marginalizadas,

restringindo-se à academia. A orientação massivamente difundida orientava práticas agrícolas “desecologizadas” e “desculturalizadas” (LEFF, 2002). Com o aprofundamento das consequências negativas da Revolução Verde aos seres humanos e ao meio ambiente, as décadas de 1960 e 1970 foram marcadas por movimentos contra a esse processo. O surgimento de “agriculturas alternativas” como a agricultura orgânica e a permacultura são frutos desse processo (WEZEL, 2020).

No Brasil, nesse mesmo período, esses movimentos também ganharam força, inicialmente nas universidades, com profissionais, estudantes e ativistas das ciências agrárias. É a partir dos anos 1980 que a utilização do conceito de agroecologia se populariza, conduzindo, durante a década de 1990, a uma consolidação e institucionalização (WEZEL, 2009, 2020). No caso da Zona da Mata de Minas Gerais, é nesse período que começa a se organizar a rede agroecológica (FREITAS, 2015; SCHMITT, 2016; RESENDE, 2020; SILVA, 2022), a partir das “fissuras” (HOLLOWAY, 2013) nos territórios, que evidenciaram as contradições da agricultura moderna.

Dessa forma, a agroecologia e a agricultura familiar conseguem se inserir nestes espaços, se apropriando e disputando seus projetos e estratégias, de acordo com suas pautas prioritárias (EDUARDO, 2016). Nesse sentido, através das práticas inspiradas na agroecologia, a agricultura familiar camponesa consegue resistir à pressão do sistema capitalista, que a todo instante tenta miná-los enquanto categoria. Construindo diariamente novas estratégias e abordagens, com criatividade, a agricultura familiar camponesa ressignifica suas ações técnicas, sociais, políticas, produtivas, culturais (PEREZ-CASSARINO, 2012; EDUARDO, 2016).

Nessa perspectiva, enxergamos os/as agricultores/as familiares e demais atores sociais do rural (organizações, instituições, coletivos, etc.) como agentes dotados de capacidades de fazer e agir (agência), em um processo construído cotidianamente em seus contextos locais a partir das suas práticas de comer, plantar, comercializar, guardar, proteger, etc. Para nós, assim como apontado em alguns trabalhos (LONG, 2007; LONG; PLOEG, 2011; CHARÃO-MARQUES *et al.*, 2017; ARCE; CHARÃO-MARQUES, 2020), acreditamos que estes atores sociais não sejam uma categoria inerente, já dada. Pelo contrário, para nós, ela está mais para uma posição social que foi adquirida a partir das relações e interações sociais destes com seu ambiente, ou, aproximando com as abordagens desta pesquisa, com seus territórios. Esse processo contínuo de relação e interação entre os múltiplos atores lhes

permite desenvolver e construir de forma reflexiva seus agenciamentos, que consistem na formulação e articulação de recursos (dos mais diversos tipos), capacidades e desenvolvimento de estratégias frente às instabilidades que o “viver socialmente” impele.

Essa abordagem, a Perspectiva Orientada ao Ator (POA), começou a ser desenvolvida mais proeminentemente por Norman Longe, Alberto Arce, antropólogos, e Jan Douwe van der Ploeg, sociólogo. Ela parte de um questionamento aparentemente simples mas que necessita de complexas análises para se chegar a “respostas” que consigam abarcar todo esse universo de atores sociais e agências que permeiam o mundo rural. Dessa forma, assim como Long (2007, p. 43) se pergunta, nos perguntamos também como e por que agricultores familiares (e ligados a agroecologia, especificamente neste estudo) oferecem “respostas diferenciadas a circunstâncias estruturais<sup>8</sup> similares, mesmo que as condições pareçam relativamente homogêneas?”. Ou seja, em um mesmo território, como a Zona da Mata Mineira, onde é possível identificar semelhanças estruturais, como o tipo de solo, de vegetação, recursos naturais, etc., é possível, também, identificar diferenças no que tange a estratégias e táticas formuladas frente a alguma situação ou adversidade.

Dentro do campo teórico das discussões acerca da POA se situa o paradoxo entre a ação individual e a ação coletiva. Estudiosos das ciências sociais têm se debruçado em análises sobre como “funciona” a agência humana em relação às situações cotidianas de suas vidas, procurando desvelar suas motivações para tal tomada de decisão assim como as múltiplas estratégias que são construídas por esses atores/agentes em seus respectivos territórios. É por isso que a POA assume e reconhece que os atores (individuais ou coletivos) são agentes de mudança, criando e recriando. Contribuindo com essa discussão, para Long (2007, p. 48) a ideia de agência

“atribui ao ator individual a capacidade de processar a experiência social e desenhar maneiras de lidar com a vida, ainda que sob as formas mais extremas de coerção. Nos limites da informação, incerteza e outras restrições (físicas, normativas ou político-econômicas), os atores sociais possuem capacidade de saber e capacidade de atuar” (Long, 2007, p. 48).

Nesse sentido, aqui neste estudo, a partir da abordagem da POA, os atores sociais são considerados categorias vivas e fluidas por causa das suas capacidades de agência. Não sendo lidos apenas por lentes que considerem somente questões de classe ou critérios de separação a

---

<sup>8</sup> Segundo Ploeg (2003, p. 610), “a estrutura é entendida como sendo parte da ação social (ao invés de ser um a priori ou algo localizado fora). Estrutura é o que está sendo construído e, como tal, torna-se um princípio de ordenamento para outras construções”.

nível de acesso a políticas públicas ou como “tábulas rasas” sem capacidade de intervenção. Por outro lado, são vistos como sujeitos ativos, capazes de processar informações e construir, a partir das relações e interações sociais entre outros atores (internos e externos) múltiplas estratégias (LONG, 2001; 2007; ARCE; CHARÃO-MARQUES, 2020), como reforçado por Long e Ploeg (2011, p. 25):

“Eles procuram resolver problemas, aprender como intervir no fluxo de eventos sociais ao seu entorno e monitorar continuamente suas próprias ações, observando como os outros reagem ao seu comportamento e percebendo as várias circunstâncias inesperadas” (LONG; PLOEG, 2011, p. 25).

Acreditamos que estas abordagens teórico-conceituais nos auxiliem nas discussões a serem apresentadas nesta dissertação sobre o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata Mineira, uma vez que se trata de uma política pública construída em rede pelo(s) território(s) dessa região a partir da agência dos atores sociais da agricultura familiar e da agroecologia organizados.

#### **4.2 Território(s), territorialidade(s) e territorialização**

Considera-se aqui a Zona da Mata de Minas Gerais como um território que abarca outros territórios e suas respectivas territorialidades. Por exemplo, ao mesmo tempo em que a Zona da Mata pode ser vista como “território da mineração” ou “território do agronegócio”, ela pode ser também um “território da agroecologia”, “território da agricultura familiar”, “território dos povos indígenas”, “território do povo quilombola”. Com isso, evidenciam-se territórios conflituosos e em constante disputa de projetos que podem ou não ser convergentes inseridos em outros territórios mais “amplos”, como a região Sudeste, por exemplo.

Corroborando com as discussões sobre agroecologia e agricultura familiar camponesa, para Eduardo (2016, p. 149), é no “enfrentamento ao capital que o campesinato resiste e promove suas políticas de existência, por meio das práticas agroecológicas”. Ou seja, como continua o autor, a capacidade da agricultura familiar camponesa de existir em um determinado espaço, como o território da Zona da Mata mineira, em constantes conflitos e disputas (agronegócio *versus* agroecologia, por exemplo) e, ainda assim, reinventar e ressignificar seus objetivos, estratégias, técnicas e sentidos, é agência. Nesse sentido, não é plausível enxergar o campo como homogêneo e linear, pelo contrário, há múltiplos atores

sociais com seus respectivos projetos e, conseqüentemente, territórios e territorialidades em concorrência (EDUARDO, 2016).

Neste estudo, propomos uma compreensão mais ampliada sobre território, mobilizando autores brasileiros que têm ganhado destaque nos debates sobre o teor político dos territórios. Diferentemente de Ratzel (2011) que vai considerar, numa perspectiva estritamente geográfica, o território como sendo o espaço dominado por uma comunidade ou Estado, utilizamos as contribuições de Haesbaert (2011) e Santos (2014) para a compreensão desse conceito.

Dessa forma, definimos território como sendo um determinado espaço geográfico onde os atores sociais constituintes afirmam e reafirmam suas formas de controle político, cultural, ideológico e econômico, onde se é organizado a forma com que se dá às relações sociais e a apropriação dos recursos disponíveis. Pode ter ou não um limite geográfico-espacial estabelecido, traduzido em algum lugar ou região. Vale ressaltar que este conceito tem sido bastante disputado e reivindicado pelos movimentos sociais populares, que percebem o território muito além de um bem material, mas como o espaço em que podem se reproduzir e produzir, construir suas identidades e se relacionar com a natureza da forma como acreditam (HAESBAERT, 2011; SANTOS, 2014).

Para esses autores, o território é resultado/consequência da ação/apropriação da sociedade sobre o espaço, que por sua vez se dá pelos diversos mediadores<sup>9</sup> (RAFFESTIN, 1993). Ao olhar para o contexto da América Latina e do Brasil, é possível aferir que existem múltiplas formas de uso do espaço, portanto, existem também múltiplos territórios e territorialidades. Como reforça Raffestin (1993, p. 152), “do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que ‘produzem’ o território”.

Nessa perspectiva, ao longo da história, camponeses e camponesas foram desenvolvendo e aprimorando suas técnicas e práticas agrícolas, de produção e reprodução da vida a partir da introdução de novas abordagens e da resistência a processos que não estariam de acordo com seus objetivos (PLOEG, 2008; 2014; ARCE; CHARÃO-MARQUES, 2020). Ou seja, exercendo seu poder de agência e produzindo agenciamentos, os atores sociais, como camponeses e camponesas, continuaram e continuam existindo e re-existindo em seus

---

<sup>9</sup> Como a ideologia, as técnicas, a tecnologia, o trabalho, o Estado, as instituições da sociedade civil, as ONGs, etc (RAFFESTIN, 1993).

territórios apesar das instabilidades e transformações das sociedades. Como reforça Eduardo (2016, p. 149), “a história das agriculturas alternativas é resultante dessa prática e política camponesa em movimento”.

Quando associadas à agroecologia, os agenciamentos de re-existência da agricultura familiar camponesa têm imbricada relação com o (s) território (s) (EDUARDO, 2016). Como o autor demonstrou em estudos anteriores (EDUARDO, 2014), o eixo que dá suporte a essas estratégias de re-existência se baseia nos processos de “ativação de territorialidades”.

Deste modo, assenta-se, progressivamente, uma concepção de territorialidade como componente geográfico chave para compreender como a sociedade e o espaço estão intimamente unidos. É esta concepção *relacional* da territorialização que constitui a expressão geográfica do exercício do poder, um poder que se expressa territorialmente e pode ser direcionado ao controle do local ou a sua autonomia (DEMATTEIS; GOVERNA, 2005, p. 43, traduzido por EDUARDO, 2016).

Ou seja, de acordo com Dematteis e Governa (2005) e Eduardo (2014; 2016), inspirados também nos estudos de Haesbaert (2011) e Santos (2014), a territorialidade não é “apenas” o resultado da ação antrópica, ou seja, da apropriação humana, sobre o território. Ela tem mais a ver com o “processo de construção de tal comportamento: o conjunto de práticas e conhecimentos dos sujeitos sociais em relação à realidade material, a síntese das relações mantidas entre atores e o território” (EDUARDO, 2016, p. 149-150). Por isso, utilizamos o conceito de territorialização para buscar compreender como o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata tem se “materializado” para os atores sociais nos territórios.

Segundo Haesbaert (2011) a territorialização se refere ao processo em que os atores sociais, individual e coletivamente, atribuem significados, sentidos e controle sobre um determinado espaço geográfico, como é o caso da Zona da Mata Mineira, palco de inúmeros processos de territorialização. Como Raffestin (1993) afirma, é importante compreender o(s) território(s) como sendo permeados pelo poder, expressado nas relações sociais que ocorrem nos espaços geográficos, em diferentes escalas e, portanto, na(s) territorialização(es). Dessa forma, os processos de territorialização permitem-nos compreender e desvelar as contradições existentes nos espaços, uma vez que este é formado por outros atores sociais com outras intencionalidades. Mas, também, joga luz às “fissuras”, possibilitando que os atores sociais continuem resistindo e desenvolvendo estratégias para si em seus territórios, como o Polo Agroecológico de Produção Orgânica na Zona da Mata mineira.

A partir dessa perspectiva, a trajetória da agroecologia e da agricultura familiar camponesa da Zona da Mata mineira nos últimos quarenta anos a partir da formação e consolidação da rede de agroecologia, ou seja, de processos de territorialização, pode-se constatar processos de re-existência camponesa nos territórios através da agência dos atores sociais. Os sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, os movimentos sociais populares, as instituições de ensino, pesquisa e extensão, as organizações não-governamentais, as associações e cooperativas, as feiras agroecológicas e solidárias, etc., podem ser considerados como atores sociais em agência e agenciamentos que foram e estão sendo produzidos ao longo da história, a partir da intencionalidade dos próprios atores sociais.

Partindo desse pressuposto, propõe-se neste estudo entender o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica, política pública institucionalizada em dezembro de 2018, como uma territorialidade produzida pelo agenciamento da agroecologia e agricultura familiar camponesa na Zona da Mata mineira.

## **5 PERCURSO METODOLÓGICO**

### **5.1 Coleta dos dados**

Segundo Gerhardt e Silveira (2009), quanto à sua abordagem, a pesquisa se caracteriza como qualitativa. Para os autores, a pesquisa qualitativa se detém a aprofundar o entendimento sobre um determinado grupo social ou uma organização, por exemplo, buscando explicar o porquê das coisas. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa, para Minayo *et al.*, (2011), trabalha com aspectos da realidade onde quantificar não é o bastante. Para isso, utiliza-se um conjunto de significados, motivações, crenças, costumes e valores para esmiuçar as relações sociais e os processos ali envolvidos (MINAYO, 2011). É importante salientar, ainda, que na pesquisa qualitativa, o/a pesquisador/a é, ao mesmo tempo, sujeito e objeto da pesquisa, visto que o desenvolvimento desta é imprevisível, podendo levar a lugares não planejados pelo/a cientista (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Dito isso, para responder aos objetivos propostos por este estudo, fizemos uso de múltiplos processos de coleta de dados: 1) revisão de literatura; 2) observação participante; 3) análise documental e 4) entrevistas semiestruturadas. Para isso, o projeto de pesquisa, intitulado “Lutas e território-rede: Polo Agroecológico e de Produção Orgânica na Zona da

Mata de Minas Gerais” foi apreciado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFV com o parecer 6.055.077.

Em um primeiro momento, minha aproximação e conhecimento sobre a história e funcionamento da rede agroecológica da Zona da Mata se deu através da revisão de literatura (BRIZOLA; FANTIN, 2016), de estudos já desenvolvidos, e também a partir de uma pesquisa de campo exploratória, através da observação participante, iniciada ainda no segundo semestre de 2021 virtualmente e continuada presencialmente em 2022 e 2023, em espaços coletivos de debate e formação política organizados pela rede de agroecologia nos municípios de Divino, Muriaé e Viçosa. Assim, foram selecionados 19 materiais bibliográficos (artigos, teses, dissertações, boletins informativos, livros) sobre a agricultura familiar camponesa e a agroecologia na Zona da Mata Mineira.

Paralelamente a isso, a observação participante também foi realizada. A observação participante consiste em um método qualitativo que tem origem na pesquisa etnográfica. Nessa abordagem, o contexto sociocultural do ambiente em que a pesquisa se dá fornece elementos de análise ao pesquisador/a. Ou seja, ela consiste na imersão do/a pesquisador/a, onde este, em certos momentos, torna-se parte daquele contexto, interagindo e compartilhando conjuntamente com quem ou o que está envolvido no processo observado. Como um dos seus objetivos, a observação participante se propõe a compreender uma temática ou situação particular através da própria vivência dos sujeitos envolvidos. Dessa forma, geralmente, essa abordagem é utilizada em ambientes comunitários e/ou locais de relevância para a pesquisa (MARIETTO, 2018). Assim, o método de coleta na observação participante consiste justamente na participação e interação do/a pesquisador no cotidiano do ambiente em que acontece a pesquisa (GIVEN, 2008).

Como a observação participante se deu durante um período de tempo relativamente longo, quase 2 anos, optamos por selecionar alguns desses momentos vivenciados pelo pesquisador no contexto da Zona da Mata Mineira, totalizando 12 atividades ao todo, que serão apresentadas nos próximos capítulos. Essas atividades consistiram em reuniões, seminários, visitas a feiras, sindicatos, cooperativas. O caderno de campo foi um dos instrumentos utilizados para registro das observações em campo. Desta forma foi possível obter informações que fugiam às observações naquele momento do campo, complementando e enriquecendo os dados coletados. Segundo Magnani (1997), o caderno de campo pode ser um importante instrumento de pesquisa, uma vez que, ao registrar na folha de papel o

contexto particular em que determinado dado foi obtido, permite captar informações que outras estratégias, até mais modernas, não captam.

Da observação participante foram selecionados 4 momentos para a análise documental. A razão da escolha por esses eventos se justifica pelo fato deles terem uma maior intencionalidade na construção do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica. Todos eles tiveram, em algum momento, uma pauta específica sobre o Polo. Além disso, foram momentos em que o pesquisador teve acesso aos relatórios, podendo assim realizar a análise documental. Dos 12 momentos de observação participante, foram selecionados: a) I Reunião da Associação de Agricultura Orgânica e Agroecologia da Zona da Mata MG após a formalização do SPG no MAPA, virtual, com a participação de 25 pessoas; b) I Encontro Presencial do SPG Floriô, em Viçosa, em fevereiro de 2022 (após o período emergencial da pandemia de COVID-19) com um total de 46 participantes; c) II Seminário Regional “Terra, Território, Água e Espiritualidade na Zona da Mata Mineira”, em Divino, em setembro de 2022 com um total de 173 participantes e d) Reunião do Conselho Cooperativo do CTA-ZM, em Viçosa, em abril de 2023, com um total de 93 de participantes.

Como quarto e último procedimento metodológico, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com seis informantes-chave inseridos no contexto da rede de agroecologia da Zona da Mata mineira e do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica. A seleção destes informantes se deu a partir da identificação e indicação de pessoas da própria rede agroecológica, a partir de diálogos prévios durante os momentos de observação participante na pesquisa de campo. Assim sendo, ressalta-se que os/as informantes-chave aqui colocados não se propõem a representar o território como um todo, uma vez que é um espaço de considerável extensão territorial, com expressiva heterogeneidade de sujeitos e de processos interconectando. O Quadro 2, abaixo, mostra o perfil dos participantes entrevistados/as.

Quadro 2 – Caracterização dos informantes-chave

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>GÊNERO</b>	<b>PRINCIPAL OCUPAÇÃO</b>	<b>MUNICÍPIO</b>
IC1	F	Acadêmica, militante social	Viçosa
IC2	F	Agricultora familiar, militante social	Divino
IC3	M	Agricultor familiar, militante social	Muriaé
IC4	M	Agricultor familiar, sindicalista	Muriaé

IC5	F	Técnica ONG	Divino
IC6	F	Associação/cooperativa	Muriaé

Fonte: Autoria própria (2023).

Para Rosa e Arnoldi (2006), a entrevista semiestruturada permite uma maior flexibilidade e espontaneidade na interação entre entrevistador e entrevistado, permitindo esclarecer dúvidas e levantar outros questionamentos a partir do desenrolar da entrevista, além de outros benefícios. Ainda, segundo Gil (2008), as entrevistas semiestruturadas conferem uma maior liberdade para o entrevistado, proporcionando uma experiência mais rica para ambos e contribuindo para uma experiência pedagógica mais profunda, onde os interlocutores assumem posições que outros tipos de entrevista mais “engessados” não permitem.

Dessa forma, a partir da observação participante, com a vivência no cotidiano, foram identificados e selecionados informantes-chave de Divino, Muriaé e Viçosa que estão inseridos na construção do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica em seus territórios. Para preservar a identidade dos participantes, adotarei o uso de códigos, como mostrado no Quadro 2, durante a discussão dos resultados. As entrevistas semi-estruturadas foram gravadas e posteriormente transcritas com a ajuda de programas específicos para isso, possibilitando inferências e análises a partir da fala dos atores entrevistados. A seleção dos/as entrevistados/as se deu levando em consideração os múltiplos atores que fazem parte do contexto do Polo Agroecológico na Zona da Mata mineira. Dessa forma, buscamos representações de categorias da agricultura familiar camponesa e da agroecologia.

## 5.2 Análise dos dados

As falas dos entrevistados foram, então, transcritas e analisadas a partir da técnica da Análise de conteúdo (BARDIN, 2011). Para Minayo *et al.*, (2011), a Análise de conteúdo pode ser entendida como um conjunto de técnicas e destaca, ainda, duas principais funções na sua aplicação. A primeira, segundo a autora, se refere à *verificação de hipóteses e/ou questões*, uma vez que através da análise de conteúdo de uma entrevista, por exemplo, é possível encontrar as respostas para os questionamentos levantados. A segunda função diz respeito à *descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos*, aprofundando a análise, numa tentativa de olhar para além do que está na “superfície”. A análise de conteúdo possui

as seguintes fases: pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados obtidos e, por fim, a interpretação (BARDIN, 2011).

Devido ao volume de informações geradas a partir do roteiro com as perguntas orientadoras (Anexo 1), foi solicitado aos informantes-chave o registro em áudio das entrevistas. Todos os/as participantes, que já estavam cientes dos objetivos da pesquisa via Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), autorizaram a gravação. Com isso, foi possível utilizar um *software*<sup>10</sup> para auxiliar na conversão do áudio em texto. Em seguida, a transcrição foi revisada pelo autor, junto à gravação do áudio, como uma forma de garantir a qualidade dos dados gerados pela transcrição do *software*. Com as entrevistas transformadas em texto, foi possível realizar a pré-análise e a exploração do material, seguindo o percurso metodológico proposto por Bardin (2011).

Após esse procedimento, foi realizado o tratamento dos dados e a definição das categorias analíticas. Essas categorias, por sua vez, levaram em consideração as perguntas orientadoras do roteiro das entrevistas semiestruturadas e o próprio material coletado a partir da observação participante, dos documentos (relatórios de eventos) e das entrevistas. Dessa forma, foram estabelecidas as seguintes categorias: a) Atores sociais; b) Localidade e c) Agenciamentos.

A categoria **Atores sociais** buscou identificar os principais atores sociais que orbitam as atividades e ações realizadas e promovidas com e pelo Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata Mineira no contexto desta pesquisa, que se deu nos municípios de Divino, Muriaé e Viçosa, durante o período compreendido entre 2021-2023. Assim sendo, com a apreciação do material bruto coletado e a organização dos dados coletados, foi possível identificar atores sociais envolvidos em processos de territorialização do Polo. A categoria **Localidade** por sua vez buscou localizar a nível municipal os atores sociais identificados, com o objetivo de demonstrar, ainda que a partir de um olhar pontual e restrito a três municípios, até onde o Polo tem chegado. Dessa forma, reforçamos o recorte metodológico desta pesquisa, que não tem a pretensão de caracterizar todos os atores sociais do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica em todos os 143 municípios da Zona da Mata Mineira. Por último, a categoria **Agenciamentos** teve como objetivo sistematizar as principais iniciativas/ações mobilizadas pelos atores sociais identificados em seus respectivos

---

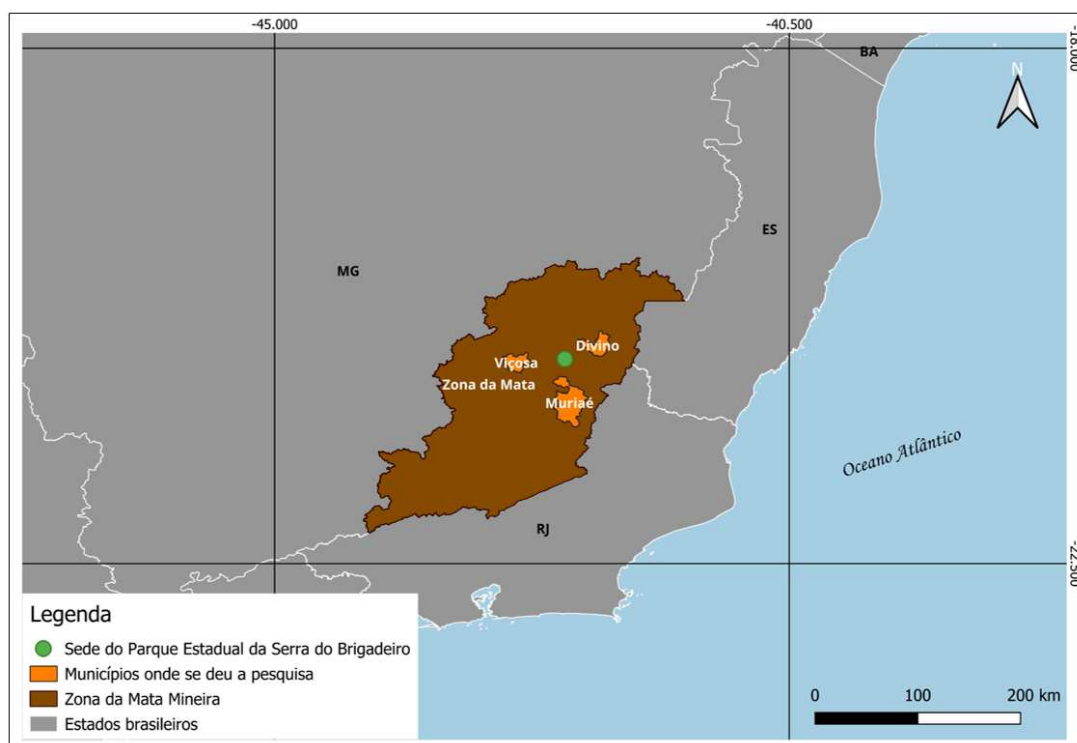
<sup>10</sup> O *software* utilizado para a conversão dos áudios das entrevistas em texto foi a versão paga do *Transkriptor*, que possibilitou a transcrição de aproximadamente sete horas de material coletado nas entrevistas.

territórios no contexto de territorialização do Polo Agroecológico e de Produção da Zona da Mata Mineira a partir de Divino, Muriaé e Viçosa.

### 5.3 Breve caracterização da área do estudo

Situados na Zona da Mata Mineira (Figura 2) sob o bioma Mata Atlântica, os municípios de Divino, Muriaé e Viçosa fazem parte do entorno da Serra do Brigadeiro. Ressaltamos que apesar do município de Viçosa não se localizar geograficamente nesse entorno, o consideramos como parte da área do estudo devido a sua influência na rede de agroecologia e no Polo. Esses municípios possuem, respectivamente, 20.706, 104.108 e 76.430 mil habitantes, dados do Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2023). Além disso, os municípios onde a pesquisa se deu possuem uma relevante presença de estabelecimentos da agricultura familiar comparada com a agricultura moderna, sendo, no caso de Divino (82,48%), Viçosa (64,13%) e Muriaé (65,83%), evidenciando assim o potencial desta categoria no contexto analisado (IBGE, 2017).

Figura 2 - Mapa de localização da Zona da Mata Mineira com os municípios onde se deu o estudo desta pesquisa em destaque



Fonte: Autoria própria (2023).

De modo geral, também foi identificada uma relevante diversidade de produção agrícola e pecuária nos três municípios, tais como lavouras permanentes e temporárias, cereais, oleaginosas e leguminosas, bovinocultura, suinocultura e galináceos, sendo comumente produzidas culturas como café, feijão, milho, banana, cana de açúcar, mandioca, borracha, goiaba, palmito, tangerina, laranja e maracujá (IBGE, 2017).

Além disso, são municípios com expressiva atuação na rede de agroecologia da Zona da Mata mineira, materializada a partir da movimentação dos atores, como os agricultores e agricultoras familiares camponesas, movimentos sociais populares, que ao se articularem em espaços de organização, como os sindicatos rurais, as associações, cooperativas, fortalecem e consolidam a agroecologia em seus territórios. Essas movimentações, inclusive, têm o território no entorno da Serra do Brigadeiro como epicentro dessas lutas, em virtude das problemáticas socioambientais que ali ocorrem, como o avanço das empresas mineradoras, o incentivo ao uso dos agrotóxicos nos cultivos, a diminuição da biodiversidade (IORIO; MAGNO, 2017; MALERBA *et al.*, 2022).

## REFERÊNCIAS

ALIMONDA, H. La colonialidad de la naturaleza. Una aproximación a la Ecología Política Latinoamericana. In: ALIMONDA, H. (Org.). **La naturaleza colonizada**: Ecología política y minería en América Latina. Buenos Aires: Ediciones Ciccus, 2011. p. 21–60.

ALMEIDA, A.; RESENDE, E.; MENDONÇA, M. A. F. C.; ABIGAIL, N.; MAULAZ, Y. **Certificação orgânica participativa no Polo Agroecológico da Zona da Mata mineira**. Viçosa-MG, v. 1, n. 10, fev. 2020.

ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. Agroecology: a brief account of its origins and currents of thought in Latin America. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 41, n. 3-4, p. 231-237, 2017.

ALTIERI, M. A.; TOLEDO, V. M. La revolución agroecológica de América Latina : Rescatar la naturaleza, asegurar la soberanía alimentaria y empoderar al campesino. **El Otro Derecho**, [s. l.], n. 42, p. 163–202, 2010. Disponível em: <<https://biblioteca.clacso.edu.ar/Colombia/ilsa/20130711054327/5.pdf>>. Acesso em 06 jun 2023.

ALVES, L. C. F. *et al.* **Troca de Saberes: Flores das Sombras da Agroecologia**. 1. ed. Viçosa: Editora da UFV, 2011.

ALVES, M. S.; CARNEIRO, K. G.; SOUZA, T. R.; TROCATE, C.; ZONTA, M. (orgs.). **Mineração: realidades e resistências**. 1.ed. São Paulo : Expressão popular, 2020. 448 p.

Disponível em: <https://mamnacional.org.br/files/2021/02/BAIXE-O-LIVRO-EM-PDF-AQUI.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2023.

ARCE, A.; CHARÃO-MARQUES, F. Desenvolvimento, materialidades e o ator social: orientações metodológicas para aproximações territoriais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 29, n. 1, p. 40-65, 2021.

ARCE, A.; LONG, N. **Forging a new anthropology of development: common ground and contention issues**. In: BIERSCHEK, T.; BLUNDO, G.; JAFFRÉ, Y.; TIDJANI ALOU, M. (Eds.). *La rigueur et l'engagement. Essais autour de l'oeuvre de Jean-Pierre Olivier de Sardan*. Paris: Khartala, 2007. p.101-127.

BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira/decurent impacts of the agriculture modernization in brazil. **Revista Campo-Território**, v. 1, n. 2, 2006.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS II, J. R.; MONTE, L. Paisagens rurais-desenvolvimento e desenho a partir da decolonialidade. *Odeere*, v. 5, n. 10, p. 239-256, 2020.

BERG, L. V. D. **Building movements for transformation: defending and advancing agroecology in Brazil**. 2020. Tese de Doutorado. Wageningen University and Research.

BONFIM, V. R. **Conflitos, participação e lições aprendidas no processo de criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), MG**. Tese (Doutorado em Ciências Florestais). Universidade Federal de Viçosa – UFV. Viçosa, 2006. 183f.

BRASIL. **Decreto n. 6.323, de 27 de dezembro de 2007**. Regulamenta a Lei n. 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre agricultura orgânica, e dá outras providências. Diário oficial da União, Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/>.

BRASIL. Decreto nº 7.794 de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. **Diário Oficial**, Brasília, p. 4, 21 ago. 2012.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola. Diário Oficial da União, Brasília, 17 jun. 2009. Seção 1, p. 2.

BRIZOLA, J; FANTIN, N. Revisão da literatura e revisão sistemática da literatura. **Revista de Educação do Vale do Arinos-RELVA**, v. 3, n. 2, 2016.

CAMPOS, A.P.T. **Redes sociais, organizações e políticas públicas: interfaces na agricultura do município de Araponga, zona da mata de Minas Gerais**. Tese de Doutorado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, 2014.

CARDOSO JR, J. C. Desmonte do Estado no governo Bolsonaro: menos república, menos democracia e menos desenvolvimento. **Brasil: incertezas e submissão**. São Paulo: **Fundação Perseu Abramo**, p. 151-169, 2019.

CARDOSO, I. M. *et al.* Grupo de Agricultura Orgânica e Agroecologia, Espaço de Formação e Experiência em Agroecologia em Viçosa. In: **VI Congresso Brasileiro e II Congresso Latino americano de Agroecologia**, 2009, Curitiba. Revista Brasileira de Agroecologia, 2009.

CARDOSO, I. M.; *et al.*, Grupo de Agricultura Orgânica e Agroecologia, Espaço de Formação e Experiência em Agroecologia em Viçosa. In: VI Congresso Brasileiro e II Congresso Latino americano de Agroecologia, Curitiba-PR. **Revista Brasileira de Agroecologia**, 2009.

CARDOSO, I. M.; FERRARI, E. A. Construindo o conhecimento agroecológico: trajetória de interação entre ONG, universidade e organizações de agricultores. **Revista Agriculturas**, v. 3, n. 4, p. 28–32, 2006.

CASTRO, I. E. de. O problema da escala. In: CASTRO; I. E. de; GOMES, P. C. da C; CORRÊA, R. L. (Orgs). **Geografia: conceitos e temas**. 8ªEd, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 117-140.

CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA (CTA-ZM). **Território da Serra do Brigadeiro - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS)**. Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata e Ministério do Desenvolvimento Agrário. Território da Serra do Brigadeiro, julho de 2005.

COMERFORD, J. C. **Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural**, Rio de Janeiro: Relume Dumará : Núcleo de Antropologia da Política, 202p., 2003.

COUPE, S.; LEWINS, R. **Negotiating the seed treaty**. Reino Unido: Rugby, UK: Practical Action, 2007. Disponível em: <<http://practicalactionpublishing.org/?id=negotiatingseed>>. Acesso em: 28 jun 2022.

DA COSTA, M. B. B. **Agroecologia no Brasil: história, princípios e práticas**. Expressão Popular, 2017.

DE ASSIS, W. S.; SABLAYROLLES, P. J. L.; A Certificação Participativa de Orgânicos como Tecnologia Social: Estudo de caso da Cooperativa D'Irituia. **Desenvolvimento Rural Interdisciplinar**, Porto Alegre - RS, v. 3, n. 1, mai-nov. 2020. ISSN 2595-9387.

DEMATTEIS, G. Sistema local territorial (SLOT): um instrumento para representar, ler e transformar o território. In: ALVES, Adilson Francelino; CARRIJO, Beatriz Rodrigues; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa. (orgs.). **Desenvolvimento Territorial e Agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

DEMATTEIS, G; GOVERNA, F. Territorio y Territorialidad en el Desarrollo Local: la contribución del modelo SLOT. **Boletín de la A.G.E.** n.º 39, 2005. p. 31-58.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

EDUARDO, M. F. Agroecologia e o processo de ativação de territorialidades camponesas/Agroecology and the activation of peasant territorialities. **Revista Nera**, n. 31, p. 143-165, 2016.

EDUARDO, M. F. **Transformando Terra em Território**: construção e dinâmica do Sistema Local Territorial Agroecológico em Francisco Beltrão/PR. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”: Presidente Prudente, 2014.

ESCOBAR, A. **La invención del tercer mundo. Construcción y deconstrucción del desarrollo**. Traducción de Diana Ochoa. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana, 2008.

ESCOBAR, A. Territorios de diferencia: la ontología política de los "derechos al territorio". **Cuadernos de antropología social**, n. 41, p. 25-38, 2015.

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. Second International Symposium on Agroecology. **Scaling up agroecology to achieve the sustainable development goals (SDGs)**. 2018c. Disponível em: <http://www.fao.org/about/meetings/second-internationalagroecology-symposium/en/>. Acesso em 28 jun 2022.

FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx**: materialismo e natureza. Editora Record, 2005.

FREITAS, A. F. **Dinâmicas sociais e desenvolvimento territorial no território Serra do Brigadeiro: atores, redes e instituições**. Tese (Doutorado em Administração) - Centro de Pós-graduação e Pesquisas em Administração (Cepead) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte (MG), 2015.

GAZOLLA, M; SCHNEIDER, S. **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas**: negócios e mercados da agricultura familiar. 2017.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Plageder, 2009.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. 2. ed. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GIDDENS, A. **The constitution of society**: an outline of the theory of structuration. Cambridge: Polity Press, 1984.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GLIESSMAN, S. R. Agroecologia. **Processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000. 637p.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 6o Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HALISKI, A.M; LOPES, K.C.A; LOPES, P.P.R; PADILHA, R.F.S.J. **Saber e fazer agroecológico**. Curitiba. 2021.

HECHT, S. B. A evolução do pensamento agroecológico. In: ALTIERI, Miguel A. **As bases científicas da Agricultura Alternativa**. 2. ed. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989, p. 25-41.

HEINEMANN, J.A. **A typology of the effects of (trans)gene flow on the conservation and sustainable use of genetic resources**. Rome: FAO, 2007.

HOLLOWAY, J. **Fissurar o Capitalismo**. Trad. Daniel Cunha. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

HORRIGAN, L.; LAWRENCE, R.S.; WALKER, P. How sustainable agriculture can address the environmental and human health harms of industrial agriculture. **Environmental Health Perspectives**, Baltimore, v. 110, n. 5, p. 445-456, 2002.

IAASTD (International Assessment of Agricultural Knowledge, Science and Technology for Development). **Agriculture at a cross- roads: global report**. B.D. MacIntyre, H.R. Herren, J. Wakhungu, R.T. Watson, eds. Washington, DC, Island Press. 2009.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico 2010 – Características Gerais da População**. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao.html>. Acesso em 20 de nov. de 2023.

IORIO, G. S.; MAGNO, L. O território corporativo da mineração na Serra do Brigadeiro, Minas Gerais. **Revista Sapiência: Sociedades, Saberes e Práticas Educacionais**, ISSN, p. 2238-3565, 2019.

IPES-Food. From university to diversity. A paradigm shift from industrial agriculture to diversified agroecological systems. **International Panel of Experts on Sustainable Food Systems**. 2016. Disponível em: [http://www.ipes-food.org/images/Reports/UniformityToDiversity\\_FullReport.pdf](http://www.ipes-food.org/images/Reports/UniformityToDiversity_FullReport.pdf). Acesso em 28 jun. 2022.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LANDER, E. Eurocentrismo, saberes modernos y naturalización del orden global del capital. In: DUBE, Saurabh et al. (coord.). **Modernidades coloniales**: otros pasados, historias presentes. México: El Colegio de México, Centro de Estudios de Asia y África, 2004, p. 206.

LEFF, E. **Saber Ambiental**: sustentabilidad, racionalidad, complejidad, poder. 3. ed. United Nations Environment Programme, Universidad Nacional Autónoma de México, PEM UMA, 2002.

LIMA, F. A. X. *et al.* Agroecologia e a multifuncionalidade da agricultura: análise de experiências no estado de Pernambuco. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 6, n. 1/2, p. 43-53, jan./nov., 2013.

LONG, N. **Development Sociology**: actor perspectives. Londres: Routledge, 2001.

LONG, N. **Sociología del desarrollo**: una perspectiva centrada en el actor. Colección Investigaciones. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, 2007.

LONG, N; PLOEG, J. D. V. D. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura. In: Schneider, S; Gazolla, M. (org.). **Os atores do desenvolvimento rural, perspectivas teóricas e práticas sociais**. p 21-48. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

LUCION, J. M. R. **A gramática por trás do selo: agroecologia e processos de certificação participativos**. Santa Maria, RS. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, 189p. 2016.

MAGNANI, J. G. C. O velho e bom caderno de campo. **Revista Sexta-Feira**, v. 1, n. 1, p. 8-12, 1997.

MAGNO, L. **Espacialidade e identidade política dos atingidos por mineração no Brasil: teorias, escalas e estratégias**. Tese (Doutorado em Geografia). Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/186603>. Acessado em: 15 set. 2022.

MAGNO, L; SIQUEIRA, L; DELESPOSTE, A. G. Mineração? Aqui não!": a construção da resistência à mineração de bauxita na Serra do Brigadeiro, Minas Gerais. **Anais do VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária**, Curitiba-PR, 2017.

MALERBA, J.; WANDERLEY, L. J.; COELHO, T. P. **Territórios livres de mineração: construindo alternativas ao extrativismo**. Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à mineração (Observatório dos Conflitos de Mineração no Brasil). 1 ed. Brasília, DF, 2022.

MALERBA, J.; WANDERLEY, L. J.; COELHO, T. P. **Territórios livres de mineração: construindo alternativas ao extrativismo**. Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à mineração (Observatório dos Conflitos de Mineração no Brasil). 1 ed. Brasília, DF, 2022.

MARIETTO, M. L. Observação participante e não participante: contextualização teórica e sugestão de roteiro para aplicação dos métodos. **Revista Ibero Americana de Estratégia**, v. 17, n. 4, p. 05-18, 2018.

MATTA, G.C., REGO, S., SOUTO, E.P., and SEGATA, J., eds. *Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia* [online]. Rio de Janeiro: **Observatório Covid-19**; Editora FIOCRUZ, 2021, 221 p.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **Histórias das agriculturas no mundo. Do neolítico à crise contemporânea**. Universidad Estatal Paulista (UNESP), 2010.

MENTEN, J.O. **Liderança em tecnologia fitossanitária**. Agroanalysis, Rio de Janeiro, v. 29, n. 4, 2009.

MINAS GERAIS. Lei Nº 21.146, de 14 de janeiro de 2014. **Institui o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica na região da Zona da Mata**. Belo Horizonte, MG: Diário Oficial de Minas Gerais, 2018.

MINAS GERAIS. Lei Nº 23.207, de 27 de dezembro de 2018. **Institui o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica na região da Zona da Mata**. Belo Horizonte, MG: Diário Oficial de Minas Gerais, 2018.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Editora Vozes Limitada, 2011.

NETTO, C. P. **A governança agroecológica e o papel do Estado: estudo de caso do Polo Agroecológico da Zona da Mata no Brasil**. Mémoire de MASTER 2 (Études européennes et internationales). Université Paul Valéry - Montpellier III UFR des Sciences Humaines et des Sciences de l'Environnement. 2021. 118f.

NEVES, D. P. **Agricultura familiar: quantos ancoradouros!** In: FERNANDES, Bernardo M.; MARQUES, Marta I.M.; SUZUKI, Julio C. (Org.). *Geografia agrária: teoria e poder*. São Paulo (SP): Expressão Popular, 2007, p.211-270.

OLDEMAN, L.R. The global extent of soil degradation. In: GREELAND, D. J.; SZALBOLCS, I. (Ed.). **Soil resilience and sustainable land use**. Wallingford: CAB International, 1994. p. 99-118.

OLIVEIRA, L. A. D. *et al.* Educação do campo e agroecologia ECOAm na zona da mata mineira. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, n. 1, 2018.

PAULA, S. R. *et al.* A inserção da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar: **impactos na renda e na atividade produtiva**. 2023.

PÉREZ, M. S. **R-existências dos camponeses/as do que hoje é Suape: justiça territorial, pós-desenvolvimento e descolonialidade pela vida**. Tese (Doutorado) – Universidade

Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Recife-PE, 2016. 253f.

PEREZ-CASSARINO, J. **A construção social de mecanismos alternativos de mercados no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia**. 2012. 450f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, 2012.

PETERSEN, P. F.; VON DER WEID, J. M.; FERNANDES, G. B. Agroecologia: reconciliando agricultura e natureza. **Informe Agropecuário**. Belo Horizonte, v. 30, n. 252, p. 07-15, 2009.

PIMENTEL, D. Water resources: agriculture, the environment and society. **BioScience**, v.47, n.2, 1997.

PINTO, J. R. S.; MIGNOLO, W. D. A modernidade é de fato universal? Reemergência, desocidentalização e opção decolonial. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 15, p. 381-402, 2015.

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e Impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Editora da UFRGS, 2008. 372p.

PLOEG, J. D.V. D. Dez qualidades da agricultura familiar. **Revista Agriculturas**, n. 1, 2014.

POLANYI, K. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PORTO-GONÇALVES, C. W.. **Geografia da Riqueza, Fome e Meio Ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais**. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U.; MARQUES, Marta I. (orgs). O Campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Ed. Casa Amarela e Ed. Paz e Terra, 2004. p. 207-254.

RADOMSKY, G. **Certificação participativa e regimes de propriedade intelectual**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (Tese de doutorado). Porto Alegre, 2009.

RADOMSKY, G. F. W. Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento: a crítica da modernidade e a emergência de "modernidades" alternativas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, p. 149-162, 2011.

RADOMSKY, G. F. W. **O poder do selo: imaginários ecológicos, formas de certificação e regimes de propriedade intelectual no sistema agroalimentar**. Porto Alegre: UFRGS; 2015.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, M. F. **O papel do movimento estudantil na Universidade Federal de Viçosa**. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Viçosa – UFV. Viçosa, 2014.

RATZEL, F. Las leyes del crecimiento espacial de los Estados. Una contribución a la Geografía Política científica. **Geopolítica (s)**, v. 2, n. 1, p. 135, 2011.

RESENDE, E. M. de Sá. **A construção social de Redes Agroalimentares Agroecológicas**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa – UFV. Viçosa, 2020.

RODY, T. (Org). **Ações de fortalecimento da agricultura familiar e agroecologia: PAA-UFV 2020 portfólio**. Viçosa-MG, Editora Asa Pequena, 2021.

ROSA, M. V. F. P. de; ARNOLDI, M. A. G. C. **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para validação dos resultados**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 112 p.

ROSSET, P. M. *et al.* Critical Latin American agroecology as a regionalism from below. **Globalizations**, v. 19, n. 4, p. 635-652, 2022.

ROSSET, P. M. *et al.* Pensamiento Latinoamericano Agroecológico: the emergence of a critical Latin American agroecology?. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 45, n. 1, p. 42-64, 2021.

ROSSET, P.; ALTIERI, M. **Agroecologia: Ciencia y política**. La Paz, Bolívia: Icaria Editorial, 2017.

SALDANHA, J. C.; ANTONGIOVANNI, L.; SCARIM, P. C. Diálogos entre a multifuncionalidade da agricultura familiar e os projetos coletivos de educação do campo e da agroecologia no Norte do Espírito Santo. In: CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. (Org). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SCANTIMBURGO, André. O desmonte da agenda ambiental no governo Bolsonaro. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 52, 2018.

SCHMITT, C. J. **Agroecologia, políticas públicas e transições sociotécnicas: ampliação de escala de redes territoriais voltadas à promoção de uma agricultura de base ecológica**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2016.

SEVILLA GUSMÁN, E. **Canales cortos de comercialización alimentaria en Andalucía**. Andalucía: Centro de Estudios Andaluces, Consejería de la Presidencia e Igualdad, 164p, 2012.

SILVA, C. H. **Conflitos ambientais no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB): Agricultura Familiar e Mineração de Bauxita no município de Miradouro-MG**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa – UFV. Viçosa, 2012.

SILVA, M. G. Gênese do Movimento Agroecológico: Processos Educativos e a Formação das Matrizes Ético-Políticas e Técnico-Produtivas. **Brazilian Journal of Agroecology and Sustainability**, v. 4, n. 1, 2022.

SILVEIRA, P. S. da; RAMOS, M. F. Memórias do movimento estudantil-agroecológico da UFV. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, n. 1, 2018.

SVAMPA, M. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. Editora Elefante, 2020.

TARDIN, J. M. Cultura camponesa. In: CALDART, R. S. *et al.* (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2012.

TARDIN, J. M; GUHUR, D. M. P. Agroecologia: uma contribuição camponesa à emancipação humana e à restauração revolucionária da relação metabólica sociedade-natureza. In: MOLINA, M. C. *et al.* **Análise de práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais de Ciências Agrárias: Reflexões sobre o programa Residência Agrária**. v. 2. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2017, p. 44-99.

TITTONELL, P. *et al.* Emerging responses to the COVID-19 crisis from family farming and the agroecology movement in Latin America—A rediscovery of food, farmers and collective action. **Agricultural Systems**, v. 190, p. 103098, 2021.

WEZEL, A. *et al.* Agroecological principles and elements and their implications for transitioning to sustainable food systems. A review. **Agronomy for Sustainable Development**, v. 40, n. 6, p. 1-13, 2020.

WEZEL, A. *et al.* Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. **Agronomy for sustainable development**, v. 29, n. 4, p. 503-515, 2009.

ZANELLI, F. V. **Educação do Campo e Territorialização de Saberes: Contribuições dos Intercâmbios Agroecológicos**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Viçosa – UFV. Viçosa, 2015. 156f.

## **CAPÍTULO 2 - “O POLO SOMOS NÓS”: IDENTIFICANDO E LOCALIZANDO ATORES SOCIAIS CONSTITUINTES DO POLO AGROECOLÓGICO E DE PRODUÇÃO ORGÂNICA DA ZONA DA MATA MINEIRA”**

### **RESUMO**

A Zona da Mata de Minas Gerais é uma região rica em sociobiodiversidade e recursos naturais como nascentes de água, florestas e minérios de interesse econômico, como a bauxita. Em um mesmo território, mais especificamente no entorno da Serra do Brigadeiro, uma densa rede agroecológica tem se conformado e se consolidado ao longo dos anos desde a década de 1980. Essa rede é composta por múltiplos atores sociais da agricultura familiar, espalhados pela Zona da Mata mineira, que por sua vez, atuam em diferentes frentes, mas articulados. Como resultado dessa articulação, em 2018, foi instituída a Lei 23.207, que instituiu a Zona da Mata de Minas Gerais como Polo Agroecológico e de Produção Orgânica. Contudo, alguns avanços no sentido de compreender melhor essa estratégia são evidentes. Nesse sentido, este estudo buscou refletir sobre os processos de territorialização protagonizados pelos próprios atores sociais que têm contribuído para “fazer valer” a Lei 23.207. Tivemos como objetivo principal a identificação e localização de atores sociais envolvidos em processos de territorialização do Polo nos municípios de Divino, Muriaé e Viçosa entre 2021 e 2023. Para isso, mobilizamos um conjunto de métodos de coleta de dados, como revisão de literatura, observação participante e pesquisa documental. Para a análise dos dados, mobilizamos a técnica da análise de conteúdo de Bardin (2011), onde categorizamos os atores sociais identificados. Como resultados, apontamos um conjunto de

cerca de 90 atores, dentre eles agricultores e agricultoras familiares, movimentos sociais populares, organizações não-governamentais, instituições de ensino, pesquisa e extensão, sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, associações e cooperativas, localizados em 21 municípios de Minas Gerais, para além do recorte geográfico da região da Zona da Mata.

**Palavras-chave:** agroecologia; atores sociais; articulação; territorialização.

## ABSTRACT

The Zona da Mata region of Minas Gerais is rich in socio-biodiversity and natural resources such as water springs, forests, and economically valuable minerals like bauxite. Within the same territory, particularly in the surroundings of Serra do Brigadeiro, a dense agroecological network has been shaping and consolidating since the 1980s. This network comprises multiple social actors from family farming spread across the Zona da Mata region, who operate in different fronts but are interconnected. As a result of this articulation, in 2018, Law 23.207 was enacted, designating the Zona da Mata de Minas Gerais as an Agroecological and Organic Production Hub. However, some advancements in understanding this strategy are evident. In this regard, this study aimed to reflect on the territorialization processes led by the social actors themselves, contributing to the enforcement of Law 23.207. Our main objective was to identify and locate social actors involved in the territorialization processes of the Hub in the municipalities of Divino, Muriaé, and Viçosa between 2021 and 2023. To achieve this, we employed various data collection methods, including literature review, participant observation, and documentary research. For data analysis, we utilized Bardin's content analysis technique (2011), categorizing the identified social actors. As a result, we identified a set of approximately 90 actors, including family farmers, popular social movements, non-governmental organizations, educational, research, and extension institutions, rural workers' unions, associations, and cooperatives, located in 21 municipalities in Minas Gerais, beyond the geographical scope of the Zona da Mata region.

**Keywords:** agroecology; social actors; articulation; territorialization.

## 1 INTRODUÇÃO

Múltiplos são os entendimentos acerca da agricultura familiar camponesa. Pode apresentar-se como uma categoria analítica para as pesquisas e estudos desenvolvidos em âmbito acadêmico, também como categoria política, demarcando posicionamentos e práticas que se distanciam da agricultura moderna ou, ainda, reivindicando direitos e construindo políticas públicas para seu público (BALSAN, 2006; NEVES, 2007). Mas dentre essas diferentes atribuições acerca de uma só categoria, há uma realidade: a agricultura familiar se opõe à perspectiva empresarial e unicamente econômica hegemônica das sociedades atuais, fazendo com que seja vista ora como atrasada, ora como atrativa (PLOEG, 2014).

Como uma categoria que foi conquista da luta social, o/a agricultor/a familiar vem constantemente sendo reformulada e repensada, com o objetivo de buscar incorporar ao

máximo a heterogeneidade do rural brasileiro (NEVES, 2007)<sup>11</sup>. Por sua vez, esse processo de aglutinação de atores e pautas revela as “fissuras” (HOLLOWAY, 2013) no tecido social, possibilitando uma ação política coordenada, assim como o caráter mobilizador da categoria, refletindo em conquistas concretas, como o fortalecimento da construção de sua identidade e o reconhecimento legal de sua cidadania política e econômica (NEVES, 2007; PLOEG, 2014).

Ao longo da história, seja de forma intencional ou não, agricultores e agricultoras foram produzindo inovações a partir de suas interações com o seu ambiente com o objetivo de “aperfeiçoar” seus sistemas agrícolas. Esse processo de experimentação fez com que esses agricultores e agricultoras desenvolvessem sistemas complexos, diversificados e adaptados às suas necessidades e especificidades locais, com seus saberes e práticas diversas (ALTIERI, TOLEDO; 2011; ALIMONDA, 2011; DA COSTA, 2017).

Pensando nessa agricultura experimentadora, com sistemas complexos e diversificados e adaptada às realidades locais, estudos têm apontado aproximações entre a agricultura familiar e a agroecologia (GLIESSMAN, 2000; SALDANHA *et al.*, 2009; LIMA, 2013). A partir da complexidade de atores e atividades desempenhadas pela agricultura familiar, da valorização dos diversos saberes, do desenvolvimento de práticas integrativas que suavizam a desconexão entre cultura e natureza gerada pela agricultura moderna e apontam para a construção de sistemas agroalimentares mais justos, social e ecologicamente mais sustentáveis, as práticas agroecológicas têm aparecido como referência.

No Brasil, famílias agricultoras têm se fortalecido através da adoção de princípios agroecológicos (PLOEG, 2014). Seja participando de organizações sociais como cooperativas e/ou associações, grupos de agricultores, acessando mercados e políticas públicas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), construindo as feiras agroecológicas e solidárias, etc.

Em algumas localidades da Zona da Mata de Minas Gerais esse processo de fomento e fortalecimento da organização social da agricultura familiar através da agroecologia também vem acontecendo. Desde a década de 1980, a partir da organização social inicialmente fomentada pelas Comissões Eclesiais de Base (CEBs) e os Sindicatos de

---

<sup>11</sup> Agricultores/as, pescadores/as artesanais, artesãos, assentados (beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária), extrativistas, mais recentemente silvicultores e aquícultores (NEVES, 2007; PLOEG, 2014).

Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STRs), pelo movimento de agricultura alternativa da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), tem se conformado e consolidado uma rede de agroecologia (CARDOSO; FERRARI, 2006; FREITAS, 2015; SCHMITT, 2016; OLIVEIRA *et al.*, 2018; RESENDE, 2020; NETTO, 2021; SILVA, 2022).

Essa rede é constituída por uma diversidade de atores sociais, como trabalhadores e trabalhadoras rurais, agricultores e agricultoras familiares, organizações não-governamentais e da sociedade civil, sindicatos rurais, instituições de ensino, pesquisa e extensão, movimentos sociais populares, estudantes, professores e professoras, setores progressistas da Igreja Católica e do Estado, mandatos parlamentares populares. Foi essa rede de atores articulados em diferentes localidades da Zona da Mata mineira que ao longo das últimas décadas vêm produzindo uma série de inovações no contexto da agroecologia e da agricultura familiar, tais como: os Centros de Tecnologias Alternativas, como o CTA-ZM na década de 1980; o uso de metodologias participativas e integrativas; a valorização das trocas de saberes e experiências, como ocorre nos Intercâmbios e Caravanas Agroecológicas e na Troca de Saberes; emendas parlamentares e geridas pelo conjunto da agricultura familiar, como foi o PAA-UFV (RODY, *et al.*, 2021) em 2020; a criação dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo e do Programa de Pós-graduação em Agroecologia; o Sistema de Participação da Garantia (SPG) Floriô; o estabelecimento de redes de produtores e consumidores, como a Rede Raízes da Mata, etc (CARDOSO; FERRARI, 2006; ZANELLI, 2015; OLIVEIRA, 2018; RESENDE, 2020; SILVA, 2022).

É nesse contexto de efervescência de atores e estratégias formuladas para o desenvolvimento da agricultura familiar e da agroecologia na Zona da Mata mineira que é instituído em dezembro de 2018 pela Lei nº 23.207 o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica, com o objetivo de continuar promovendo e incentivando a agroecologia e a produção orgânica na região, consolidando ações e fortalecendo práticas historicamente desenvolvidas pela agricultura familiar camponesa e suas respectivas organizações sociais. Resende (2020) e Netto (2021) afirmam que o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata mineira representa uma espécie de “reconhecimento do Estado” ao relevante histórico de atuação da agroecologia e da agricultura familiar camponesa e de suas experiências em suas localidades.

Contudo, apenas um ano após a promulgação da Lei do Polo, no início de 2020, o Brasil e o mundo são assolados pela pandemia de COVID-19, intensificando no país um cenário de retrocessos iniciado em 2016 e continuado pelas agendas ultraliberais de Michel Temer e Jair Bolsonaro (SCANTIMBURGO, 2018; CARDOSO JR., 2019; MATTA *et al.*, 2021).

Nesse sentido, passados mais de três anos desde a promulgação da Lei do Polo, no fim de 2018, alguns desafios estavam postos e o II Seminário Regional “Terra, Território, Água e Espiritualidade na Zona da Mata Mineira” colocou luz sobre essas contradições. Realizado em setembro de 2022 na Comunidade Carangolinha de Cima, no município de Divino-MG, no entorno da Serra do Brigadeiro, na Zona da Mata mineira, teve como lema “Terra, dom de Deus e conquista do povo”. O Seminário contou com a participação de diversos atores de diferentes localidades da região. Coletivamente, agricultores/as familiares, moradores locais, pesquisadores/as, estudantes, professores/as, sindicalistas, representantes da de setores da Igreja, do Estado, de organizações não-governamentais e de movimentos sociais reuniram-se durante três dias para discutirem sobre pautas pertinentes à região em que estão inseridos.

Como parte da programação do Seminário, uma oficina exclusiva para o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica foi proposta. Na oficina, que contou com a participação de 11 pessoas de diferentes frentes de atuação, ficou explícita a necessidade de entender melhor o que é o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata mineira. As pessoas participantes da oficina se perguntavam, por exemplo: “*Mas o que é o Polo mesmo?*” ou “*Quem faz parte dele?*” ou ainda “*Que municípios ele abrange?*”. Nesse sentido, inspirados nos participantes da oficina, que por sua vez representam a própria agricultura familiar camponesa e a rede de agroecologia da Zona da Mata mineira, este estudo visa contribuir para um maior entendimento sobre o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica.

A partir de uma abordagem teórico-conceitual crítica e “de baixo para cima”, nosso objetivo, neste capítulo, é: i) identificar e localizar atores sociais que estão territorializando o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata Mineira a partir de suas agências na rede agroecológica no contexto dos municípios de Divino, Muriaé e Viçosa. Para buscar concretizar este objetivo traçado, foram mobilizadas algumas estratégias metodológicas. A coleta dos dados se deu através da observação participante de 2021 a 2023,

em três municípios da Zona da Mata mineira: Divino, Muriaé e Viçosa. Destas observações, foram selecionados quatro eventos, que possibilitaram a análise documental de quatro documentos (relatórios) referentes a essas atividades/eventos observados e selecionados. Além disso, foi feita uma revisão de literatura, como primeira estratégia de aproximação com o campo da pesquisa mobilizada pelo pesquisador.

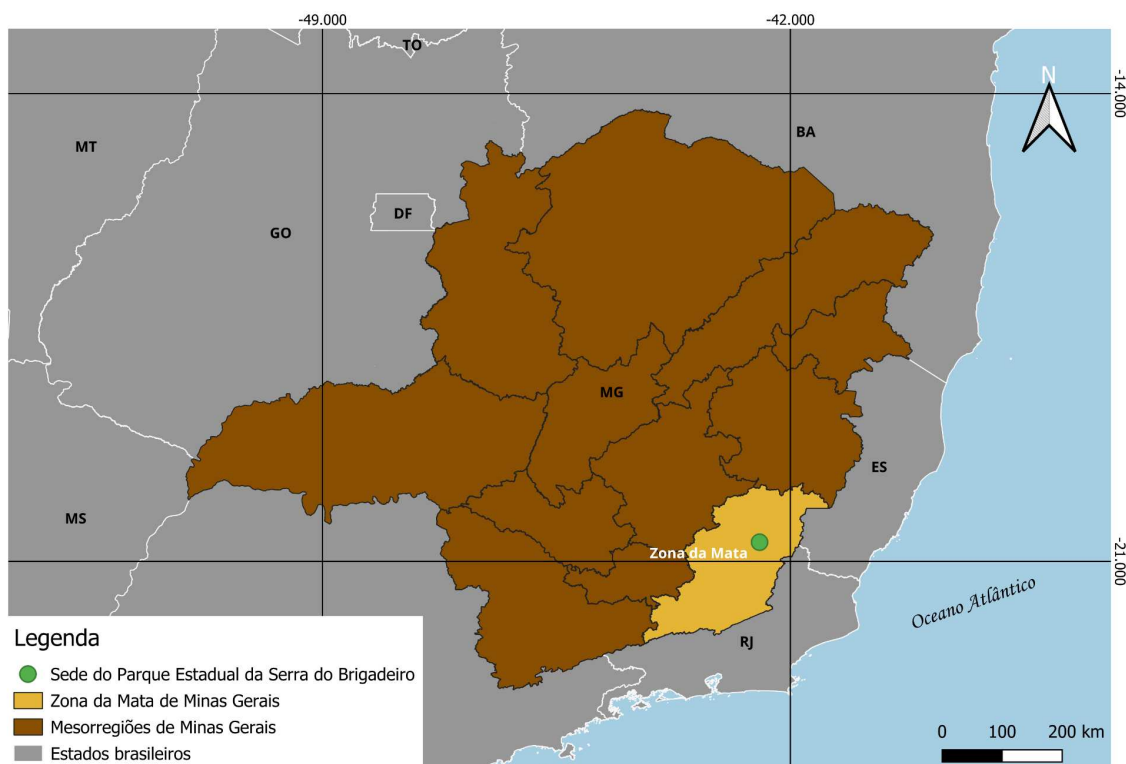
## **2 PERCURSO METODOLÓGICO**

O referido estudo se caracteriza como qualitativo e exploratório, uma vez que procura identificar e localizar atores sociais que estão territorializando o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata Mineira a partir de suas agências na rede agroecológica no contexto dos municípios de Divino, Muriaé e Viçosa. Como procedimentos metodológicos, para este capítulo, foram mobilizadas as seguintes técnicas: a) revisão de literatura; b) observação participante e c) análise documental. Para isso, o projeto de pesquisa, intitulado “Lutas e território-rede: Polo Agroecológico e de Produção Orgânica na Zona da Mata de Minas Gerais” foi apreciado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFV com o parecer número 6.055.077. A seguir, será apresentada a área em que a pesquisa foi desenvolvida, assim como seu recorte geográfico. Logo em seguida, serão apresentadas as metodologias utilizadas para coleta e análise dos dados.

### **2.1 Caracterização da área do estudo**

O referido estudo se deu na Zona da Mata Mineira (Figura 3), que é uma das 12 mesorregiões de Minas Gerais, localizada na porção oeste do estado. Composta por 143 municípios, está inserida no bioma Mata Atlântica, que tem como característica marcante uma expressiva agrobiodiversidade, sendo considerada uma importante região para a conservação dos recursos que ali existem. Seu relevo é acidentado e com densa cobertura vegetal, o que parece ter contribuído para um processo tardio de ocupação do território no período colonial, tendo povos indígenas, descendentes de imigrantes europeus e remanescentes de populações negras escravizadas como primeiros habitantes (IBGE, 2010; SCHMITT, 2016; SILVA, 2022).

Figura 3 - Mapa de localização da Zona da Mata de Minas Gerais



Fonte: Autoria própria (2023).

É nessa região que também se encontra a Serra do Brigadeiro e seus territórios no entorno, (como Divino, Muriaé e Viçosa<sup>12</sup>, municípios analisados neste estudo) historicamente palco de conflitos políticos, sociais, ambientais, culturais e econômicos. A partir das contradições do projeto de modernização para o campo, amplamente difundido pelo país e pelo mundo, mais especificamente durante as décadas de 1970 e 1980, emergem movimentos contrários em defesa dos territórios. O processo de criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB) é um exemplo.

Criado na década de 1990 a partir da Lei Estadual nº 9.655/1988<sup>13</sup>, nove municípios eram abarcados no território da Serra do Brigadeiro e seu entorno, a saber: Araponga, Divino, Ervália, Fervedouro, Miradouro, Muriaé, Pedra Bonita, Rosário da Limeira e Sericita. Essa lei, por sua vez, tinha como proposta preservar as áreas localizadas acima de mil metros de

<sup>12</sup> Apesar de não se encontrar geograficamente no entorno da Serra do Brigadeiro, neste estudo, para fins de recorte metodológico, assumimos aqui o município de Viçosa como constituinte deste território, uma vez que o mesmo possui uma relevância histórica nas ações desenvolvidas no âmbito da rede de agroecologia da Zona da Mata Mineira a partir da articulação entre a UFV, o CTA-ZM, movimentos sociais populares, entre outros.

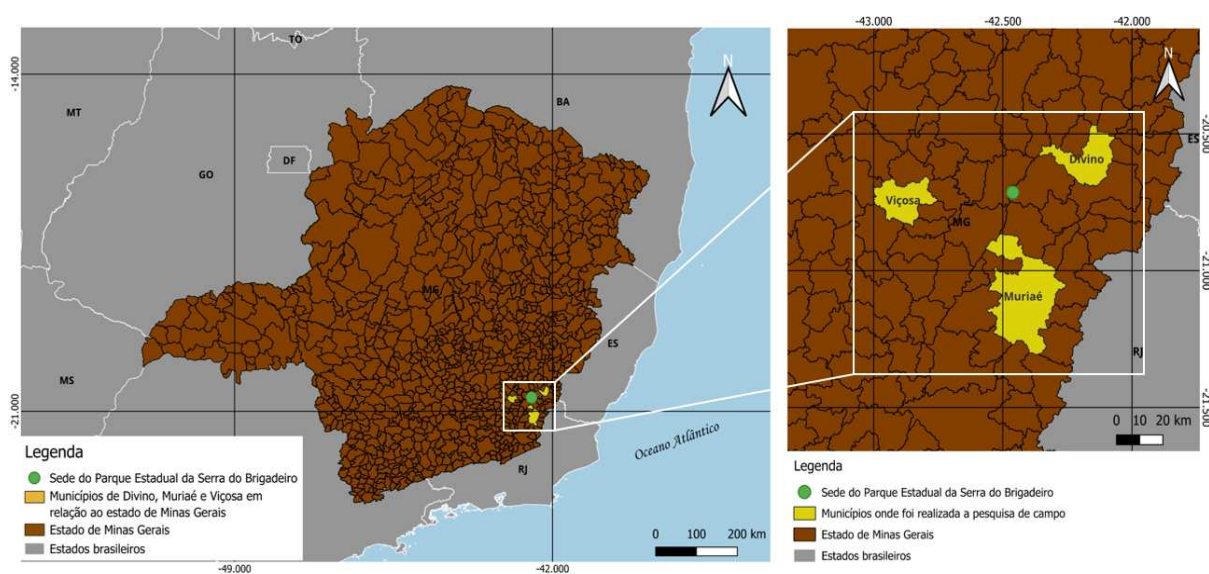
<sup>13</sup> Ver mais em:

<https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-9655-1988-minas-gerais-autoriza-o-poder-executivo-a-criar-o-parque-estadual-da-serra-do-brigadeiro-e-da-outras-providencias>.

altitude dentro dos limites do PESB, com uma área de aproximadamente 33 mil hectares. Segundo levantamentos feitos na época, faziam parte desse território, o entorno da Serra do Brigadeiro, cerca de 400 famílias agricultoras familiares com aproximadamente 2.400 pessoas, que há décadas ocupavam essas áreas e realizavam suas práticas. Ou seja, tudo o que estivesse acima dos mil metros de altitude, o que incluía os próprios agricultores e agricultoras familiares, suas terras, animais e plantas, assim como tudo relacionado aos seus modos de vida naquelas áreas, precisaria sair, em razão da criação da Unidade de Conservação (UC) proposta para a Serra do Brigadeiro (CTA-ZM, 2005; FREITAS, 2015; MALERBA, 2022).

É nesse território em disputa e acirrado, o entorno da Serra do Brigadeiro, que este estudo se insere. Ele foi definido tendo em mente que é nesse recorte geográfico que muitos processos de resistência e luta social ocorrem a partir da movimentação dos atores sociais em defesa de seus territórios, suas práticas, tradições, cultura e modos de vida. No entanto, por questões pragmáticas da pesquisa de mestrado, dos nove municípios que compõem o entorno da Serra do Brigadeiro, foram selecionados três, a saber, Divino, Muriaé e Viçosa (Figura 4), que foram os municípios em que o pesquisador realizou sua pesquisa de campo.

Figura 4 - Municípios da Zona da Mata Mineira a pesquisa de campo foi realizada



Fonte: Autoria própria (2023).

Destacamos que apesar do município de Viçosa não estar geograficamente no entorno da Serra do Brigadeiro, ele se coloca como central para este estudo. A partir da importância e contribuição de atores sociais de Viçosa, como a Universidade Federal de Viçosa (UFV) e do

Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), por exemplo, ampliou-se, metodologicamente falando para este estudo, o entorno da Serra do Brigadeiro, considerando também o município de Viçosa como área de estudo.

## 2.2 Revisão de literatura

O primeiro instrumental metodológico utilizado foi a revisão de literatura (BRIZOLA; FANTIN, 2016), que se deu logo no início da pesquisa, no início de 2022. Por se tratar de uma iniciativa relativamente recente, ainda não há uma expressiva quantidade de produções científico-acadêmicas sobre o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica. Por isso, a base utilizada para pesquisa e seleção de trabalhos foi o *Google Scholar*, visto que era a única plataforma onde se encontrava produções relacionadas com o escopo da pesquisa. Além disso, foram utilizados boletins agroecológicos (físicos) produzidos pelo CTA-ZM e coletados ao longo da pesquisa de campo, durante a observação participante.

Foram selecionados 10 boletins “Nossa Roça”<sup>14</sup>, os trabalhos e pesquisas de Freitas (2015), Schmitt (2016), Resende (2020), Berg (2020), Rody *et al.*, (2021), Netto (2021) e Silva (2022). O critério de seleção dos materiais foi a sua relevância para a pesquisa. Todos eles dissertam, em alguma medida, sobre a constituição da rede agroecológica da Zona da Mata mineira e do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica, trazendo valiosas informações sobre um processo que teve origem há mais de quarenta anos. Essa etapa foi de suma importância para o pesquisador se situar no contexto sócio-histórico-territorial da pesquisa. O Quadro 3, abaixo, mostra os materiais utilizados na revisão de literatura.

Quadro 3 – Materiais utilizados na revisão de literatura

AUTOR/A	TÍTULO	ANO	TIPO
COMERFORD, J. C.	“Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural”	2003	Livro
FREITAS, A. F.	“Dinâmicas sociais e desenvolvimento territorial no território Serra do Brigadeiro: atores, redes e instituições”	2015	Tese de Doutorado

<sup>14</sup> Os boletins “Nossa Roça” são materiais produzidos pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) em parceria com a UFV e as organizações de agricultores e agricultoras familiares dos municípios da Zona da Mata com o intuito de articular e divulgar os conhecimentos científicos e populares produzidos na região (OLIVEIRA *et al.*, 2018). Para esta pesquisa, os boletins foram selecionados aleatoriamente, a partir da coleta dos materiais físicos durante a pesquisa. As versões digitais desses 10 e de outros estão disponíveis em: <https://ctazm.org.br/biblioteca/categoria-nossa-roca-38>.

SCHMITT, C. J.	“Agroecologia, políticas públicas e transições sociotécnicas: ampliação de escala de redes territoriais voltadas à promoção de uma agricultura de base ecológica”	2016	Relatório
RESENDE, E. M. S.	“A construção social de Redes Agroalimentares Agroecológicas”	2020	Dissertação de mestrado
BERG, L.	“Building movements for transformation: defending and advancing agroecology in Brazil”.	2020	Tese de doutorado
RODY T. <i>et al.</i> ,	“Ações de fortalecimento da agricultura familiar e agroecologia”	2021	Portfólio
NETTO, C. P.	“A governança agroecológica e o papel do Estado: estudo de caso do Polo Agroecológico da Zona da Mata no Brasil”	2021	Dissertação de mestrado
SILVA, M. G.	“Gênese do Movimento Agroecológico: Processos Educativos e a Formação das Matrizes Ético-Políticas e Técnico-Produtivas”	2022	Artigo
TITTONELL, P. <i>et al.</i>	“Emerging responses to the COVID-19 crisis from family farming and the agroecology movement in Latin America—A rediscovery of food, farmers and collective action”	2021	Artigo
CTA-ZM	“PNAE e agricultura familiar”	2020	Boletim “Nossa Roça”
CTA-ZM	“Se tem racismo, não tem agroecologia!”	2022	Boletim “Nossa Roça”
CTA-ZM	“Certificação orgânica participativa no Polo Agroecológico da Zona da Mata mineira”	2020	Boletim “Nossa Roça”
CTA-ZM	“Estrutura e controle social na certificação participativa da Zona da Mata mineira”	2020	Boletim “Nossa Roça”
CTA-ZM	“Como utilizar a caderneta agroecológica”	2021	Boletim “Nossa Roça”
CTA-ZM	“As cadernetas agroecológicas e o trabalhar das mulheres agricultoras em Viçosa”	2021	Boletim “Nossa Roça”
CTA-ZM	“Sementes crioulas”	2021	Boletim “Nossa Roça”

CTA-ZM	“Quintais: um tesouro ao redor de nossas casas”	2021	Boletim “Nossa Roça”
CTA-ZM	“Labe-labe: um feijão para a terra, para os animais e para as pessoas”	2021	Boletim “Nossa Roça”
CTA-ZM	“Minha alegria que é ver o povo reunido”	2023	Boletim “Nossa Roça”

Fonte: Autoria própria (2023).

O processo de revisão de literatura foi de considerável importância para o desenvolvimento deste estudo, uma vez que o pesquisador vem de um outro estado, de uma outra região do país. A partir da leitura e análise destes e outros materiais, foi possível iniciar o rastreamento de atores sociais do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica a partir do contexto de formação e consolidação da agricultura familiar camponesa e da agroecologia na Zona da Mata Mineira.

### 2.3 Observação participante

A observação participante é um método qualitativo que tem origem na pesquisa etnográfica. Nessa abordagem, o contexto sociocultural do ambiente em que a pesquisa se deu forneceu elementos de análise ao pesquisador/a. Ou seja, a observação participante consiste na imersão do/a pesquisador/a, onde este, em certos momentos, torna-se parte daquele contexto, interagindo e compartilhando conjuntamente com quem ou o que está envolvido no processo observado. Como um dos seus objetivos, a observação participante se propõe a compreender uma temática ou situação particular através da própria vivência dos sujeitos envolvidos. Dessa forma, geralmente, essa abordagem é utilizada em ambientes comunitários e/ou locais de relevância para a pesquisa (MARIETTO, 2018). Assim, o método de coleta na observação participante consiste justamente na participação e interação do/a pesquisador no cotidiano do ambiente em que acontece a pesquisa (GIVEN, 2008).

Dessa forma, a observação participante teve início ainda em 2021, a partir do mês de agosto, com a participação do pesquisador em reuniões virtuais conduzidas por representantes da rede de agroecologia da Zona da Mata mineira, marcando o primeiro contato entre pesquisador e universo da pesquisa. Esse processo de observação participante continuou até o mês de julho de 2023, compreendendo quase dois anos de observações, onde foi possível a participação e contribuição em diversos espaços organizados pela rede de agroecologia da

Zona da Mata mineira, como reuniões, feiras agroecológicas e solidárias, intercâmbios, vivências culturais, etc.

No entanto, para fins metodológicos e didáticos, optou-se por selecionar alguns desses momentos considerados pertinentes ao referido estudo, como sintetiza o Quadro 4, mostrado abaixo.

Quadro 4 - Atividades em que foram aplicadas a observação participante durante a pesquisa

<b>ATIVIDADE</b>	<b>LOCAL</b>	<b>PERÍODO</b>
I Reunião da Associação de Agricultura Orgânica e Agroecologia da Zona da Mata MG após a formalização do SPG no MAPA.	Virtual	Set/2021
I Encontro Presencial do Sistema Participativo de Garantia (SPG) Floriô.	Viçosa	Fev/2022
Visitas à Feira Agroecológica e Cultural da Violeira.	Viçosa	2022-2023
Visitas ao Quintal Solidário - projeto vinculado à Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP).	Viçosa	2022-2023
Reuniões e formações de grupos de ensino, pesquisa e extensão da UFV.	Viçosa	2021-2023
II Seminário Regional “Terra, Território, Água e Espiritualidade na Zona da Mata mineira”.	Divino	Set/2022
Seminário “O Programa Nacional de Alimentação Escolar: Olhares a partir da Agricultura Familiar e Agroecologia no Brasil”.	Viçosa e Muriaé	Abr/2023
Reunião do Conselho Cooperativo do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM).	Viçosa	Abr/2023
Visita à Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar Solidária (COOPAF).	Muriaé	Abr/2023
Visita ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STR) de Muriaé.	Muriaé	Abr/2023

Reunião sobre crédito fundiário no STR de Muriaé.	Muriaé	Abr/2023
Plenária do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata Mineira na XIV Troca de Saberes.	Viçosa	Jul/2023

Fonte: Aatoria própria (2023).

Destaca-se ainda o caderno de campo, que foi um dos instrumentos utilizados para registros durante a observação participante. Foi possível, com o auxílio desse instrumento, obter informações que fugiam às observações momentâneas, complementando e enriquecendo os dados coletados através de um processo de reflexão realizado posteriormente. Segundo Magnani (1997), o caderno de campo pode ser um importante instrumento de pesquisa, uma vez que, ao registrar na folha de papel o contexto particular em que determinado dado foi obtido, permite captar informações que outras estratégias, até mais modernas, não captam.

#### **2.4 Análise documental**

O segundo procedimento metodológico utilizado para coleta de dados foi a análise documental. Da observação participante, foram selecionados quatro eventos, a saber: a) I Reunião da Associação de Agricultura Orgânica e Agroecologia da Zona da Mata/MG após a formalização do Sistema Participativo de Garantia (SPG) no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); b) I Encontro Presencial do Sistema Participativo de Garantia (SPG) Floriô; c) II Seminário Regional “Terra, Território, Água e Espiritualidade na Zona da Mata Mineira” e d) Reunião do Conselho Cooperativo do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM).

Foram analisados os relatórios desses respectivos eventos, que por sua vez foram disponibilizados pelo CTA-ZM, organizador comum de todos os eventos citados. A relevância para a pesquisa e o acesso do pesquisador aos materiais são as justificativas para tal seleção de eventos. Munido com os relatórios, foi possível ter uma noção, ainda que incipiente, do público envolvido na territorialização do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata Mineira nesses respectivos momentos, assim como os municípios em que atuam. Ressalta-se, no entanto, que estes documentos não representam a totalidade de atores envolvidos, nos fornecendo um olhar parcial e pontual no espaço-tempo sobre as informações coletadas. Este estudo não tem a pretensão de quantificar ou desqualificar a

participação ou não participação de determinado ator social, seja ele/a um indivíduo ou grupo/organização.

## 2.5 Análise dos dados

As falas dos entrevistados foram, então, transcritas e analisadas a partir da técnica da Análise de conteúdo (BARDIN, 2011). Para Minayo *et al.*, (2011), a Análise de conteúdo pode ser entendida como um conjunto de técnicas e destaca, ainda, duas principais funções na sua aplicação. A primeira, segundo a autora, se refere à *verificação de hipóteses e/ou questões*, uma vez que através da análise de conteúdo de uma entrevista, por exemplo, é possível encontrar as respostas para os questionamentos levantados. A segunda função diz respeito à *descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos*, aprofundando a análise, numa tentativa de olhar para além do que está na “superfície”. A análise de conteúdo possui as seguintes fases: pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados obtidos e, por fim, a interpretação (BARDIN, 2011).

No caso deste artigo, sucederam os seguintes procedimentos. Devido ao volume de informações geradas a partir do roteiro com as perguntas orientadoras (Anexo 1), foi solicitado aos informantes-chave o registro em áudio das entrevistas. Todos os/as participantes, que já estavam cientes dos objetivos da pesquisa via Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), autorizaram a gravação. Com isso, foi possível utilizar um *software*<sup>15</sup> para auxiliar na conversão do áudio em texto. Em seguida, a transcrição foi revisada pelo autor, junto à gravação do áudio, como uma forma de garantir a qualidade dos dados gerados pela transcrição do *software*. Com as entrevistas transformadas em texto, foi possível realizar a pré-análise e a exploração do material, seguindo o percurso metodológico proposto por Bardin (2011).

Após esse procedimento, foi realizado o tratamento dos dados e a definição das categorias analíticas. Essas categorias, por sua vez, levaram em consideração as perguntas orientadoras do roteiro das entrevistas semiestruturadas e o próprio material coletado a partir da observação participante, dos documentos (relatórios de eventos) e das entrevistas. Dessa forma, foram estabelecidas as seguintes categorias: a) Atores sociais e b) Localidade.

---

<sup>15</sup> O *software* utilizado para a conversão dos áudios das entrevistas em texto foi a versão paga do *Transkriptor*, que possibilitou a transcrição de aproximadamente sete horas de material coletado nas entrevistas.

A categoria **Atores sociais** buscou identificar os principais atores sociais que orbitam as atividades e ações realizadas e promovidas com e pelo Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata Mineira no contexto desta pesquisa, que se deu nos municípios de Divino, Muriaé e Viçosa, durante o período compreendido entre 2021-2023. Assim sendo, com a apreciação do material bruto coletado e a organização dos dados coletados, foi possível identificar atores sociais envolvidos em processos de territorialização do Polo. A categoria **Localidade** por sua vez buscou localizar a nível municipal os atores sociais identificados, com o objetivo de demonstrar, ainda que a partir de um olhar pontual e restrito a três municípios, até onde o Polo tem chegado. Dessa forma, reforçamos o recorte metodológico desta pesquisa, que não tem a pretensão de caracterizar todos os atores sociais do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica em todos os 143 municípios da Zona da Mata Mineira.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

#### **3.1 Quem são e onde estão os atores sociais do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata Mineira**

Na revisão de literatura foram revisados 19 materiais, dentre eles artigos, dissertações de mestrado, teses de doutorado (brasileiras e estrangeiras), relatórios de diagnósticos governamentais, portfólios e boletins agroecológicos. Nos trabalhos analisados, todos produzidos no âmbito da rede de agroecologia da Zona da Mata de Minas Gerais, foi possível apreender sobre: o histórico de ocupação e exploração da Zona da Mata de Minas Gerais; as contradições que o processo de modernização da agricultura ocasionou nesse território; o surgimento de movimentos de “agriculturas alternativas” espalhados pelo território; o agrupamento de pautas em comum e a articulação popular, dando origem ao que se conhece hoje como rede de agroecologia; os frutos (agenciamentos) da consolidação e ampliação dessa rede nos territórios, dentre outras informações.

Dessa forma, com a revisão da literatura selecionada, foi possível compreender sobre o processo de uso e ocupação da Zona da Mata de Minas Gerais. Na segunda metade do século XIX, a estrutura agrária da Zona da Mata mineira era marcada pela concessão de sesmarias e a apropriação de pequenas porções de terra. Seu processo de povoamento se intensifica à medida que vão surgindo grandes fazendas cafeeiras, sobretudo a partir de 1830, quando o café passa a se expandir no território, tornando-se, em pouco tempo, a principal

atividade econômica da Zona da Mata. O trabalho nos cafezais, inicialmente, era realizado principalmente por mão de obra escravizada, no entanto, com o fim da escravatura, essa função passou a ser protagonizada pela agricultura familiar (COMERFORD, 2003; FREITAS, 2015; SCHIMITT, 2016; SILVA, 2022).

Todo esse contexto contribuiu de forma acentuada para a consolidação do território como uma potência agrícola, o que chamou a atenção de muita gente para aquele espaço. Com a insustentabilidade da atividade e as crises de superprodução a nível internacional, que interferiram no cenário nacional, o café foi perdendo espaço e a diversificação da produção agrícola na Zona da Mata mineira passou a ser incentivada, destacando-se o fomento a atividade leiteira e a culturas como o milho, o feijão e o arroz. É nesse contexto que a agricultura familiar camponesa enquanto categoria social e política começa a ganhar força e se difundir pelos territórios através de suas práticas (COMERFORD, 2003; FREITAS, 2015; SCHIMITT, 2016; SILVA, 2022).

No entanto, a partir da década de 1960, seguindo a tendência global de modernização do campo, uma série de programas governamentais de incentivo à cultura do café foram implementados, com o objetivo de reestruturar o setor a partir da adoção das “tecnologias modernas” (COMERFORD, 2003; SCHIMITT, 2016).

Como exemplo, cita-se a criação do Programa de Desenvolvimento Rural Integrado da Zona da Mata (PDRI) em 1976. Orientado a partir das políticas agrícolas difundidas sob as premissas da modernização da agricultura, o PDRI “(...) privilegiou as soluções técnicas e modernizantes, reduzindo as relações econômicas e sociais que teriam seus problemas resolvidos como resultado da adoção de novas tecnologias” (CAMPOS, 2014, p. 37), assumindo características baseadas estritamente em fatores econômicos e produtivos, uma vez que ignorava as tradições, saberes e especificidades dos territórios e de seus habitantes, reforçando a ideia de separação entre homem e natureza (LANDER, 2004; ESCOBAR, 2008; BARROS II; MONTE, 2020).

Diante dos desarranjos entre o modo de produção baseado no capitalismo e as práticas da agricultura familiar camponesa, são postas inúmeras contradições. Essa é a “fissura” (HOLLOWAY, 2013) que se “abriu” no território da Zona da Mata mineira. A partir dela, iniciou-se um processo de mobilização e articulação popular em torno de “agriculturas alternativas”. Nas comunidades rurais, os movimentos por agriculturas alternativas se deram,

principalmente, junto às organizações de agricultores e agricultoras familiares e sindicatos rurais, que por sua vez tinham o apoio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) (FREITAS, 2015; SCHIMITT, 2016; SILVA, 2022).

A partir da reflexão coletiva sobre o projeto de desenvolvimento que estava sendo difundido na região, é criado o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, vinculado à Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de Minas Gerais (FETAEMG) e ao Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), em parceria com a Universidade Federal de Viçosa (UFV), que tinham como centralidade desenvolver coletivamente estratégias contextualizadas, que dialogassem com a agricultura camponesa dos territórios, diferentemente do modelo preconizado pela agricultura moderna (FREITAS, 2015; ZANELLI, 2015; SILVA, 2022).

É nesse bojo de novas experiências que se conforma, na década de 1980, a rede agroecológica da Zona da Mata mineira que ao longo dos anos, foi produzindo e ativando novas territorialidades de acordo com a intencionalidade que os próprios coletivos decidiam conferir para cada estratégia formulada. A partir da revisão de literatura realizada, podem ser citadas algumas das principais territorialidades produzidas pela rede de agroecologia da Zona da Mata mineira ao longo dos últimos quarenta anos.

Na década de 1980, destacam-se: a criação do Grupo Alfa de Estudos em Ecologia (UFV) e do Grupo de Agricultura Alternativa de Viçosa (GVAA/UFV); a fundação de Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STRs); o trabalho das Comissões Eclesiais de Base (CEBs), baseado na Teologia da Libertação, com agricultores e agricultoras familiares e a fundação do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM).

Na década de 1990, pode-se citar: a criação do Grupo de Educação do Campo e Agroecologia (ECO/UFV); a aproximação com o poder público e o governo federal; a aprovação e financiamento de projetos de pesquisa e extensão por agências de fomento como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e a Fundação Ford; a realização do primeiro Estágio Interdisciplinar de Vivência<sup>16</sup> (EIV) da Zona da Mata mineira; a articulação a nível regional e nacional com outras entidades do movimento

---

<sup>16</sup> Os EIVs são interessantes estratégias voltadas para estudantes das ciências agrárias com o objetivo de proporcionar experiências agroecológicas em territórios da agricultura familiar camponesa, aproximando-os das realidades do mundo rural contemporâneo brasileiro (OLIVEIRA *et al.*, 2017).

estudantil e agroecológico, como a Federação Brasileira de Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB).

Na primeira metade dos anos 2000, destaca-se a criação do Programa TEIA, financiado via recurso federal vindo através do Programa de Extensão Universitária (ProExt), vinculado ao Ministério da Educação (MEC). Com projetos de extensão universitária construídos com princípios agroecológicos, o Programa TEIA organizou e tem organizado atividades e encontros envolvendo estudantes, técnicos e técnicas, professores e professoras, agricultores e agricultoras familiares, organizações não-governamentais e movimentos sociais populares, com destaque para os Terreiros Culturais e as Trocas de Saberes, realizadas anualmente na UFV.

No desenvolvimento dessas atividades, uma série de metodologias foram criadas e outras reinventadas, como as Instalações Artístico-Pedagógicas, os Círculos de Cultura, os Intercâmbios Agroecológicos e as Caravanas Agroecológicas, uma importante contribuição para o movimento agroecológico do país, uma vez que essas metodologias têm sido replicadas e re-adaptadas nos territórios afora (ALVES *et al.*, 2011; ZANELLI, 2015; OLIVEIRA *et al.*, 2017).

Dessa forma, com a revisão de literatura, foi possível conhecer atores e agenciamentos produzidos na e pela rede agroecológica na Zona da Mata Mineira que têm intrínseca relação com a emergência do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica, encarado aqui neste trabalho como um novo agenciamento produzido pelos atores sociais em territórios da agroecologia. A partir da *práxis* da agroecologia, mas não só dela, os múltiplos atores sociais da rede agroecológica foram capazes de re-existirem em seus territórios, mesmo sendo constantemente afetados pelas pressões do capital. Com isso, a agricultura familiar camponesa foi capaz de existir e re-existir nos territórios, produzindo agenciamentos, ressignificando sentidos, práticas e saberes.

A partir das outras estratégias de coleta de dados mobilizadas neste estudo, que consistiram na observação participante e na análise documental e da análise dos dados através da análise de conteúdo (BARDIN, 2011), foi possível realizar uma sistematização dos atores sociais, identificando-os e localizando-os. O Quadro 5, mostrado abaixo, apresenta a síntese desses dados.

Quadro 5 - Sistematização dos atores do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata Mineira e seus respectivos municípios, de acordo com dados desta pesquisa

Nº	LOCALIDADE	ATORES SOCIAIS
1	Acaiaca	1. Escola Família Agrícola (EFA) Paulo Freire; 2. Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STR).
2	Alto Caparaó	1. Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.
3	Araponga	1. Agricultores/as familiares da região do Pico do Boné; 2. Escola Família Agrícola - Puris de Araponga (EFA-Puris); 3. Folia dos Reis; 4. Mandato coletivo e participativo Padre João e Leleco; 5. Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.
4	Coimbra	1. Agricultores/as familiares.
5	Diogo de Vasconcelos	1. Cooperativa de agricultores/as familiares.
6	Divino	1. Associação de moradores; Comissão Pastoral da Terra (CPT); 2. Comissão Regional de Luta e Enfrentamento à Mineração na Serra do Brigadeiro; 3. Comunidade Carangolinha de Baixo; 4. Comunidade Carangolinha de Cima; 5. Comunidade Vargem Grande; 6. Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Divino (CMDRS); 7. Cooperativa; 8. Cooperativa da Agricultura Familiar Solidária de Divino e Orizânia (COOPERDOM); 9. Cresol; 10. Grupo de Agroecologia APOENA; 11. Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC); 12. Pastoral da Juventude Rural (PJR); 13. Sindicato de Agricultores e Agricultoras Familiares; 14. Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Divino (Sintraf); 15. SPG Floriô.
7	Dom Cavati	1. Movimento da Boa Nova (MOBON);
8	Espera Feliz	1. Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar (COOFELIZ); 2. Fórum Mineiro de Entidades Negras (FOMENE); 3. Sindicato de Agricultores e Agricultoras Familiares; 4. SPG Floriô.
9	Jequeri	1. Rede Raízes da Mata.
10	Leopoldina	1. Mandato Patrus Ananias.
11	Miradouro	1. Comissão Pastoral da Terra (CPT).

12	Muriaé	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Centro de Estudo Integração Formação e Assessoria Rural da Zona da Mata (CEIFAR);</li> <li>2. Comissão Pastoral da Terra (CPT);</li> <li>3. Comunidade do entorno do Pontão da Água Limpa;</li> <li>4. Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar Solidária (COOPAF);</li> <li>5. Feira Agroecológica de Muriaé;</li> <li>6. Grupo de Estudos em Agroecologia Puri;</li> <li>7. Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais (IF SUDESTE);</li> <li>8. Rede de Saberes e Sabores dos Povos Quilombolas (Rede SAPOQUI);</li> <li>9. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Muriaé e Região.</li> </ol>
13	Paula Cândido	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Grupo de produtores orgânicos;</li> <li>2. Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.</li> </ol>
14	Pedra Bonita	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Agricultores familiares/as.</li> </ol>
15	Ponte Nova	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Associação da Comunidade Quilombola de Fátima;</li> <li>2. SPG Floriô.</li> </ol>
16	Raul Soares	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Movimento pela Soberania Popular da Mineração (MAM).</li> </ol>
17	Rosário da Limeira	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Centro de Pesquisas e Conservação Iracambi.</li> </ol>
18	Santa Margarida	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Central Única dos Trabalhadores (CUT);</li> <li>2. Federação dos Agricultores da Agricultura Familiar (FETRAF);</li> <li>3. Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.</li> </ol>
19	Simonésia	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Associação dos Agricultores Familiares do Município de Simonésia (AGRIFAS);</li> <li>2. Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Divino (Sintraf).</li> </ol>
20	Viçosa	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Associação Agricultura Orgânica e Agroecologia (OCS Raízes da Mata);</li> <li>2. Associação Comunitária Liamba Agroecológica da Mata (ACOLHAM);</li> <li>3. Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis (ACAT);</li> <li>4. Associação dos Trabalhadores da Usina de Triagem e Reciclagem de Viçosa (ACAMARE);</li> <li>5. Câmara Municipal de Viçosa;</li> <li>6. Centro Cultural de Capoeira Angoleiros do Mar;</li> <li>7. Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM);</li> <li>8. Centro Universitário de Viçosa (Univiçosa);</li> <li>9. Comunidade Quilombola do Buieié;</li> <li>10. Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LICENA);</li> <li>11. E. M. Prof. Paulo Mário;</li> <li>12. Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG);</li> <li>13. Escola Nacional de Energia Popular (ENEP);</li> <li>14. Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais – N° Golo;</li> <li>15. Feira Cultural e Agroecológica da Violeira;</li> </ol>

		16. Fórum Mineiro de Entidades Negras (FOMENE); 17. Grupo de Estudos sobre Natureza, Cultura e Alimento (CUIA-UFV); 18. Grupo de Trabalho de Certificação da Rede SAPOQUI; 19. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP); 20. Instituto Alba Quercus 21. Mandato Jamille Gomes; 22. Mandato Leninha; 23. Mandato Rogério Correia; 24. Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM); 25. Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (NACAB); 26. Núcleo de Educação do Campo e Agroecologia (ECOA); 27. Organização Cooperativa de Agroecologia (OCA); 28. Partido dos Trabalhadores (PT); 29. PPG Agroecologia; 30. PPG Extensão Rural; 31. Projeto Curupira; 32. Rede de Saberes e Sabores dos Povos Quilombolas (Rede SAPOQUI); 33. Universidade Federal de Viçosa (UFV).
21	Visconde do Rio Branco	1. Comunidade Quilombola Bom Jardim; 2. Partido dos Trabalhadores (PT); 3. Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

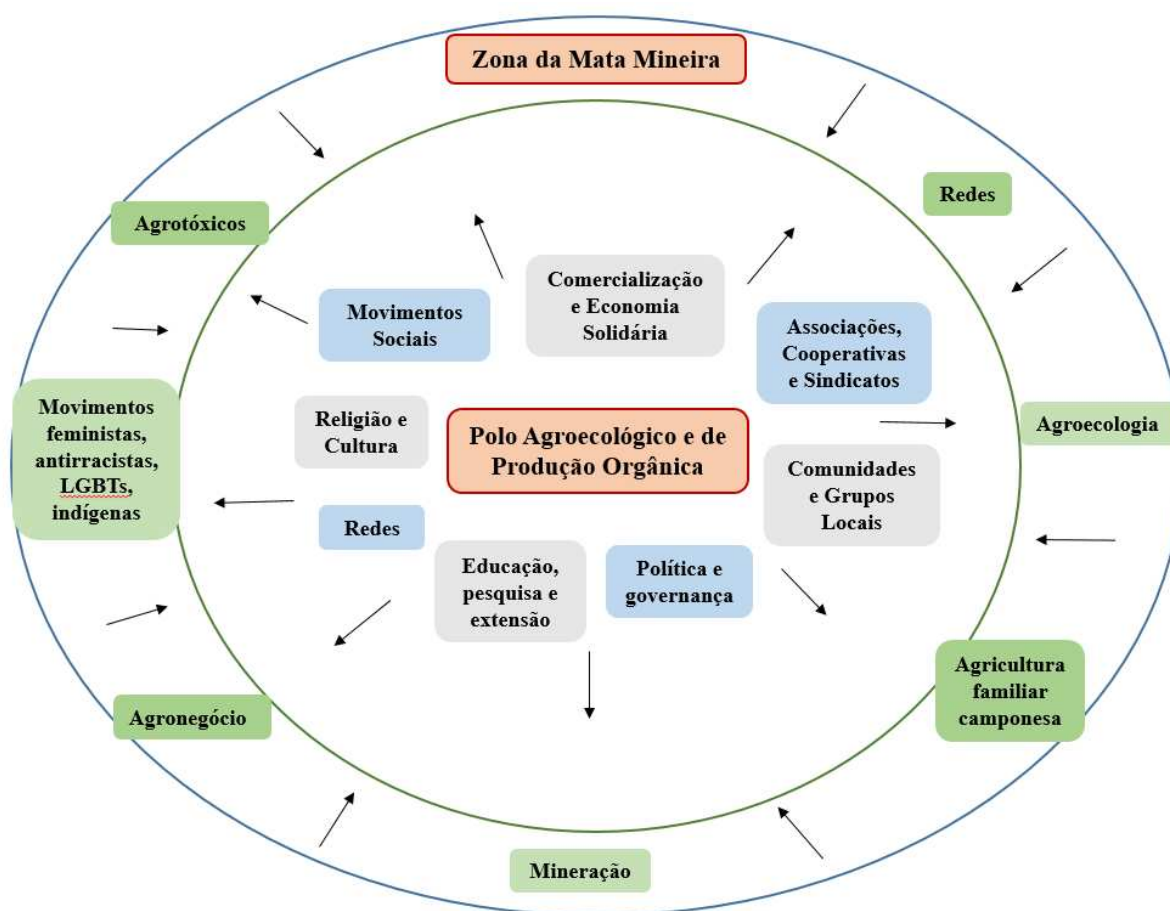
Fonte: Autoria própria (2023).

Foram identificados cerca de noventa (90) atores sociais distribuídos em vinte e um (21) municípios da Zona da Mata Mineira, se envolvendo e participando das atividades e ações de territorialização do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica, representadas aqui pelos respectivos eventos a que esta pesquisa se refere: a) I Reunião da Associação de Agricultura Orgânica e Agroecologia da Zona da Mata/MG após a formalização do Sistema Participativo de Garantia (SPG) no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); b) I Encontro Presencial do Sistema Participativo de Garantia (SPG) Floriô; c) II Seminário Regional “Terra, Território, Água e Espiritualidade na Zona da Mata Mineira”; d) Reunião do Conselho Cooperativo do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) e e) Plenária do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata Mineira na XIV Troca de Saberes.

Buscamos fugir da mera quantificação dos atores sociais envolvidos em processos de territorialização do Polo Agroecológico de Produção Orgânica, já que nosso objetivo principal é identificar e localizar esses atores na Zona da Mata Mineira, sem atribuir juízo de valor sobre a forma como vêm participando e/ou contribuindo nesses processos de territorialização do Polo. Sendo assim, elaboramos um esquema visual (Figura 5) que buscou

representar, dentro das limitações metodológicas e de recorte geográfico desta pesquisa, o universo de atores que representam o Polo, assim como “processos externos” que, por sua vez, estão ocorrendo concomitantemente à territorialização do Polo, portanto, exercendo influência, ainda que em diferentes medidas.

Figura 5 - Esquema representativo das categorias de atores sociais envolvidos em processos de territorialização do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica a partir dos dados coletados nesta pesquisa



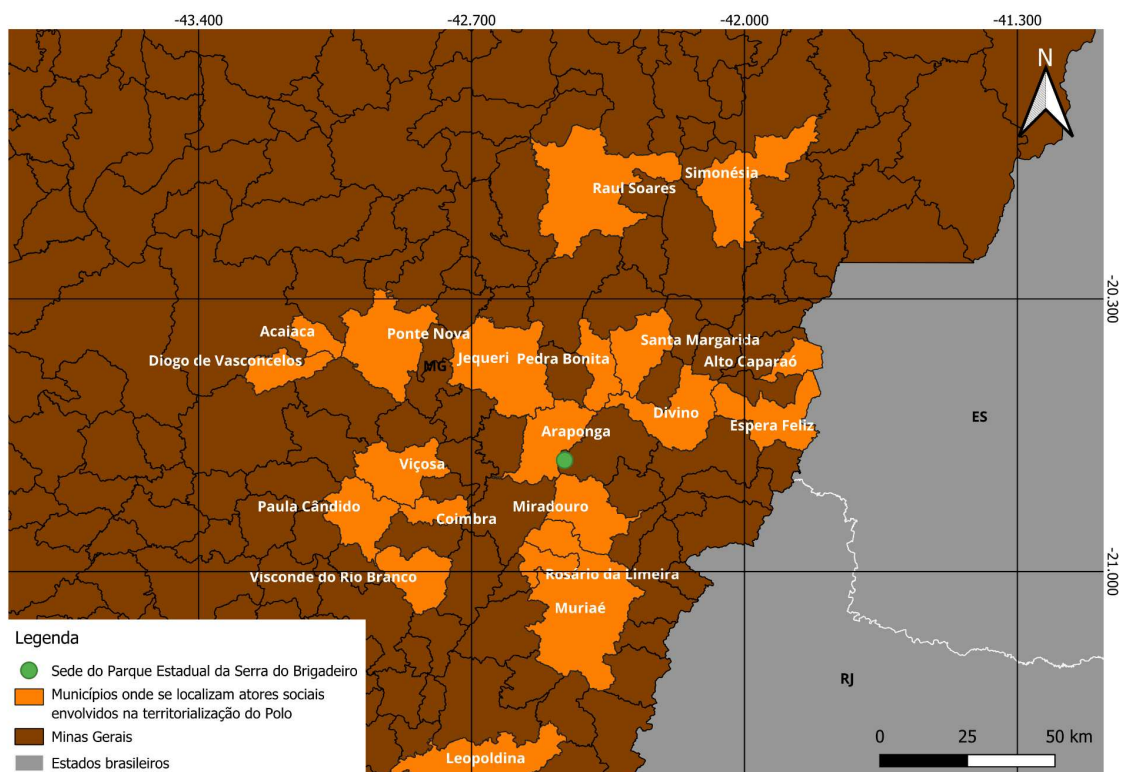
Fonte: Autoria própria (2023).

No esquema acima, buscamos representar as categorias de atores sociais identificados a partir dos dados coletados nesta pesquisa e sistematizados e organizados a partir da análise de conteúdo (BARDIN, 2011). Assim, categorizamos os 90 atores sociais identificados em 8 categorias: 1) Movimentos sociais; 2) Comercialização e Economia Solidária; 3) Associações, Cooperativas e Sindicatos; 4) Comunidades e Grupos Locais; 5) Política e governança; 6) Educação, pesquisa e extensão; 7) Redes e 8) Religião e Cultura. Além dessas categorias, destacamos o que estamos chamando aqui de “processos externos” mas que influenciam na dinâmica de territorialização do Polo. Por exemplo, ao mesmo em que a territorialização do Polo tem acontecido nesses municípios através da agência destes atores sociais, forças externas, como o agronegócio, também estão atuando concomitantemente, em uma escala (CASTRO, 2006), que transpassa o nível regional (Zona da Mata) e extrapola para escalas mais amplas, como o estado de Minas Gerais ou o próprio país. Assim como

esses atores inseridos na territorialização do Polo Agroecológico na Zona da Mata Mineira também influenciam e interagem com os “processos externos”, a partir da perspectiva escalar de Castro (2006). Essas interações de caráter “externo-interno” e “interno-externo” estão representadas pelas setas da Figura 5.

Nesse sentido, percebe-se uma ampla diversidade de atores sociais e pautas associadas a estes, que por sua vez parecem refletir a heterogeneidade da própria rede de agroecologia e da agricultura familiar camponesa da Zona da Mata Mineira. Podem ser visualizados, no Quadro 5 e na Figura 5, movimentos sociais populares (de cunho ambiental, feminista e antirracista), organizações não-governamentais e da sociedade civil, instituições de ensino, pesquisa e extensão, grupos de estudos ligados à academia, setores da Igreja, mandatos parlamentares populares, grupos de cultura, comunidades quilombolas, povos indígenas, associações e cooperativas, sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, distribuídos em 21 municípios, como sistematizado no mapa da Figura 6. Com isso, queremos demonstrar que os atores sociais identificados nesta pesquisa orbitando a territorialização do Polo possuem aproximações com os atores sociais da própria agricultura familiar camponesa e da rede de agroecologia da Zona da Mata Mineira.

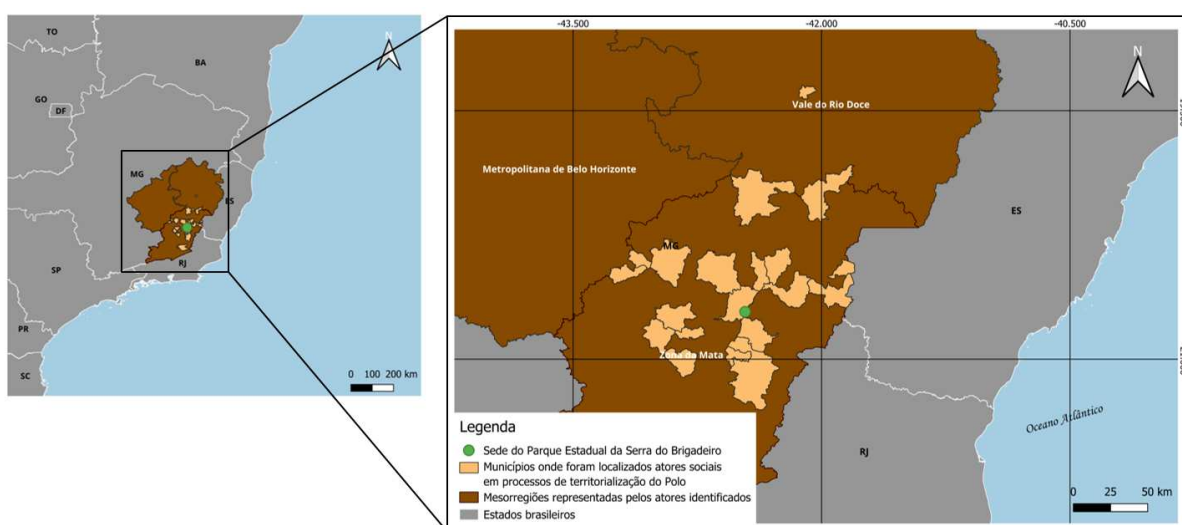
Figura 6 - Municípios dos atores sociais que estiveram envolvidos nas atividades acompanhadas durante a pesquisa



Fonte: Autoria própria (2023).

Salientamos que 19 dos 21 municípios identificados a partir dos dados coletados na pesquisa pertencem a mesorregião da Zona da Mata do estado. Contudo, dois municípios, Diogo de Vasconcelos, com o ator social “Cooperativa de agricultores/as familiares” e Dom Cavati, com o MOBON, estão inseridos geograficamente na mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte (microrregião de Ouro Preto) e na mesorregião Vale do Rio Doce (microrregião de Caratinga), respectivamente, como mostrado na Figura 7 a seguir.

Figura 7 - Mesorregiões de abrangência territorial do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica a partir desta pesquisa



Fonte: Autoria própria (2023).

Ou seja, essa ampliação territorial do Polo para além da Zona da Mata Mineira pode nos indicar que mesmo o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica por lei abrangendo apenas os territórios compreendidos na região da Zona da Mata Mineira, não o impede de ampliar seu raio de atuação e influência sobre outros territórios. Esse também pode ser um indicativo do potencial mobilizador e articulador das organizações e demais atores sociais constituintes do Polo, que possibilitam a participação em seu processo de territorialização a quem assim desejar.

Imagens (Figura 8) e registros durante as observações participantes também confirmam essa diversidade de atores e municípios envolvidos em processos de territorialização do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata Mineira. Através de suas bandeiras, reafirmando suas identidades, suas práticas, seus locais de origem, suas práticas, modos de vida e reivindicações, ficou nítido o complexo universo de sujeitos e

pautas que circulam e são reivindicadas no e pelo Polo Agroecológico, que neste estudo estão sendo expressas pelas atividades da rede agroecológica durante observação participante, que serão mais detalhadas a seguir.

Figura 8 - Atividades da rede de agroecologia e do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica onde foi realizada observação participante



A) Mística de encerramento do I Encontro Presencial do SPG Floriô; B) Reunião do Conselho Cooperativo do CTA-ZM e C) Mesa de abertura do II Seminário Regional “Terra, Território, Água e Espiritualidade na Zona da Mata Mineira”. Fonte: Acervo da pesquisa (2022, 2023).

A “I Reunião da Associação de Agricultura Orgânica e Agroecologia da Zona da Mata/MG após a formalização do Sistema Participativo de Garantia (SPG) no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)”, por exemplo, ocorreu em setembro de 2021, virtualmente. Nesse período, o Brasil e o mundo ainda enfrentavam o período pandêmico causado pela COVID-19, isso justifica a reunião ter sido realizada remotamente e, conseqüentemente, a participação do referido pesquisador.

A reunião teve como pautas principais: a) contribuição anual para a associação que representa o SPG da Zona da Mata<sup>17</sup> no MAPA; b) o nome do SPG e c) formalização do SPG junto ao MAPA. Contou com a participação de 25 pessoas, segundo relatório disponibilizado posteriormente pelos/as organizadores/as e confirmado pelas informações anotadas no caderno de campo, distribuídos em seis municípios da Zona da Mata Mineira. Viçosa foi o município com o maior número de presentes (15), seguida de Diogo Vasconcelos (3) e Espera Feliz (2) e Raul Soares (2). Os outros municípios, Paula Cândido e Jequeri, tiveram 1 pessoa cada presente. Para além do contato prévio através da literatura, esta reunião representou o primeiro contato do pesquisador com o território onde a pesquisa se deu, sendo possível conhecer, participar e contribuir, ainda que virtualmente, junto aos atores sociais da Zona da Mata Mineira e da rede de agroecologia.

Já presencialmente, aconteceu o “I Encontro Presencial do SPG Floriô”, em Viçosa, em fevereiro de 2022, após o período emergencial da pandemia de COVID-19. As pautas do Encontro foram: a) construção do regimento interno e/ou manual de normas e procedimento do SPG; b) fortalecimento dos grupos/núcleos já identificados e atuantes e avançarmos nos mecanismos de garantia da qualidade orgânica da produção; c) reflexão coletiva sobre o nome do SPG e as informações a serem ressaltadas no selo/forma de identificação e d) interação e re(conhecimento) dos/as fornecedores/as e colaboradores/as do SPG. Foi nesse Encontro, inclusive, que o então SPG da Zona da Mata mineira passou a se chamar de “SPG Floriô”. O nome, proposto por uma das agricultoras participantes do evento, foi escolhido por fazer alusão à forma como a estratégia estava começando a “florir” nos territórios.

O Encontro, segundo os relatórios disponibilizados pela organização e aqui analisados, reuniu 46 pessoas de nove municípios da Zona da Mata mineira: Acaiaca, Coimbra, Divino, Espera Feliz, Leopoldina, Paula Cândido, Ponte Nova, Raul Soares e Viçosa. Assim como a “I Reunião da Associação de Agricultura Orgânica e Agroecologia da Zona da Mata/MG após a formalização do Sistema Participativo de Garantia (SPG) no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)”, o município de Viçosa foi o que mais teve representação, dos 46 participantes, 24 eram do município. Divino foi o município com a segunda maior representação no Encontro, com 10 participantes, seguido por Espera Feliz (com 4 representantes), Raul Soares e Acaiaca, com 2 representantes cada. Os outros municípios, Leopoldina, Coimbra, Ponte Nova e Paula Cândido, contaram com 1

---

<sup>17</sup> Até então, o SPG Floriô ainda não tinha esse nome, tendo sido nomeado em fevereiro de 2022.

representante cada, representando 19 organizações no total. Este Encontro representou reencontros e novos encontros entre a rede de agroecologia da Zona da Mata Mineira e parceiros depois do período pandêmico. Lá, foi possível ter uma noção mais “aterrada” da realidade daqueles territórios, identificando e localizando outros atores sociais. Além disso, se informar acerca das principais pautas e estratégias defendidas por esses atores sociais, que foi possível de se perceber, por exemplo, através das bandeiras (Figura 9) e discursos proferidos durante o Encontro.

Figura 9 - Bandeiras com pautas e reivindicações do movimento agroecológico ornamentando o I Encontro Presencial do SPG Floriô



Fonte: Acervo da pesquisa (2022).

Também em 2022, durante os dias 9 e 11 de setembro, na Comunidade Carangolinha de Cima, ocorreu o “II Seminário Regional ‘Terra, Território, Água e Espiritualidade na Zona da Mata mineira’”, que teve como lema “Terra: dom de Deus e conquista do povo”. De acordo com os relatórios disponibilizados e analisados, o Seminário contou com a participação, contabilizando os três dias, 172 participantes, com representação de pelo menos 27 comunidades e organizações de 10 municípios (Viçosa, Espera Feliz, Divino, Muriaé, Manhumirim, Pedra Bonita, Miradouro, Caratinga, Simonésia e Araponga).

O Seminário foi idealizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Divino junto aos moradores da comunidade com o apoio de outras organizações<sup>18</sup> parceiras e atuantes nos territórios no entorno da Serra do Brigadeiro. Participaram agricultores e agricultoras familiares, movimentos sociais populares, organizações não-governamentais, sindicatos rurais, instituições de pesquisa e representantes do Estado. Segundo a organização, o Seminário surgiu da necessidade de se dialogar coletivamente sobre as questões que interessam ao território da Serra do Brigadeiro, mais especificamente aos arredores do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, contexto territorial no qual está inserido este estudo. Nesse sentido, os debates não se restringiram a terra, território, água e espiritualidade, como o título dado ao seminário sugere. Além disso, outras questões relacionadas com o território no entorno da Serra do Brigadeiro também foram colocadas, como as ameaças causadas pela mineração e os agrotóxicos, presentes na região, e os processos de resistência frente a essa realidade.

Nesse sentido, a observação participante no II Seminário Regional “Terra, Território, Água e Espiritualidade na Zona da Mata Mineira” permitiu desvelar as pautas que os mobilizam em prol da defesa dos territórios no entorno da Serra do Brigadeiro: contra a mineração, contra o avanço do agronegócio, contra a mercantilização da vida, contra os venenos. Nesse sentido, os debates não se restringiram a terra, território, água e espiritualidade, como o título dado ao seminário sugere. Além disso, outras questões relacionadas com o território no entorno da Serra do Brigadeiro também foram colocadas, como as citadas anteriormente.

No Seminário, após a mística de abertura, teve início um momento de formação coletiva. De início, uma liderança feminina do movimento negro ressaltou a importância de trazer o debate da espiritualidade para os espaços, definindo-a como sendo a “*própria natureza, os ventos, as folhas balançando*” (trecho extraído do caderno de campo). Após isso, foi feito um resgate sobre o histórico de luta pelo Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB) por uma liderança do movimento sindical do território, com o objetivo de contextualizar historicamente para os presentes sobre o lugar em que o seminário estava acontecendo, que por sua vez, também era a casa de muitos que ali estavam.

---

<sup>18</sup> Algumas organizações apoiadoras, segundo cartaz de divulgação: Centro de Estudos Integração Formação e Assessoria Rural da Zona da Mata (CEIFAR), Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar Solidária (COOPAF), Instituto Iracambi, Movimento Nacional pela Soberania Popular na Mineração (MAM), CTA-ZM, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Muriaé e redondezas, Cáritas, IF Sudeste de Minas, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Divino, Secretaria de Agricultura de Divino, Rede Igrejas e Mineração.

Foi também debatido sobre o uso de agrotóxicos e as práticas agroecológicas como estratégias de contraponto, entendendo os territórios como lugares sagrados, mas também como espaços múltiplos de projetos em disputa. Por fim, nesse primeiro momento, foi trazido à tona o debate sobre a teologia popular, visto que no processo de organização social da Zona da Mata mineira durante a década de 1980, alguns setores da Igreja Católica, através das Comissões Eclesiais de Base (CEBs) e do Movimento Boa Nova (MOBON), foram um dos principais atores que atuaram no processo de organização dos agricultores e agricultoras familiares enquanto movimento (FREITAS, 2015; SCHMITT, 2016; OLIVEIRA *et al.*, 2018; SILVA, 2022).

Na sequência, os/as participantes foram reunidos/as em grupos para a realização de oficinas/grupos de trabalho (Figura 9). Uma dessas oficinas foi, inclusive, sobre o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata Mineira, a partir de uma compreensão coletiva da organização do Seminário sobre a importância deste para os territórios. A referida oficina foi facilitada por dois técnicos (um homem e uma mulher) de uma organização não-governamental atuante nos territórios e teve como objetivo principal disseminar e enraizar as discussões sobre o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica nos territórios. Inicialmente foi realizada uma dinâmica para os/as participantes se conhecerem. Onze pessoas participaram da oficina, vindas de diferentes localidades da Zona da Mata mineira e distintas frentes de atuação: alguns atuavam no movimento sindical, outros na agricultura familiar, em associações e cooperativas, nas igrejas. A dinâmica (Figura 9), além de ser importante para conhecer o público inserido no contexto do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica, colaborou no entendimento do pesquisador sobre as realidades dos contextos locais desses atores, que, por sua vez refletem no todo da construção do Polo.

Figura 9 - Atividades no II Seminário Regional “Terra, território, água e espiritualidade na Zona da Mata Mineira, em Divino



A) Divisão em grupos (A) e dinâmica de início da oficina sobre o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica (B) no Seminário em Divino. Fonte: Acervo da pesquisa (2023).

Além desses momentos da observação participante que foram destacados, ressalta-se ainda um último, a “Reunião do Conselho Cooperativo do CTA-ZM”, realizado nos dias 28 e 29 de abril, na sede do CTA-ZM, no município de Viçosa. A reunião contou com a participação de 93 pessoas, de 15 municípios, representando, pelo menos, 60 organizações. A reunião tinha como um dos principais objetivos o encontro e a reunião dos grupos e organizações que atuam no conselho cooperativo do CTA-ZM após um período sem organicidade.

A programação consistiu em: no primeiro dia do encontro, pela manhã, aconteceu um momento de análise de conjuntura, pontuando, principalmente, os desafios que o distanciamento físico causado pela pandemia de COVID-19 causou, relacionando com os retrocessos que a então gestão do governo federal. Foi pontuado, ainda na análise de conjuntura, um momento de “respiro”, representado pela eleição e posse de um governo progressista no início do ano. Ainda no mesmo dia, à tarde, foi reservado um momento (Figura 10) para discutir o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica. A organização do

encontro, pensando estrategicamente, aproveitou que haveria representações de múltiplas organizações/entidades para colocar o Polo em pauta para os atores sociais, entendendo a centralidade e importância da sua descentralização nos territórios.

Neste momento, foi feito um resgate histórico da construção da agroecologia na Zona da Mata, que, de certa forma, culminou na institucionalização do Polo Agroecológico, como ressaltado no espaço. Após isso, os/as participantes foram orientados/as a se dividirem em grupos de trabalho, de acordo com os eixos do Polo, a saber: a) Economia popular, comercialização e consumo; b) Bens comuns e sociobiodiversidade; c) Cultura e comunicação populares; d) Terra e território; e) Produção; f) Mulheres e g) Saúde popular e práticas tradicionais. A partir do uso de metodologias participativas, foi sugerido que as pessoas se organizassem em grupos de 2 eixos cada, para uma maior socialização no tempo disponibilizado para a atividade. Esses grupos (Figura 10) tinham duas perguntas-geradoras propostas pela organização do encontro: 1) “O que a minha organização está fazendo que está relacionado com o Pólo?”; 2) “Qual o papel do CTA nesse contexto?”.

Os grupos então foram formados com pessoas de municípios e frentes de atuação distintas, como forma de garantir e permitir a interlocução entre integrantes de outras realidades e contextos, o que foi importante para perceber o caráter de atuação em rede do Pólo Agroecológico e de Produção Orgânica, confluindo com a forma com que a própria rede de agroecologia da Zona da Mata se organiza. Haesbaert (2011) ressalta que essa característica de organização e atuação em rede é um elemento fundamental para a compreensão da territorialização de processos, como é o caso do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica e a da própria agroecologia na Zona da Mata mineira.

Figura 10 - Reunião do Conselho Cooperativo do CTA-ZM



A) Momento de resgate histórico do Polo; B) e C) Grupos “Educação, formação e conhecimento” e “Economia popular, comercialização e consumo” e “Mulheres” e “Saúde popular e práticas tradicionais”. Fonte: Acervo da pesquisa (2023).

Após esse momento de troca nos grupos a partir das perguntas-geradoras, estes apresentaram uma síntese/sistematização (Figura 11) com os principais pontos abordados pelos/as participantes, de acordo com os eixos representados. As tarjetas amarelas e azuis na Figura 11 exemplificam a síntese das discussões do grupo dos eixos “Terra e território” e “Produção” permeada pelas perguntas-geradoras. Nela é possível perceber uma série de posicionamentos e reivindicações do Polo para o próprio Polo, pois os/as participantes do grupo eram membros das mesmas organizações que constituíam o Polo. Ou seja, a atividade proporcionou aos grupos um olhar para si, para dentro, possibilitando reflexões acerca da sua importância e das ações desenvolvidas nos territórios que confluem com o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica.

Figura 11 - Sistematização do grupo de trabalho “Terra e Território” e “Produção”, na Reunião do Conselho Cooperativo do CTA-ZM



Fonte: Acervo da pesquisa (2023).

Importantes considerações foram feitas a partir dessa atividade, em razão da relativa representatividade de municípios e organizações na reunião e do estímulo ao debate coletivo. Dentre as principais deliberações, a criação do grupo operativo<sup>19</sup> do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica, composto até então por cinco entidades/organizações. Além disso, avançou-se no debate coletivo sobre o Polo representar uma espécie de plataforma de ação para o movimento agroecológico na Zona da Mata de Minas Gerais construída a partir de uma agenda construída coletivamente entre as organizações/entidades envolvidas.

<sup>19</sup> De acordo com os dados coletados em campo, as organizações que se colocaram para contribuir na tarefa do grupo operativo do Polo Agroecológico eram: CTA, CPT, Escola da Família Agrícola (EFA) Paulo Freire, Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF) e mandato Padre João e Leleco. Ressalta-se que em razão do Polo Agroecológico estar em construção constantemente, esse grupo já pode ter sofrido alguma modificação, necessitando de maiores atualizações.

Outra questão importantíssima foi o debate sobre a dinamização do Polo Agroecológico. Como fazer essas discussões que estavam sendo feitas no CTA-ZM, em Viçosa, e espalharem pelos outros mais de 140 municípios da Zona da Mata mineira? Como fazer o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica ampliar sua atuação para além do perímetro de Viçosa? Obviamente que a reunião não se propunha a responder tais questionamentos, no entanto é interessante refletir sobre possíveis contradições que possam existir mesmo num espaço totalmente autodeclarado agroecológico. Acreditamos e defendemos que essas contradições e questionamentos levantados nesses espaços coletivos contribuem cada vez mais para “movimentar o movimento” e não apenas criticá-lo.

#### **4 CONCLUSÃO**

Este estudo teve como principal objetivo identificar e localizar atores sociais envolvidos em processos de territorialização do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata Mineira a partir dos municípios de Divino, Muriaé e Viçosa. Foram utilizadas como técnicas de coleta de dados a revisão de literatura, a pesquisa documental e a observação participante em eventos e atividades da rede de agroecologia da região.

Foram apontados cerca de 90 atores sociais categorizados em 8 categorias: 1) Movimentos sociais; 2) Comercialização e Economia Solidária; 3) Associações, Cooperativas e Sindicatos; 4) Comunidades e Grupos Locais; 5) Política e governança; 6) Educação, pesquisa e extensão; 7) Redes e 8) Religião e Cultura. Esses atores por sua vez estão distribuídos em 21 municípios do estado de Minas Gerais: Acaiaca, Alto Caparaó, Araponga, Coimbra, Diogo de Vasconcelos, Divino, Dom Cavati, Espera Feliz, Jequeri, Leopoldina, Miradouro, Muriaé, Paula Cândido, Ponte Nova, Raul Soares, Rosário da Limeira, Santa Margarida, Simonésia, Viçosa e Visconde do Rio Branco.

Dos 21 municípios, 19 estão localizados na mesorregião da Zona da Mata, outros dois estão situados cada um em outras mesorregiões. Foi observado que apesar do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica abranger, legalmente, apenas a região da Zona da Mata Mineira, ele extrapola seus limites, atuando e exercendo influência sobre outros territórios do estado. Isso pode nos indicar elementos sobre a capacidade de agência, articulação e mobilização desses atores, uma vez que estes estão inseridos em outros contextos locais, que por sua vez podem refletir nos processos de territorialização do Polo na Zona da Mata e no estado de Minas Gerais.

Foi observado também uma concentração de atores sociais e agências no município de Viçosa, corroborando com algumas percepções adquiridas durante a observação participante e a revisão de literatura. Nossa hipótese, baseada na coleta e análise dos dados desta pesquisa, é que a UFV e o CTA-ZM são atores centrais nesse município, pela sua atuação de décadas em Viçosa, sua capacidade de aglutinar outros autores e agências (estudantes, professores/as, grupos de ensino, pesquisa e extensão, teses, dissertações, artigos científicos, etc). Enquanto o município de Viçosa sozinho possui uma expressiva concentração de atores, outros municípios enfrentam realidades diferentes e diversas. Apesar disso, a construção do Polo se dá de forma descentralizada e sem um ator social atuando como “coordenador”.

Com isso, alguns desafios se colocam: como dinamizar a construção do Polo para além do eixo Viçosa-UFV-CTA? Esse já é um questionamento que vem sendo discutido coletivamente, como visto em observações participantes. No entanto, que estratégias mobilizar? Como proceder a essa adversidade na construção do Polo? De que forma podemos/conseguimos aproveitar ao máximo as capacidades de agências desses atores sociais em seus territórios?

Longe de buscar responder a esses questionamentos, este estudo procura trazer alguns subsídios para pesquisas posteriores, uma vez que o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata Mineira é uma política que é instrumentalizada em rede a partir da agência cotidiana dos múltiplos atores nos territórios.

## REFERÊNCIAS

ALIMONDA, H. La colonialidad de la naturaleza. Una aproximación a la Ecología Política Latinoamericana. In: ALIMONDA, H. (Org.). **La naturaleza colonizada**: Ecología política y minería en América Latina. Buenos Aires: Ediciones Ciccus, 2011. p. 21–60.

ALMEIDA, A.; RESENDE, E.; MENDONÇA, M. A. F. C.; ABIGAIL, N.; MAULAZ, Y. **Certificação orgânica participativa no Polo Agroecológico da Zona da Mata mineira**. Viçosa-MG, v. 1, n. 10, fev. 2020.

ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. Agroecology: a brief account of its origins and currents of thought in Latin America. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 41, n. 3-4, p. 231-237, 2017.

ALTIERI, M. A.; TOLEDO, V. M. La revolución agroecológica de América Latina : Rescatar la naturaleza, asegurar la soberanía alimentaria y empoderar al campesino. **El Otro Derecho**, [s. l.], n. 42, p. 163–202, 2010. Disponível em:

<<https://biblioteca.clacso.edu.ar/Colombia/ilsa/20130711054327/5.pdf>>. Acesso em 06 jun 2023.

ALVES, L. C. F. *et al.* **Troca de Saberes: Flores das Sombras da Agroecologia**. 1. ed. Viçosa: Editora da UFV, 2011.

ALVES, M. S.; CARNEIRO, K. G.; SOUZA, T. R.; TROCATE, C.; ZONTA, M. (orgs.). **Mineração: realidades e resistências**. 1.ed. São Paulo : Expressão popular, 2020. 448 p. Disponível em: <https://mamnacional.org.br/files/2021/02/BAIXE-O-LIVRO-EM-PDF-AQUI.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2023.

ARCE, A.; CHARÃO-MARQUES, F. Desenvolvimento, materialidades e o ator social: orientações metodológicas para aproximações territoriais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 29, n. 1, p. 40-65, 2021.

ARCE, A.; LONG, N. **Forging a new anthropology of development: common ground and contention issues**. In: BIRSCHENK, T.; BLUNDO, G.; JAFFRÉ, Y.; TIDJANI ALOU, M. (Eds.). *La rigueur et l'engagement. Essais autour de l'oeuvre de Jean-Pierre Olivier de Sardan*. Paris: Khartala, 2007. p.101-127.

BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira/decurent impacts of the agriculture modernization in brazil. **Revista Campo-Território**, v. 1, n. 2, 2006.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS II, J. R.; MONTE, L. Paisagens rurais-desenvolvimento e desenho a partir da decolonialidade. *Odeere*, v. 5, n. 10, p. 239-256, 2020.

BERG, L. V. D. **Building movements for transformation: defending and advancing agroecology in Brazil**. 2020. Tese de Doutorado. Wageningen University and Research.

BONFIM, V. R. **Conflitos, participação e lições aprendidas no processo de criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), MG**. Tese (Doutorado em Ciências Florestais). Universidade Federal de Viçosa – UFV. Viçosa, 2006. 183f.

BRASIL. **Decreto n. 6.323, de 27 de dezembro de 2007**. Regulamenta a Lei n. 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre agricultura orgânica, e dá outras providências. Diário oficial da União, Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/>.

BRASIL. Decreto nº 7.794 de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. **Diário Oficial**, Brasília, p. 4, 21 ago. 2012.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola. Diário Oficial da União, Brasília, 17 jun. 2009. Seção 1, p. 2.

BRIZOLA, J; FANTIN, N. Revisão da literatura e revisão sistemática da literatura. **Revista de Educação do Vale do Arinos-RELVA**, v. 3, n. 2, 2016.

CAMPOS, A.P.T. **Redes sociais, organizações e políticas públicas: interfaces na agricultura do município de Araponga, zona da mata de Minas Gerais**. Tese de Doutorado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, 2014.

CARDOSO JR, J. C. Desmonte do Estado no governo Bolsonaro: menos república, menos democracia e menos desenvolvimento. **Brasil: incertezas e submissão**. São Paulo: **Fundação Perseu Abramo**, p. 151-169, 2019.

CARDOSO, I. M. *et al.* Grupo de Agricultura Orgânica e Agroecologia, Espaço de Formação e Experiência em Agroecologia em Viçosa. In: **VI Congresso Brasileiro e II Congresso Latino americano de Agroecologia**, 2009, Curitiba. *Revista Brasileira de Agroecologia*, 2009.

CARDOSO, I. M.; *et al.*, Grupo de Agricultura Orgânica e Agroecologia, Espaço de Formação e Experiência em Agroecologia em Viçosa. In: VI Congresso Brasileiro e II Congresso Latino americano de Agroecologia, Curitiba-PR. **Revista Brasileira de Agroecologia**, 2009.

CARDOSO, I. M.; FERRARI, E. A. Construindo o conhecimento agroecológico: trajetória de interação entre ONG, universidade e organizações de agricultores. **Revista Agriculturas**, v. 3, n. 4, p. 28–32, 2006.

CASTRO, I. E. de. O problema da escala. In: CASTRO; I. E. de; GOMES, P. C. da C; CORRÊA, R. L. (Orgs). **Geografia: conceitos e temas**. 8ªEd, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 117-140.

CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA (CTA-ZM). **Território da Serra do Brigadeiro - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS)**. Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata e Ministério do Desenvolvimento Agrário. Território da Serra do Brigadeiro, julho de 2005.

COMERFORD, J. C. **Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural**, Rio de Janeiro: Relume Dumará : Núcleo de Antropologia da Política, 202p., 2003.

COUPE, S.; LEWINS, R. **Negotiating the seed treaty**. Reino Unido: Rugby, UK: Practical Action, 2007. Disponível em: <<http://practicalactionpublishing.org/?id=negotiatingseed>>. Acesso em: 28 jun 2022.

DA COSTA, M. B. B. **Agroecologia no Brasil: história, princípios e práticas**. Expressão Popular, 2017.

DE ASSIS, W. S.; SABLAYROLLES, P. J. L.; A Certificação Participativa de Orgânicos como Tecnologia Social: Estudo de caso da Cooperativa D'Irituia. **Desenvolvimento Rural Interdisciplinar**, Porto Alegre - RS, v. 3, n. 1, mai-nov. 2020. ISSN 2595-9387.

DEMATTEIS, G. Sistema local territorial (SLOT): um instrumento para representar, ler e transformar o território. In: ALVES, Adilson Francelino; CARRIJO, Beatriz Rodrigues; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa. (orgs.). **Desenvolvimento Territorial e Agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

DEMATTEIS, G; GOVERNA, F. Territorio y Territorialidad en el Desarrollo Local: la contribución del modelo SLOT. **Boletín de la A.G.E.** n.º 39, 2005. p. 31-58.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

EDUARDO, M. F. Agroecologia e o processo de ativação de territorialidades camponesas/Agroecology and the activation of peasant territorialities. **Revista Nera**, n. 31, p. 143-165, 2016.

EDUARDO, M. F. **Transformando Terra em Território**: construção e dinâmica do Sistema Local Territorial Agroecológico em Francisco Beltrão/PR. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho": Presidente Prudente, 2014.

ESCOBAR, A. **La invención del tercer mundo. Construcción y deconstrucción del desarrollo**. Traducción de Diana Ochoa. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana, 2008.

ESCOBAR, A. Territorios de diferencia: la ontología política de los "derechos al territorio". **Cuadernos de antropología social**, n. 41, p. 25-38, 2015.

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. Second International Symposium on Agroecology. **Scaling up agroecology to achieve the sustainable development goals (SDGs)**. 2018c. Disponível em: <http://www.fao.org/about/meetings/second-internationalagroecology-symposium/en/>. Acesso em 28 jun 2022.

FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx**: materialismo e natureza. Editora Record, 2005.

FREITAS, A. F. **Dinâmicas sociais e desenvolvimento territorial no território Serra do Brigadeiro: atores, redes e instituições**. Tese (Doutorado em Administração) - Centro de Pós-graduação e Pesquisas em Administração (Cepead) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte (MG), 2015.

GAZOLLA, M; SCHNEIDER, S. **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. 2017.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. 2. ed. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GLIESSMAN, S. R. Agroecologia. **Processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000. 637p.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 6o Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HALISKI, A.M; LOPES, K.C.A; LOPES, P.P.R; PADILHA, R.F.S.J. **Saber e fazer agroecológico**. Curitiba. 2021.

HECHT, S. B. A evolução do pensamento agroecológico. In: ALTIERI, Miguel A. **As bases científicas da Agricultura Alternativa**. 2. ed. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989, p. 25-41.

HEINEMANN, J.A. **A typology of the effects of (trans)gene flow on the conservation and sustainable use of genetic resources**. Rome: FAO, 2007.

HOLLOWAY, J. **Fissurar o Capitalismo**. Trad. Daniel Cunha. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

HORRIGAN, L.; LAWRENCE, R.S.; WALKER, P. How sustainable agriculture can address the environmental and human health harms of industrial agriculture. **Environmental Health Perspectives**, Baltimore, v. 110, n. 5, p. 445-456, 2002.

IAASTD (International Assessment of Agricultural Knowledge, Science and Technology for Development). **Agriculture at a cross- roads: global report**. B.D. MacIntyre, H.R. Herren, J. Wakhungu, R.T. Watson, eds. Washington, DC, Island Press. 2009.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico 2022**. Prévia da População dos Municípios com base nos dados do Censo Demográfico 2022 coletados até 25/12/2022, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico2022.html?edicao=35938&t=resultados>. Acesso em: 23 jan. 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Agropecuário 2017**: Resultados Preliminares. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/resultados-censo-agro-2017.html>. Acesso em: 12 mai. 2023.

IORIO, G. S.; MAGNO, L. O território corporativo da mineração na Serra do Brigadeiro, Minas Gerais. **Revista Sapiência: Sociedades, Saberes e Práticas Educacionais**, ISSN, p. 2238-3565, 2019.

IPES-Food. From university to diversity. A paradigm shift from industrial agriculture to diversified agroecological systems. **International Panel of Experts on Sustainable Food Systems**. 2016. Disponível em: [http://www.ipes-food.org/images/Reports/UniformityToDiversity\\_FullReport.pdf](http://www.ipes-food.org/images/Reports/UniformityToDiversity_FullReport.pdf). Acesso em 28 jun. 2022.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LANDER, E. Eurocentrismo, saberes modernos y naturalización del orden global del capital. In: DUBE, Saurabh et al. (coord.). **Modernidades coloniales: otros pasados, historias presentes**. México: El Colegio de México, Centro de Estudios de Asia y África, 2004, p. 206.

LEFF, E. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 3. ed. United Nations Environment Programme, Universidad Nacional Autónoma de México, PEM UMA, 2002.

LIMA, F. A. X. *et al.* Agroecologia e a multifuncionalidade da agricultura: análise de experiências no estado de Pernambuco. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 6, n. 1/2, p. 43-53, jan./nov., 2013.

LONG, N. **Development Sociology: actor perspectives**. Londres: Routledge, 2001.

LUCION, J. M. R. **A gramática por trás do selo: agroecologia e processos de certificação participativos**. Santa Maria, RS. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, 189p. 2016.

MAGNANI, J. G. C. O velho e bom caderno de campo. **Revista Sexta-Feira**, v. 1, n. 1, p. 8-12, 1997.

MAGNO, L. **Espacialidade e identidade política dos atingidos por mineração no Brasil: teorias, escalas e estratégias**. Tese (Doutorado em Geografia). Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/186603>. Acessado em: 15 set. 2022.

MAGNO, L.; SIQUEIRA, L.; DELESPOSTE, A. G. Mineração? Aqui não!": a construção da resistência à mineração de bauxita na Serra do Brigadeiro, Minas Gerais. **Anais do VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária**, Curitiba-PR, 2017.

MALERBA, J.; WANDERLEY, L. J.; COELHO, T. P. **Territórios livres de mineração: construindo alternativas ao extrativismo**. Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à mineração (Observatório dos Conflitos de Mineração no Brasil). 1 ed. Brasília, DF, 2022.

MALERBA, J.; WANDERLEY, L. J.; COELHO, T. P. **Territórios livres de mineração: construindo alternativas ao extrativismo**. Comitê Nacional em Defesa dos Territórios

Frente à mineração (Observatório dos Conflitos de Mineração no Brasil). 1 ed. Brasília, DF, 2022.

MARIETTO, M. L. Observação participante e não participante: contextualização teórica e sugestão de roteiro para aplicação dos métodos. **Revista Ibero Americana de Estratégia**, v. 17, n. 4, p. 05-18, 2018.

MATTA, G.C., REGO, S., SOUTO, E.P., and SEGATA, J., eds. *Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia* [online]. Rio de Janeiro: **Observatório Covid-19**; Editora FIOCRUZ, 2021, 221 p.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **Histórias das agriculturas no mundo. Do neolítico à crise contemporânea**. Universidad Estatal Paulista (UNESP), 2010.

MENTEN, J.O. **Liderança em tecnologia fitossanitária**. Agroanalysis, Rio de Janeiro, v. 29, n. 4, 2009.

MINAS GERAIS. Lei Nº 21.146, de 14 de janeiro de 2014. **Institui o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica na região da Zona da Mata**. Belo Horizonte, MG: Diário Oficial de Minas Gerais, 2018.

MINAS GERAIS. Lei Nº 23.207, de 27 de dezembro de 2018. **Institui o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica na região da Zona da Mata**. Belo Horizonte, MG: Diário Oficial de Minas Gerais, 2018.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Editora Vozes Limitada, 2011.

NETTO, C. P. **A governança agroecológica e o papel do Estado: estudo de caso do Polo Agroecológico da Zona da Mata no Brasil**. Mémoire de MASTER 2 (Études européennes et internationales). Université Paul Valéry - Montpellier III UFR des Sciences Humaines et des Sciences de l'Environnement. 2021. 118f.

NEVES, D. P. **Agricultura familiar: quantos ancoradouros!** In: FERNANDES, Bernardo M.; MARQUES, Marta I.M.; SUZUKI, Julio C. (Org.). *Geografia agrária: teoria e poder*. São Paulo (SP): Expressão Popular, 2007, p.211-270.

OLDEMAN, L.R. The global extent of soil degradation. In: GREELAND, D. J.; SZALBOLCS, I. (Ed.). **Soil resilience and sustainable land use**. Wallingford: CAB International, 1994. p. 99-118.

OLIVEIRA, L. A. D. *et al.* Educação do campo e agroecologia ECOAm na zona da mata mineira. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, n. 1, 2018.

PAULA, S. R. *et al.* A inserção da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar: **impactos na renda e na atividade produtiva**. 2023.

PÉREZ, M. S. **R-existências dos camponeses/as do que hoje é Suape: justiça territorial, pós-desenvolvimento e descolonialidade pela vida**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Recife-PE, 2016. 253f.

PEREZ-CASSARINO, J. **A construção social de mecanismos alternativos de mercados no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia**. 2012. 450f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, 2012.

PETERSEN, P. F.; VON DER WEID, J. M.; FERNANDES, G. B. Agroecologia: reconciliando agricultura e natureza. **Informe Agropecuário**. Belo Horizonte, v. 30, n. 252, p. 07-15, 2009.

PIMENTEL, D. Water resources: agriculture, the environment and society. **BioScience**, v.47, n.2, 1997.

PINTO, J. R. S.; MIGNOLO, W. D. A modernidade é de fato universal? Reemergência, desocidentalização e opção decolonial. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 15, p. 381-402, 2015.

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e Impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Editora da UFRGS, 2008. 372p.

PLOEG, J. D.V. D. Dez qualidades da agricultura familiar. **Revista Agriculturas**, n. 1, 2014.

POLANYI, K. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PORTO-GONÇALVES, C. W.. **Geografia da Riqueza, Fome e Meio Ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais**. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U.; MARQUES, Marta I. (orgs). O Campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Ed. Casa Amarela e Ed. Paz e Terra, 2004. p. 207-254.

RADOMSKY, G. **Certificação participativa e regimes de propriedade intelectual**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (Tese de doutorado). Porto Alegre, 2009.

RADOMSKY, G. F. W. Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento: a crítica da modernidade e a emergência de "modernidades" alternativas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, p. 149-162, 2011.

RADOMSKY, G. F. W. **O poder do selo: imaginários ecológicos, formas de certificação e regimes de propriedade intelectual no sistema agroalimentar**. Porto Alegre: UFRGS; 2015.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, M. F. **O papel do movimento estudantil na Universidade Federal de Viçosa.** Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Viçosa – UFV. Viçosa, 2014.

RATZEL, F. Las leyes del crecimiento espacial de los Estados. Una contribución a la Geografía Política científica. **Geopolítica (s)**, v. 2, n. 1, p. 135, 2011.

RESENDE, E. M. de Sá. **A construção social de Redes Agroalimentares Agroecológicas.** Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa – UFV. Viçosa, 2020.

RODY, T. (Org). **Ações de fortalecimento da agricultura familiar e agroecologia: PAA-UFV 2020 portfólio.** Viçosa-MG, Editora Asa Pequena, 2021.

ROSA, M. V. F. P. de; ARNOLDI, M. A. G. C. **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para validação dos resultados.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 112 p.

ROSSET, P. M. *et al.* Critical Latin American agroecology as a regionalism from below. **Globalizations**, v. 19, n. 4, p. 635-652, 2022.

ROSSET, P. M. *et al.* Pensamiento Latinoamericano Agroecológico: the emergence of a critical Latin American agroecology?. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 45, n. 1, p. 42-64, 2021.

ROSSET, P.; ALTIERI, M. **Agroecologia: Ciencia y política.** La Paz, Bolívia: Icaria Editorial, 2017.

SALDANHA, J. C.; ANTONGIOVANNI, L.; SCARIM, P. C. Diálogos entre a multifuncionalidade da agricultura familiar e os projetos coletivos de educação do campo e da agroecologia no Norte do Espírito Santo. In: CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. (Org). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia.** 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SCANTIMBURGO, André. O desmonte da agenda ambiental no governo Bolsonaro. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 52, 2018.

SCHMITT, C. J. **Agroecologia, políticas públicas e transições sociotécnicas: ampliação de escala de redes territoriais voltadas à promoção de uma agricultura de base ecológica.** Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2016.

SEVILLA GUSMÁN, E. **Canales cortos de comercialización alimentaria en Andalucía.** Andalucía: Centro de Estudios Andaluces, Consejería de la Presidencia e Igualdad, 164p, 2012.

SILVA, C. H. **Conflitos ambientais no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB): Agricultura Familiar e Mineração de Bauxita no município de Miradouro-MG**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa – UFV. Viçosa, 2012.

SILVA, M. G. Gênese do Movimento Agroecológico: Processos Educativos e a Formação das Matrizes Ético-Políticas e Técnico-Produtivas. **Brazilian Journal of Agroecology and Sustainability**, v. 4, n. 1, 2022.

SILVEIRA, P. S. da; RAMOS, M. F. Memórias do movimento estudantil-agroecológico da UFV. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, n. 1, 2018.

SVAMPA, M. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. Editora Elefante, 2020.

TARDIN, J. M. Cultura camponesa. In: CALDART, R. S. *et al.* (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2012.

TARDIN, J. M; GUHUR, D. M. P. Agroecologia: uma contribuição camponesa à emancipação humana e à restauração revolucionária da relação metabólica sociedade-natureza. In: MOLINA, M. C. *et al.* **Análise de práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais de Ciências Agrárias: Reflexões sobre o programa Residência Agrária**. v. 2. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2017, p. 44-99.

TITTONELL, P. *et al.* Emerging responses to the COVID-19 crisis from family farming and the agroecology movement in Latin America—A rediscovery of food, farmers and collective action. **Agricultural Systems**, v. 190, p. 103098, 2021.

WEZEL, A. *et al.* Agroecological principles and elements and their implications for transitioning to sustainable food systems. A review. **Agronomy for Sustainable Development**, v. 40, n. 6, p. 1-13, 2020.

WEZEL, A. *et al.* Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. **Agronomy for sustainable development**, v. 29, n. 4, p. 503-515, 2009.

ZANELLI, F. V. **Educação do Campo e Territorialização de Saberes: Contribuições dos Intercâmbios Agroecológicos**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Viçosa – UFV. Viçosa, 2015. 156f.

## **CAPÍTULO 3 - “DE PERTO MESMO”: ATORES SOCIAIS E AGÊNCIA EM TERRITÓRIOS DO POLO AGROECOLÓGICO E DE PRODUÇÃO ORGÂNICA DA ZONA DA MATA MINEIRA**

### **RESUMO**

Em dezembro de 2018 foi promulgada a Lei nº 23.207, que instituiu a região da Zona da Mata Mineira como Polo Agroecológico e de Produção Orgânica. Essa política pública, construída em rede por múltiplos atores sociais, é apontada como mais um agenciamento produzido pela agricultura familiar e pela rede agroecológica que atua na região há mais de três décadas. Foram identificados cerca de 90 atores sociais, dentre agricultores/as familiares, instituições de ensino, pesquisa, extensão, professores/as, técnicos/as, organizações da sociedade civil, Estado, mandatos parlamentares, povos originários, grupos culturais, etc. construindo processos de territorialização do Polo a partir das suas capacidades de agência nos territórios em 21 municípios do estado de Minas Gerais. Esse artigo, por sua vez, buscou identificar os principais atores sociais nesses processos de territorialização e seus respectivos agenciamentos produzidos. Como instrumentos metodológicos para a coleta de dados, utilizamos a observação participante, a pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas com seis informantes-chave. Para a análise dos dados utilizados a Análise de conteúdo, buscando identificar os principais atores e seus agenciamentos. Segundo os dados da pesquisa, a Comissão Regional de Luta e Enfrentamento à Mineração, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar Solidária (COOPAF), as feiras agroecológicas e solidárias, a Universidade Federal de Viçosa (UFV), o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) e o Sistema Participativo de Garantia (SPG) Floriô foram apontados como referência de atores/agentes do Polo a partir de seus agenciamentos no contexto do entorno da Serra do Brigadeiro, recorte geográfico desta pesquisa.

Palavras-chave: agroecologia; agência; territorialização; atores sociais.

### **ABSTRACT**

In December 2018, Law No. 23.207 was enacted, establishing the Zona da Mata region of Minas Gerais as an Agroecological and Organic Production Hub. This public policy, developed in a network by multiple social actors, is seen as another initiative driven by family farming and the agroecological network that has been operating in the region for over three decades. Approximately 90 social actors were identified, including family farmers, educational and research institutions, teachers, technicians, civil society organizations, government entities, parliamentary mandates, indigenous peoples, cultural groups, etc., engaged in territorialization processes of the Hub across 21 municipalities in the state of Minas Gerais. This article aimed to identify the main social actors involved in these territorialization processes and the agency they exerted. Methodological tools for data collection included participant observation, documentary research, and semi-structured interviews with six key informants. Content analysis was used to analyze the data, aiming to identify the main actors and their agency. According to the research data, the Comissão Regional de Luta e Enfrentamento à Mineração, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar Solidária (COOPAF), the agroecological and solidarity markets, the Federal University of Viçosa (UFV), o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) e o Sistema Participativo de Garantia (SPG) Floriô

were identified as reference actors/agents of the Hub based on their agency in the context of the surroundings of Serra do Brigadeiro, the geographical focus of this research.

**Keywords:** agroecology; agency; territorialization; social actors.

## 1 INTRODUÇÃO

Desde a década de 1980, tem se conformado uma sólida rede de agroecologia no entorno da Serra do Brigadeiro, mais especificamente nos arredores da Serra do Brigadeiro. Rede essa conhecida atualmente como rede agroecológica da Zona da Mata mineira e é composta por diversas organizações e atores espalhados pelos 143 municípios que conformam a região da Zona da Mata, mas que tem no território do entorno da Serra, sobretudo, a sua materialização e territorialização, a partir de processos de agência das populações que lá vivem, como os agricultores e agricultoras familiares camponeses. A atividade mineradora é bastante presente na região, fazendo com que as comunidades que ali vivem estejam em constante alerta e defesa de seu território (COMMERFORD, 2003; CHARÃO-MARQUES *et al.*, 2017; MALERBA, *et al.*, 2022)

O território no entorno da Serra do Brigadeiro é importante porque a Serra é considerada um patrimônio social, ambiental e cultural para aqueles que vivem no seu entorno. Também, por ser um território da agroecologia, da agricultura familiar e de povos originários, lugar de viver e executar suas práticas. Contudo, convivendo nesse mesmo contexto, existem também outros processos que aparentemente ameaçam essas populações que vivem no entorno da Serra, pois esse território, historicamente, foi e ainda é palco de muitos conflitos. Por se tratar de uma região com grande abundância de recursos naturais (metais preciosos, água, florestas), desde o período colonial vem sendo explorada. As mineradoras, atualmente, representam uma das maiores ameaças a esse território e suas populações, pois representam um projeto de destruição que é veementemente repudiado pelos atores que atuam em sua defesa (COMMERFORD, 2003; CHARÃO-MARQUES *et al.*, 2017; MALERBA, *et al.*, 2022).

Por isso, na década de 1990, mais especificamente em 1996, com o início do projeto que visava a criação de uma Unidade de Conservação (UC), que atualmente é o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, esse processo encontrou muita resistência da sociedade civil organizada da região (movimentos sociais, sindicatos rurais, organizações

não-governamentais, entidades da igreja, agricultores e agricultoras etc.) por não levar em consideração as populações que ali residiam há décadas, que tinham como uma das principais práticas a agricultura familiar camponesa (CTA-ZM, 2005; BONFIM, 2006; MAGNO, 2017). A partir de um processo de articulação em rede e reconhecimento da importância e relevância da agricultura familiar e da agroecologia praticada pelos sujeitos na Zona da Mata, sobretudo no território no entorno da Serra, esse movimento conquistou, em 2018, a lei que instituiu o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica (FREITAS, 2015; SCHMITT, 2016, SILVA, 2022).

O Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata Mineira foi instituído legalmente através da Lei 23.207 de dezembro de 2018. A lei foi proposta pelo então deputado estadual Rogério Correia do Partido do Trabalhadores (PT) como forma de “reconhecimento” do Estado à importância e contribuição histórica da agricultura familiar camponesa da região a partir de uma demanda dos próprios atores da rede agroecológica da Zona da Mata de Minas Gerais, que enxergavam essa estratégia como um importante instrumento político de fortalecimento de suas organizações e ações no território (BERG, 2020; RESENDE, 2020; NETTO, 2021). É nesse cenário de disputas de narrativas, discursos e projetos divergentes que ocorrem nos territórios do entorno da Serra do Brigadeiro que a territorialização do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica acontece.

A partir de uma abordagem teórico-conceitual crítica e “de baixo para cima”, nosso objetivo, neste capítulo, é: i) destacar os principais atores sociais identificados na pesquisa e seus agenciamentos em processos de territorialização do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica a partir dos municípios de Divino, Muriaé e Viçosa. Para buscar concretizar este objetivo traçado, foram mobilizadas algumas estratégias metodológicas. A coleta dos dados se deu através da observação participante de 2021 a 2023, em três municípios da Zona da Mata mineira: Divino, Muriaé e Viçosa. Destas observações, foram selecionados quatro eventos, que possibilitaram a análise documental de quatro documentos (relatórios) referentes a essas atividades/eventos observados e selecionados. Além disso, foi feita uma revisão de literatura, como primeira estratégia de aproximação com o campo da pesquisa mobilizada pelo pesquisador. Por fim, foram entrevistados seis informantes-chave, atores sociais da agricultura familiar camponesa e da agroecologia na Zona da Mata Mineira. Os dados foram analisados a partir da análise de conteúdo (BARDIN, 2011).

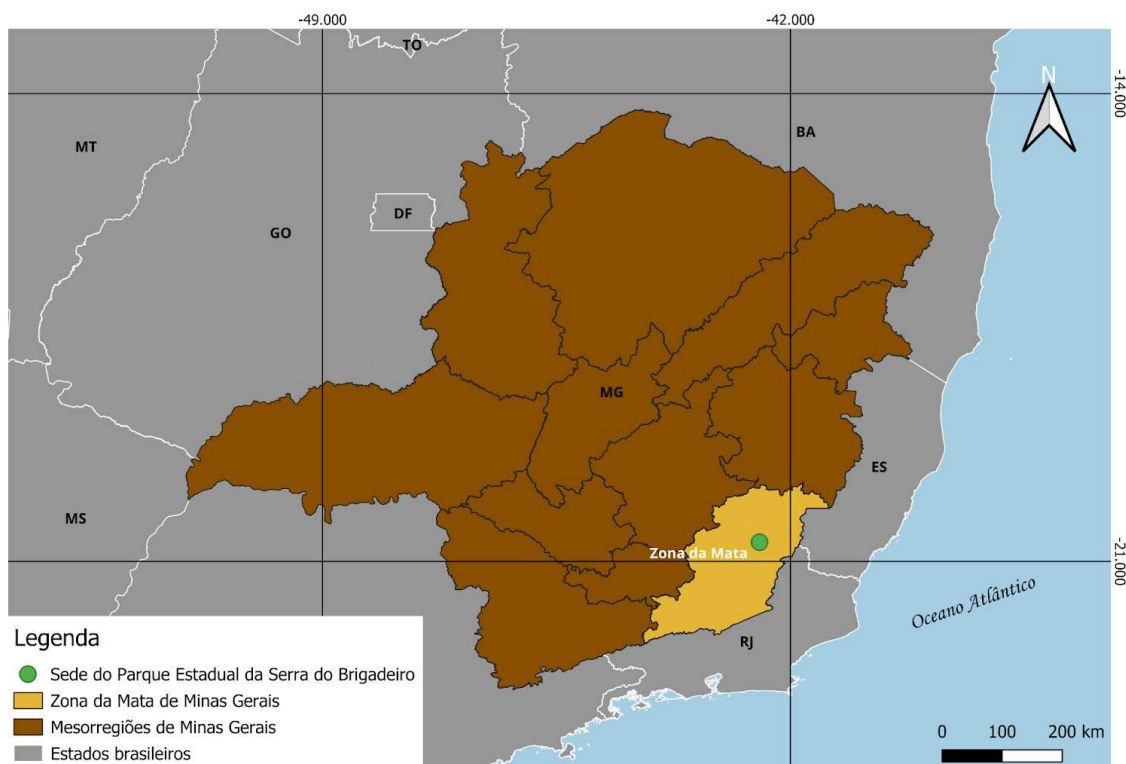
## **2 PERCURSO METODOLÓGICO**

O referido estudo se caracteriza como qualitativo e exploratório, uma vez que procura destacar os principais atores sociais identificados na pesquisa e seus agenciamentos que vão ao encontro da territorialização do Polo em Divino, Muriaé e Viçosa. Como procedimentos metodológicos, para este capítulo, foram mobilizadas as seguintes técnicas: a) observação participante; b) análise documental e c) entrevistas semiestruturadas com seis informantes-chave. Para isso, o projeto de pesquisa, intitulado “Lutas e território-rede: Polo Agroecológico e de Produção Orgânica na Zona da Mata de Minas Gerais” foi apreciado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFV com o parecer número 6.055.077. A seguir, será apresentada a área em que a pesquisa foi desenvolvida, assim como seu recorte geográfico. Logo em seguida, serão apresentadas as metodologias utilizadas para coleta e análise dos dados.

### **2.1 Caracterização da área do estudo**

O referido estudo se deu na Zona da Mata Mineira (Figura 13), que é uma das 12 mesorregiões de Minas Gerais, localizada na porção oeste do estado. Composta por 143 municípios, está inserida no bioma Mata Atlântica, que tem como característica marcante uma expressiva agrobiodiversidade, sendo considerada uma importante região para a conservação dos recursos que ali existem. Seu relevo é acidentado e com densa cobertura vegetal, o que parece ter contribuído para um processo tardio de ocupação do território no período colonial, tendo povos indígenas, descendentes de imigrantes europeus e remanescentes de populações negras escravizadas como primeiros habitantes (IBGE, 2010; SCHMITT, 2016; SILVA, 2022).

Figura 13 - Mapa de localização da Zona da Mata de Minas Gerais



Fonte: Autoria própria (2023).

É nessa região que também se encontra a Serra do Brigadeiro e seus territórios no entorno, (como Divino, Muriaé e Viçosa<sup>20</sup>, municípios analisados neste estudo) historicamente palco de conflitos políticos, sociais, ambientais, culturais e econômicos. A partir das contradições do projeto de modernização para o campo, amplamente difundido pelo país e pelo mundo, mais especificamente durante as décadas de 1970 e 1980, emergem movimentos contrários em defesa dos territórios. O processo de criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB) é um exemplo.

Criado na década de 1990 a partir da Lei Estadual nº 9.655/1988<sup>21</sup>, nove municípios eram abarcados no território da Serra do Brigadeiro e seu entorno, a saber: Araponga, Divino, Ervália, Fervedouro, Miradouro, Muriaé, Pedra Bonita, Rosário da Limeira e Sericita. Essa lei, por sua vez, tinha como proposta preservar as áreas localizadas acima de mil metros de

<sup>20</sup> Apesar de não se encontrar geograficamente no entorno da Serra do Brigadeiro, neste estudo, para fins de recorte metodológico, assumimos aqui o município de Viçosa como constituinte deste território, uma vez que o mesmo possui uma relevância histórica nas ações desenvolvidas no âmbito da rede de agroecologia da Zona da Mata Mineira a partir da articulação entre a UFV, o CTA-ZM, movimentos sociais populares, entre outros.

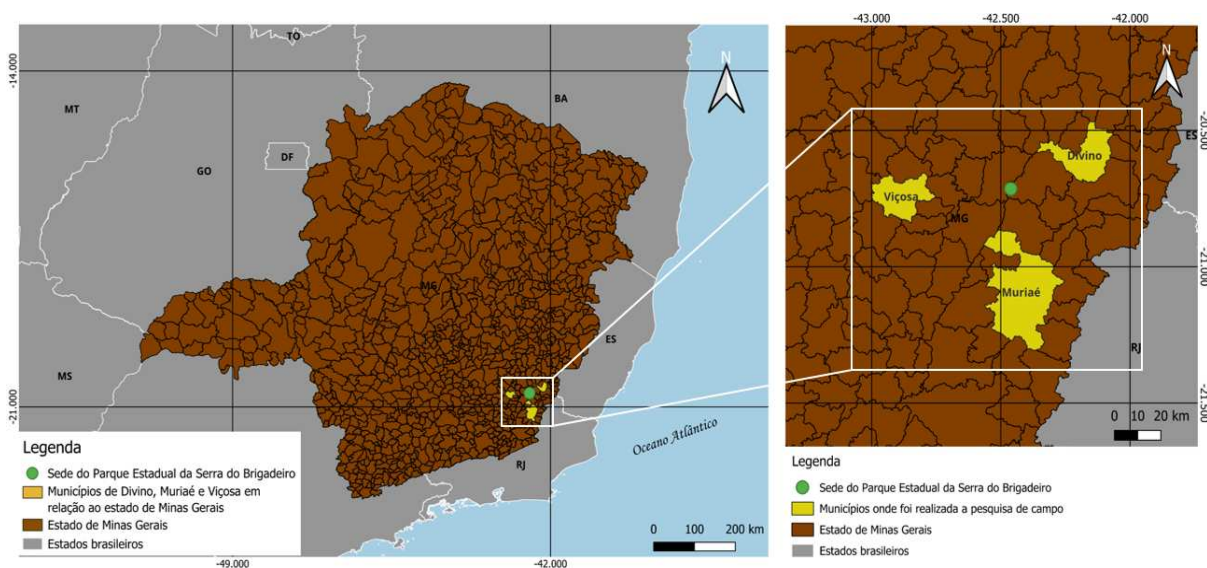
<sup>21</sup> Ver mais em:

<https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-9655-1988-minas-gerais-autoriza-o-poder-executivo-a-criar-o-parque-estadual-da-serra-do-brigadeiro-e-da-outras-providencias>.

altitude dentro dos limites do PESB, com uma área de aproximadamente 33 mil hectares. Segundo levantamentos feitos na época, faziam parte desse território, o entorno da Serra do Brigadeiro, cerca de 400 famílias agricultoras familiares com aproximadamente 2.400 pessoas, que há décadas ocupavam essas áreas e realizavam suas práticas. Ou seja, tudo o que estivesse acima dos mil metros de altitude, o que incluía os próprios agricultores e agricultoras familiares, suas terras, animais e plantas, assim como tudo relacionado aos seus modos de vida naquelas áreas, precisaria sair, em razão da criação da Unidade de Conservação (UC) proposta para a Serra do Brigadeiro (CTA-ZM, 2005; FREITAS, 2015; MALERBA, 2022).

É nesse território em disputa e acirrado, o entorno da Serra do Brigadeiro, que este estudo se insere. Ele foi definido tendo em mente que é nesse recorte geográfico que muitos processos de resistência e luta social ocorrem a partir da movimentação dos atores sociais em defesa de seus territórios, suas práticas, tradições, cultura e modos de vida. No entanto, por questões pragmáticas da pesquisa de mestrado, dos nove municípios que compõem o entorno da Serra do Brigadeiro, foram selecionados três, a saber, Divino, Muriaé e Viçosa (Figura 14), que foram os municípios em que o pesquisador realizou sua pesquisa de campo.

Figura 14 - Municípios da Zona da Mata Mineira a pesquisa de campo foi realizada



Fonte: Autoria própria (2023).

Destacamos que, apesar do município de Viçosa não estar geograficamente no entorno do PESB, ele se coloca como central para este estudo. A partir da importância e contribuição de atores sociais de Viçosa, como a Universidade Federal de Viçosa (UFV) e do Centro de

Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), por exemplo, ampliou-se, metodologicamente falando para este estudo, o entorno da Serra do Brigadeiro, considerando também o município de Viçosa.

## 2.2 Observação participante

A observação participante é um método qualitativo que tem origem na pesquisa etnográfica. Nessa abordagem, o contexto sociocultural do ambiente em que a pesquisa se deu forneceu elementos de análise ao pesquisador/a. Ou seja, a observação participante consiste na imersão do/a pesquisador/a, onde este, em certos momentos, torna-se parte daquele contexto, interagindo e compartilhando conjuntamente com quem ou o que está envolvido no processo observado. Como um dos seus objetivos, a observação participante se propõe a compreender uma temática ou situação particular através da própria vivência dos sujeitos envolvidos. Dessa forma, geralmente, essa abordagem é utilizada em ambientes comunitários e/ou locais de relevância para a pesquisa (MARIETTO, 2018). Assim, o método de coleta na observação participante consiste justamente na participação e interação do/a pesquisador no cotidiano do ambiente em que acontece a pesquisa (GIVEN, 2008).

Dessa forma, a observação participante teve início ainda em 2021, a partir do mês de agosto, com a participação do pesquisador em reuniões virtuais conduzidas por representantes da rede de agroecologia da Zona da Mata mineira, marcando o primeiro contato entre pesquisador e universo da pesquisa. Esse processo de observação participante continuou até o mês de julho de 2023, compreendendo quase dois anos de observações, onde foi possível a participação e contribuição em diversos espaços organizados pela rede de agroecologia da Zona da Mata mineira, como reuniões, feiras agroecológicas e solidárias, intercâmbios, vivências culturais, etc.

No entanto, para fins metodológicos e didáticos, optou-se por selecionar alguns desses momentos considerados pertinentes ao referido estudo, como sintetiza o Quadro 6, mostrado abaixo.

Quadro 6 - Atividades em que foram aplicadas a observação participante durante a pesquisa

ATIVIDADE	LOCAL	PERÍODO
I Reunião da Associação de Agricultura Orgânica e Agroecologia da Zona da Mata MG após a formalização do SPG no MAPA.	Virtual	Set/2021

I Encontro Presencial do Sistema Participativo de Garantia (SPG) Floriô.	Viçosa	Fev/2022
Visitas à Feira Agroecológica e Cultural da Violeira.	Viçosa	2022-2023
Visitas ao Quintal Solidário - projeto vinculado à Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP).	Viçosa	2022-2023
Reuniões e formações de grupos de ensino, pesquisa e extensão da UFV.	Viçosa	2021-2023
II Seminário Regional “Terra, Território, Água e Espiritualidade na Zona da Mata mineira”.	Divino	Set/2022
Seminário “O Programa Nacional de Alimentação Escolar: Olhares a partir da Agricultura Familiar e Agroecologia no Brasil”.	Viçosa e Muriaé	Abr/2023
Reunião do Conselho Cooperativo do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM).	Viçosa	Abr/2023
Visita à Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar Solidária (COOPAF).	Muriaé	Abr/2023
Visita ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STR) de Muriaé.	Muriaé	Abr/2023
Reunião sobre crédito fundiário no STR de Muriaé.	Muriaé	Abr/2023
Plenária do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata Mineira na XIV Troca de Saberes.	Viçosa	Jul/2023

Fonte: Autoria própria (2023).

Destaca-se ainda o caderno de campo, que foi um dos instrumentos utilizados para registros durante a observação participante. Foi possível, com o auxílio desse instrumento, obter informações que fugiam às observações momentâneas, complementando e enriquecendo os dados coletados através de um processo de reflexão realizado posteriormente. Segundo Magnani (1997), o caderno de campo pode ser um importante instrumento de pesquisa, uma vez que, ao registrar na folha de papel o contexto particular em

que determinado dado foi obtido, permite captar informações que outras estratégias, até mais modernas, não captam.

### **2.3 Análise documental**

O segundo procedimento metodológico utilizado para coleta de dados foi a análise documental. Da observação participante, foram selecionados quatro eventos, a saber: a) I Reunião da Associação de Agricultura Orgânica e Agroecologia da Zona da Mata/MG após a formalização do Sistema Participativo de Garantia (SPG) no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); b) I Encontro Presencial do Sistema Participativo de Garantia (SPG) Floriô; c) II Seminário Regional “Terra, Território, Água e Espiritualidade na Zona da Mata Mineira” e d) Reunião do Conselho Cooperativo do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM).

Foram analisados os relatórios desses respectivos eventos, que por sua vez foram disponibilizados pelo CTA-ZM, organizador comum de todos os eventos citados. A relevância para a pesquisa e o acesso do pesquisador aos materiais são as justificativas para tal seleção de eventos. Munido com os relatórios, foi possível ter uma noção, ainda que incipiente, do público envolvido na territorialização do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata Mineira nesses respectivos momentos, assim como os municípios em que atuam. Ressalta-se, no entanto, que estes documentos não representam a totalidade de atores envolvidos, nos fornecendo um olhar parcial e pontual no espaço-tempo sobre as informações coletadas. Este estudo não tem a pretensão de quantificar ou desqualificar a participação ou não participação de determinado ator social, seja ele/a um indivíduo ou grupo/organização.

### **2.4 Entrevistas semiestruturadas**

Como terceiro e último procedimento metodológico de coleta de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas<sup>22</sup> com seis informantes-chave inseridos no contexto da rede de agroecologia da Zona da Mata Mineira e do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica. A seleção destes informantes se deu a partir da identificação e indicação de pessoas da própria rede agroecológica, a partir de diálogos e interações durante os momentos de observação participante na pesquisa de campo. Assim sendo, ressalta-se que os/as informantes-chave aqui colocados não se propõem a representar o Polo Agroecológico e de

---

<sup>22</sup> O roteiro com os pontos abordados nas entrevistas semiestruturadas pode ser encontrado no Anexo 1.

Produção Orgânica ou a Zona da Mata Mineira como um todo, uma vez que é uma região de considerável extensão territorial, com expressiva heterogeneidade de sujeitos e de processos acontecendo. O Quadro 7, mostrado abaixo, apresenta a caracterização dos/as informantes-chave entrevistados/as neste estudo.

Quadro 7 – Caracterização dos informantes-chave

IDENTIFICAÇÃO	GÊNERO	PRINCIPAL OCUPAÇÃO	MUNICÍPIO
IC1	F	Acadêmica, militante social	Viçosa
IC2	F	Agricultora familiar, militante social	Divino
IC3	M	Agricultor familiar, militante social	Muriaé
IC4	M	Agricultor familiar, sindicalista	Muriaé
IC5	F	Técnica ONG	Divino
IC6	F	Associação/cooperativa	Muriaé

Fonte: Autoria própria (2023).

## 2.5 Análise dos dados

As falas dos entrevistados foram, então, transcritas e analisadas a partir da técnica da Análise de conteúdo (BARDIN, 2011). Para Minayo *et al.*, (2011), a Análise de conteúdo pode ser entendida como um conjunto de técnicas e destaca, ainda, duas principais funções na sua aplicação. A primeira, segundo a autora, se refere à *verificação de hipóteses e/ou questões*, uma vez que através da análise de conteúdo de uma entrevista, por exemplo, é possível encontrar as respostas para os questionamentos levantados. A segunda função diz respeito à *descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos*, aprofundando a análise, numa tentativa de olhar para além do que está na “superfície”. A análise de conteúdo possui as seguintes fases: pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados obtidos e, por fim, a interpretação (BARDIN, 2011).

No caso deste artigo, sucederam os seguintes procedimentos. Devido ao volume de informações geradas a partir do roteiro com as perguntas orientadoras (Anexo 1), foi solicitado aos informantes-chave o registro em áudio das entrevistas. Todos os/as participantes, que já estavam cientes dos objetivos da pesquisa via Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), autorizaram a gravação. Com isso, foi possível utilizar um

*software*<sup>23</sup> para auxiliar na conversão do áudio em texto. Em seguida, a transcrição foi revisada pelo autor, junto à gravação do áudio, como uma forma de garantir a qualidade dos dados gerados pela transcrição do *software*. Com as entrevistas transformadas em texto, foi possível realizar a pré-análise e a exploração do material, seguindo o percurso metodológico proposto por Bardin (2011).

Após esse procedimento, foi realizado o tratamento dos dados e a definição das categorias analíticas. Essas categorias, por sua vez, levaram em consideração as perguntas orientadoras do roteiro das entrevistas semiestruturadas e o próprio material coletado a partir da observação participante, dos documentos (relatórios de eventos) e das entrevistas. Dessa forma, foram estabelecidas as seguintes categorias: a) Atores sociais; b) Localidade e c) Agenciamentos.

A categoria **Atores sociais** buscou identificar os principais atores sociais que orbitam as atividades e ações realizadas e promovidas com e pelo Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata Mineira no contexto desta pesquisa, que se deu nos municípios de Divino, Muriaé e Viçosa, durante o período compreendido entre 2021-2023. Assim sendo, com a apreciação do material bruto coletado e a organização dos dados coletados, foi possível identificar atores sociais envolvidos em processos de territorialização do Polo. A categoria **Localidade** por sua vez buscou localizar a nível municipal os atores sociais identificados, com o objetivo de demonstrar, ainda que a partir de um olhar pontual e restrito a três municípios, até onde o Polo tem chegado. Dessa forma, reforçamos o recorte metodológico desta pesquisa, que não tem a pretensão de caracterizar todos os atores sociais do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica em todos os 143 municípios da Zona da Mata Mineira. Por último, a categoria **Agenciamentos** teve como objetivo sistematizar as principais iniciativas/ações mobilizadas pelos atores sociais identificados em seus respectivos territórios no contexto de territorialização do Polo Agroecológico e de Produção da Zona da Mata Mineira a partir de Divino, Muriaé e Viçosa.

---

<sup>23</sup> O *software* utilizado para a conversão dos áudios das entrevistas em texto foi a versão paga do *Transkriptor*, que possibilitou a transcrição de aproximadamente sete horas de material coletado nas entrevistas.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

#### 3.1 Atores sociais e agenciamentos na territorialização do Polo Agroecológico identificados em Divino, Muriaé e Viçosa

Foram identificados cerca de noventa (90) atores sociais distribuídos em vinte e um (21) municípios da Zona da Mata Mineira, se envolvendo e participando das atividades e ações de territorialização do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica, representadas aqui pelos respectivos eventos a que esta pesquisa se refere: a) I Reunião da Associação de Agricultura Orgânica e Agroecologia da Zona da Mata/MG após a formalização do Sistema Participativo de Garantia (SPG) no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); b) I Encontro Presencial do Sistema Participativo de Garantia (SPG) Floriô; c) II Seminário Regional “Terra, Território, Água e Espiritualidade na Zona da Mata Mineira”; d) Reunião do Conselho Cooperativo do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) e e) Plenária do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata Mineira na XIV Troca de Saberes.

Como já brevemente apontado, a distribuição dos atores sociais nos municípios não se dá de forma homogênea. Enquanto podemos observar municípios com apenas um ator social identificado, como em Acaiaca, Coimbra, Miradouro, Paula Cândido, Ponte Nova, Raul Soares, Rosário da Limeira e Simonésia, o município de Viçosa tem, sozinho, 33 atores. Isso foi apontado pelos entrevistados, como ressaltado pelo informante-chave IC3 e pela informante-chave IC6, ambos de Muriaé.

“Viçosa é bem forte, né? O CTA está lá, né? Universidade, né? A política [Lei do Polo] veio via universidade e CTA, né?” (IC3, Muriaé).

“Só que acontece que por um período, assim, que ficou muito reduzido o Polo na visão de Viçosa. Foi um diálogo que a gente fez aqui ‘Espera aí, esse Polo não é só de Viçosa. É da Zona da Mata, não é?’” (IC6, Muriaé).

Essa quantidade, por outro lado, não reflete necessariamente a importância desses atores para o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata Mineira. Por exemplo, somente a UFV já incorpora outros atores sociais listados em Viçosa, como os grupos de pesquisa e extensão, os cursos de graduação e Pós-graduação, o que dá uma falsa impressão de que neste município tem mais atores envolvidos na construção do Polo, quando comparado aos outros municípios. Ou seja, apontando a distribuição desses atores sociais

geograficamente, não estamos querendo afirmar que municípios são mais “engajados” que outros.

Por outro lado, de acordo com a demanda dos próprios territórios, gostaríamos de salientar os atores sociais que estamos citando como referência para animadores no processo de condução da territorialização do Polo em Divino, Muriaé e Viçosa decorre das informações identificadas e sistematizadas no Quadro 8 por esta referida pesquisa, sem nenhuma sobreposição entre atores.

Quadro 8 - Municípios, atores sociais e agenciamentos na territorialização do Polo

<b>LOCALIDADE</b>	<b>ATORES SOCIAIS</b>	<b>AGENCIAMENTOS</b>
Divino	1. Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM); 2. Comissão Pastoral da Terra (CPT); 3. Comissão Regional de Luta e Enfrentamento à Mineração na Serra do Brigadeiro; 4. Feiras; 5. SPG Floriô.	Assistência técnica e extensão rural; Certificação orgânica participativa; Luta contra a mineração e outras expressões do neoextrativismo; Mercados alternativos; Mobilização e articulação popular.
Muriaé	1. Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM); 2. Comissão Pastoral da Terra (CPT); 3. Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar Solidária (COOPAF); 4. Feiras; 5. SPG Floriô.	Assistência técnica e extensão rural; Certificação orgânica participativa; Luta contra a mineração e outras expressões do neoextrativismo; Mercados alternativos; Mobilização articulação popular; Produção de alimentos e acesso à políticas públicas (PAA, PNAE).
Viçosa	1. Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM); 2. Feiras; 3. SPG Floriô. 4. Universidade Federal de Viçosa (UFV);	Assistência técnica e extensão rural; Certificação orgânica participativa; Produção científico-acadêmica e diálogo de saberes; Mercados alternativos.

Fonte: A autoria própria (2023).

A seguir, apresentaremos atores sociais considerados nesta pesquisa como referência no processo de territorialização do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata Mineira, tendo como recorte os municípios de Divino, Muriaé e Viçosa, a partir da sua atuação e influência nos territórios.

### **3.1.2 A Comissão Regional de Luta e Enfrentamento à Mineração na Serra do Brigadeiro e a Comissão Pastoral da Terra (CPT)**

Dentre os atores sociais apontados no Quadro 7, a Comissão Regional de Luta e Enfrentamento à Mineração na Serra do Brigadeiro tem se colocado como um dos atores centrais, atuando no âmbito do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata Mineira na defesa dos territórios no município de Divino. A fala de uma entrevistada (IC2) do referido município, agricultora familiar e militante social, deixa essa percepção mais nítida e a justifica.

“Eu também faço parte da Comissão Regional de Luta e Enfrentamento à Mineração. A gente tá passando por esse processo cada vez maior de ameaça das mineradoras aqui na Serra do Brigadeiro, né? Então a gente viu a necessidade de se criar uma comissão pra trabalhar, é, mais especificamente a questão da mineração, né. É que às vezes não sobra muito espaço nas outras organizações, né? Porque a demanda é muita, né? E aí às vezes não dá pra gente se aprofundar o tanto que necessita né. E a ideia de criar a Comissão é fazer visitas nas comunidades, fazer os seminários, ouvir as pessoas que tão sendo ameaçadas, né? De perto mesmo. Então o trabalho da Comissão aqui na Serra do Brigadeiro tá sendo de extrema importância. Eu faço parte dessa Comissão desde o começo, a gente tem reunido de dois em dois meses, assim, a frequência, né. Algumas pessoas também fazem parte do Conselho do Parque do Brigadeiro. Então várias coisas que tem que passar pelo Conselho, depende do nosso voto também, mesmo que às vezes o nosso voto não impeça de passar alguma coisa, mas pelo menos a gente fica ciente do que tá acontecendo, né?” (IC2, Divino).

“Então a Comissão tem feito um trabalho muito importante. Eu acho que a mineração ainda não se instalou aqui nos arredor da Serra só devido ao trabalho da Comissão, sabe? Porque é a Comissão que chega junto da família lá e fala ‘olha, a gente tá junto, vamos arrumar um advogado pra conversar, a gente vai colocar uma placa aqui no seu terreiro, a gente vai organizar uma caminhada, né? A gente vai de casa em casa, tem semana que eu ando a semana inteira, de segunda a sexta. Cinquenta, sessenta famílias” (IC2, Divino).

Segundo Magno (2017), a Comissão Regional de Luta e Enfrentamento à Mineração na Serra do Brigadeiro<sup>24</sup> surgiu em 2004 e é uma articulação que foi criada, inicialmente, para

<sup>24</sup> Atualmente, a Comissão Regional de Luta e Enfrentamento à Mineração na Serra do Brigadeiro é composta por representantes das seguintes organizações: Associação Amigos do Iracambi, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miradouro, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Muriaé, Barão de Monte Alto e Rosário da Limeira, Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), Comissão Pastoral da Terra (CPT),

preservar e defender o território da Serra do Brigadeiro contra os processos de mineração encabeçados pela Companhia Brasileira de Alumínio (CBA). Ao longo dos seus 16 anos de atuação, a Comissão tem utilizado diversas estratégias de mobilização social, denúncia e articulação política. São realizadas reuniões, assembleias populares, manifestações, audiências públicas, caminhadas como forma de se auto organizarem ao mesmo tempo em que dialogam com a sociedade civil sobre as suas pautas defendidas. Uma das frentes de atuação que tem ganhado mais centralidade na estratégia da Comissão é a luta judicial, ou seja, agir juridicamente para barrar processos danosos às populações e os territórios que são atingidos pela mineração e garantir a preservação da vida e dos direitos dessas populações (MAGNO, 2017).

A Figura 15, abaixo, mostra um dos materiais produzidos pela Comissão Regional de Luta e Enfrentamento à Mineração, uma das estratégias mobilizadas para comunicar suas pautas e projetos defendidos, seja internamente ou externamente, para o diálogo com a sociedade civil como um todo.

---

Cooperativa de Agricultores Familiares (COOPAF), Associação Franciscana Santa Maria dos Anjos, professores e estudantes do Instituto Federal de Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG) e da Universidade Federal de Viçosa (UFV), vereadores de Muriaé, Cáritas Diocesana, Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA) e Centro de Estudos, Integração, Formação e Assessoria Rural da Zona da Mata (CEIFAR) (ALVES *et al.*, 2020).

Figura 15 - Cartaz de divulgação produzido pela Comissão Regional de Luta e Enfrentamento à Mineração na Serra do Brigadeiro



Fonte: Acervo da pesquisa (2022).

O cartaz traduz de forma bem pontuada as diferenças entre os projetos em disputa na Zona da Mata mineira e também na Serra do Brigadeiro. Se por um lado as mineradoras, representação do projeto neoliberal hegemônico, “*destróem nossas nascentes, florestas, plantios, paz, famílias, casas e sonhos*”, a Comissão Regional de Luta e Enfrentamento à Mineração se coloca como “*guardiões da Serra do Brigadeiro, uma importante reserva de Mata Atlântica que guarda uma abundância de água em suas milhares de nascentes, uma riqueza em espécies de plantas e animais ameaçados de extinção, a forte presença da agricultura familiar e a diversidade cultural e religiosa de seu povo*”. Com essas afirmações, podemos ter uma noção de como esse ator percebe e comunica o seu território.

Magno *et al.*, (2017) trazem experiências concretas do processo de luta e enfrentamento na Zona da Mata mineira, sobretudo no entorno da Serra do Brigadeiro, mobilizado pela Comissão Regional de Luta e Enfrentamento à Mineração. Segundo os autores, como estratégia de fortalecimento à resistência no território, a Comissão procurou o

apoio de diferentes instituições da sociedade civil, como a Universidade Federal de Viçosa, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, a Secretaria Estadual de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais e o Ministério Público Estadual, em um movimento coletivo junto à outros atores, como os sindicatos rurais, as organizações não-governamentais, movimentos sociais populares, a CPT, o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM)<sup>25</sup>.

Corroborando com os agenciamentos da Comissão Regional de Luta e Enfrentamento à Mineração, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) também se coloca como um ator de relevante agência nos territórios dos municípios a que este estudo se refere. A fala do entrevistado IC3, agricultor familiar e militante social de Muriaé, exemplifica isso.

“Em 2000 eu já era voluntário da CPT. Eu trabalhava no sindicato [desde 1995] mas era também voluntário da CPT estadual de Minas, né. Durante todo o período de 96 até 2004 eu fui voluntário [...]. Em 2005 eu fui contratado pela CPT, né, devido ao conflito ambiental que se instalou aqui descoberto em 2003, que foi aquela situação da segunda maior reserva de bauxita do Brasil, que naquele momento estava muito forte mas que já estava na região na verdade, né? Eles já tinham feito cadastro aqui na década de 80 e já tinha extração de bauxita aqui em Itamarati de Minas desde 92. Mas a gente [à época] não conseguia enxergar isso como um problema tão grande, né? Mas aí a gente começou a perceber essa realidade, né? Desse conflito ambiental muito forte com a agricultura familiar, né?” (IC3, Muriaé).

“Então é isso, eu ‘tô’ na CPT desde essa época e a gente vai se articulando, né? Com a diocese, com as comunidades cristãs. É uma parceria muito forte com o Sindicato [dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais] também, né? E você tem também outras entidades, né? O MAM [Movimento Nacional pela Soberania Popular na Mineração] chegou aqui em 2012. E aí nós vamos somando essa luta, né? Com outras entidades que estão nesse território e que fazem luta com a gente, né? A CPT de fato está aqui desde a década de 80 também. Pra ajudar a dar formação pros sindicatos. E a cada ano vamos modificando, né, um pouco a forma de trabalhar. Então nos últimos anos a gente tem focado nessa luta ambiental, agroecológica, né? Da produção orgânica. Que não é só nós, mas esse coletivo de gente, né? É uma agricultura familiar que já tem uma história desde muitos anos, né?” (IC3, Muriaé).

Historicamente, a CPT teve uma atuação muito importante na Zona da Mata mineira. Como Freitas (2015) e Schmitt (2016) apontam, a entidade foi fundamental para a consolidação de um movimento organizado da agricultura familiar camponesa frente às contradições do projeto modernizante para o campo na década de 1980. A partir da articulação com sindicatos rurais, setores progressistas da Igreja Católica, como o Movimento

<sup>25</sup> Segundo Magno (2017), o MAM surge em 2012, a partir dos acirramentos políticos em torno da questão minerária. Nesse ano aconteceu em Paraupabas, no estado do Pará, a primeira reunião ampliada do que viria a ser o movimento, contando com a participação de mais de 40 pessoas de diversas outras organizações, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a CPT, os sindicatos rurais, o Movimento Indígena e Quilombola. Nesse momento, os atores reunidos tiveram o entendimento de que a mineração também perpassava as lutas que as outras organizações já travavam nos territórios.

Boa Nova (MOBON) e outras organizações, teve origem um processo de reflexão coletiva sobre as práticas adotadas no fazer agricultura, que foi o processo embrionário de conformação da rede agroecológica da Zona da Mata Mineira. Esses agenciamentos, por sua vez, também contribuíram na criação do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica, em 2018.

Essa visão que endossa a pluralidade, a defesa e o cuidado com os territórios a partir da agência dos atores ao enxergar a natureza não de forma separada, mas integrada às sociedades, se aproxima com o que Escobar (2015) traz sobre cultura e natureza. É a partir do reconhecimento e valorização das ecologias de saberes, de uma perspectiva não dualista (seres humanos e natureza; desenvolvido e subdesenvolvido), percebendo os territórios (natureza) como parte de suas vidas (cultura), que a Comissão Regional de Luta e Enfrentamento à Mineração se coloca como um importante ator, capaz de agenciar outras tantas estratégias, a partir da sua articulação em rede com outros movimentos que também corroboram com essa mesma percepção. Para nós, é a partir desses pilares que, também, o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata Mineira se estrutura.

### **3.1.3 A Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar Solidária (COOPAF) e as feiras agroecológicas**

Outro ator social em agência que merece destaque é a Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar Solidária (COOPAF), que se apresenta nesta pesquisa como um importante articulador em Muriaé, integrando suas atividades no âmbito do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata Mineira. A fala de nossa entrevistada (IC6) do referido município ilustra esse fato.

“Hoje eu estou como presidente da COOPAF. Mas porque faço parte da cooperativa desde o início, né? Eu também sou da diretoria do sindicato e da diretoria do Ceifar e nesses espaços a gente vai se vinculando a outros, né?” (IC6, Muriaé).

“A COOPAF é responsável pela coordenação da feira ecológica e hoje na verdade meu tempo tem sido, vamos supor, uns 90% para a cooperativa. Então hoje, assim, a gente tem um trabalho muito intenso na cooperativa. Porque a gente trabalha a questão do PNAE né, então as ações da cooperativa se intensificaram e com isso vem mais trabalho, né?” (IC6, Muriaé).

“Na minha cabeça a COOPAF é importante para o Polo porque eu enxergo a feira como uma coisa muito boa, né? Das expressões do Polo, porque eu vi que tem alguns produtos que já tem o selo do Polo, né? Então eu acho que, por exemplo, isso já é uma ação pro Polo ir se desenvolvendo” (IC6, Muriaé).

De acordo com os dados do caderno de campo elaborado durante as observações participantes, a COOPAF (Figura 16) foi fundada em 2009, a partir da articulação de agricultores e agricultoras familiares em Muriaé. Inicialmente, estes se organizavam em forma de associação. No entanto, depois passaram a se organizar como cooperativa, entendendo-a como uma estratégia mais acertada com suas realidades.

Figura 16 - Observação participante na COOPAF, em Muriaé



A) Fachada e entrada da COOPAF; B) Grupos de trabalho na COOPAF como parte da programação do Seminário “O Programa Nacional de Alimentação Escolar: Olhares a partir da Agricultura Familiar e Agroecologia no Brasil”; C) Alimentos produzidos por agricultores/as familiares cooperados da COOPAF. Fonte: Acervo da pesquisa (2023).

Hoje, a cooperativa tem várias linhas de ação, atuando principalmente com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), na Feira Agroecológica, na venda de insumos através da loja de agropecuária da cooperativa e em formações e capacitações, que envolvem agricultores/as familiares e cooperados/as. A comercialização dos alimentos é feita prioritariamente através do PNAE, que são adquiridos dos cooperados, organizados e fornecidos a cerca de 12 escolas municipais e estaduais de Muriaé e mais outros 16 municípios. Até 2022, a COOPAF contava com 131 cooperados/as, 28 destes sendo mulheres. Além disso, abrange um raio de 19 municípios. Dentre seus principais objetivos, citamos: i) ofertar assistência técnica; ii) ampliar o acesso ao PNAE; iii) acesso a mercados privados; iv) regularização das agroindústrias.

A visita à COOPAF possibilitou perceber a importância do PNAE para agricultores e agricultoras familiares que acessam a política pública acessam via cooperativa. Segundo a fala dos próprios agricultores cooperados da COOPAF, o PNAE tem sido uma das estratégias mais importantes no município de Muriaé e arredores. Ela se torna importante para a agricultura familiar pois é a partir dos recursos da política pública que conseguem produzir e comercializar uma grande variedade de alimentos e produtos. Importante também para a sociedade civil no geral, que tem a oportunidade de adquirir e consumir produtos com procedência garantida. Em recente pesquisa publicada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) foi revelado que o acesso da agricultura familiar ao PNAE tem impulsionado suas rendas, assim como suas capacidades produtivas<sup>26</sup> (PAULA *et al.*, 2023).

A COOPAF também possui algumas parcerias com projetos, como o Ecoforte<sup>27</sup>, e instituições, como a EMATER, responsável por conduzir dias de campo<sup>28</sup> com os cooperados. Além disso, há intercâmbio entre os próprios agricultores/as familiares. Por exemplo, se o/a cooperado/a X está com problemas com alguma cultura ou atividade que esteja desempenhando, outro/a cooperado/a faz uma visita para que através do diálogo e da troca de experiências, encontrem soluções para suas problemáticas. Contudo, como ressalta a diretoria da cooperativa, a COOPAF não é 100% agroecológica. Ela fomenta e orienta suas ações a partir da agricultura familiar e da transição agroecológica, mas ainda não se considera “totalmente agroecológica”.

Durante a pandemia de COVID-19, iniciada em 2020, financeiramente falando, não houve prejuízos. Pelo contrário, sucedeu um aumento na receita da cooperativa quando comparado ao ano anterior (2019), pois a cooperativa organizou e entregou cestas de alimentos para o município de Coimbra, garantindo mercado para os cooperados. No entanto, as maiores perdas foram as sociais, visto que boa parte dos agricultores familiares não

---

<sup>26</sup> A pesquisa aponta que houve um aumento médio de 32,6% no Valor Bruto da Produção (VPB) dos agricultores familiares participantes. No entanto, os resultados acerca do impacto do PNAE na diversificação dos agroecossistemas dos agricultores e agricultoras familiares participantes da pesquisa foram inconclusivos, necessitando de maiores análises, principalmente em escala nacional (PAULA *et al.*, 2023).

<sup>27</sup> Programa de Fortalecimento e Ampliação das Redes de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica, da Fundação Banco do Brasil (FBB).

<sup>28</sup> “Essa metodologia reúne produtores rurais, geralmente em uma propriedade, para observação de algumas práticas ou tecnologias, que possam ser replicadas para aquela comunidade. Os encontros colocam em contato técnicos, produtores, que discutem e analisam o tema em questão, trocam experiências, tiram dúvidas, promovendo assim um ambiente fértil para multiplicação e construção coletiva do saber”. Fonte: <https://www.emater.mg.gov.br/portal.do/site-noticias/dia-de-campo-metodologia-esta-entre-a-preferidas-pelos-produtores-para-adquirir-conhecimento>. Acesso em 30 jul 2023.

conseguiu acompanhar a dinâmica da cooperativa, pelas mais diversas razões, o que prejudicou a continuidade de participação de alguns cooperados. Neste período pandêmico, as mulheres aparentemente foram o público mais atingido. Seja por serem minoria dentro da cooperativa, representando cerca de 21% do total de cooperados, seja pelas suas atividades de maior protagonismo, como a panificação, terem sido totalmente paralisadas.

Posto isso, a COOPAF em Muriaé se coloca como um ator que promove o desenvolvimento de seu território, contribuindo com a produção e a diversificação de alimentos, gerando emprego e renda para a agricultura familiar ao mesmo tempo em que dinamiza a economia local e regional.

Nesse sentido, no contexto do sistema agroalimentar hegemônico, autores (POLANYI, 1980; SEVILLA-GUZMÁN, 2012; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017) salientam que o capitalismo produziu uma espécie de “descolamento” da economia em relação ao conjunto de instituições, crenças e valores que regem uma sociedade, gerando um sistema comandado pelos atores dominantes, como as corporações multinacionais, as redes de supermercado, a indústria dos agrotóxicos, entre outros. Essa estrutura globalizada que descentraliza e desterritorializa o sistema agroalimentar, faz com que agricultores/as e consumidores/as não tenham total autonomia de suas decisões. Como consequência, tem-se uma cadeia agroalimentar alongada, sem um território definido capaz de controlar como e o que é produzido, circulado e consumido (PLOEG, 2008; SEVILLA-GUZMÁN, 2012).

Como contraponto ao modelo de produção e comercialização de alimentos predominante no sistema agroalimentar globalizado, emergem os circuitos curtos de comercialização (SEVILLA-GUZMÁN, 2012). Goodman *et al.*, (2002) enfatizam que esse processo é resultante da crescente necessidade de reconexão entre agricultores/as e consumidores/as, permitindo o estabelecimento e fortalecimento de relações de confiança e reciprocidade, tendo como orientação os princípios da agroecologia.

No contexto do município de Viçosa, a Feira Agroecológica e Cultural da Violeira<sup>29</sup> (Figura 17) foi criada em 2015 a partir de uma iniciativa dos moradores e agricultores e agricultoras familiares da Violeira junto a estudantes e professores da UFV, a Feira tem se tornado ao longo dos anos algo além de um local de comercialização de alimentos saudáveis. Além de proporcionar alimentos saudáveis, sem veneno e que respeitam o meio ambiente e a

---

<sup>29</sup> Bairro do município de Viçosa localizado na zona rural do município.

vida, possibilita um ambiente de interação entre crianças, jovens, adultos e idosos. Com isso, neste espaço, que além de social também é político, a agroecologia e a agricultura familiar camponesa também estão dialogando com a sociedade viçosense sobre o projeto que é defendido pelas organizações que a constroem.

Figura 17 - Feira Agroecológica e Cultural da Violeira, em Viçosa



Fonte: Acervo da pesquisa (2023).

Uma dessas formas de diálogo é, assim como já mencionado pela informante-chave IC6, de Muriaé, entrevistada, que é o uso do selo (Figura 18) do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica. Apesar de não ser utilizado pela ampla maioria dos feirantes, é interessante observar como, aos poucos, os próprios agricultores e agricultoras vão se apropriando do Polo Agroecológico, um processo que é construído justamente em espaços que reforçam o Polo como um importante instrumento político para a Zona da Mata Mineira.

Figura 18 - Produtos agroecológicos com selo do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica na em Viçosa e em Divino



- A) Garrafas de suco com o selo do Polo na Feira Agroecológica e Cultural da Violeira;  
 B) Cafés do Brigadeiro (redes sociais). Fonte: Autoria própria (2023).

Corroborando com essa proposição, as entrevistadas IC1, acadêmica e militante social de Viçosa e IC2, agricultora familiar e militante social de Divino, comentaram.

“Lá em Muriaé, por exemplo, a feira deles é uma grande expressão, é uma grande espacialidade do Polo lá porque inclusive eu vi lá que alguns produtos já têm até o selo do Polo, né? Então isso eu acredito que seja uma estratégia bem interessante para ajudar né? Nessa maior visibilidade assim do Polo” (IC1, Viçosa).

“Eu não uso selo de nada, mas o selo do Polo tá nos meus produtos, né? Tenho orgulho disso, né? [...] Porque a gente deixa de ser aquele sujeito da roça e passa a ser um sujeito que mora dentro de um polo agroecológico. Sim. Então muda totalmente, sabe?” (IC2, Divino).

Para Radomsky (2015), o *poder do selo* gira em torno de alguns pontos importantes dentro do contexto de um sistema alimentar: a confiança do consumidor (fortalecimento das relações entre os envolvidos); a diferenciação (produtos com selo geralmente conferem mais “credibilidade” e qualidade ao consumidor); o acesso a novos mercados (em alguns casos o uso de selos pode ser a porta de entrada para outras possibilidades); o incentivo à adoção de práticas mais sustentáveis (a busca pelo selo pode impulsionar transformações significativas num agroecossistema); a padronização e transparência (o processo de obtenção do selo ajuda a padronizar práticas e processos que garantam uma maior transparência entre os envolvidos).

Apesar de importantes as contribuições do uso de um selo, o uso do selo do Polo (Figura 18) pela agricultura familiar camponesa na Zona da Mata está mais ligado a um processo de reconhecimento, pertencimento e construção de identidade entre os próprios atores constituintes do Polo e os que estão externos a esse processo também. Por se tratar de uma estratégia recente e que ainda está em construção, fazer uso da identidade visual, da cara do Polo, seja estampando-a em selos, camisas, adesivos ou bandeiras, é de extrema importância.

Ou seja, nesses espaços, é possível observar processos de territorialização da agroecologia na Zona da Mata mineira e também da construção da identidade do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica. Assim também como processos de re-existência (PORTO-GONÇALVES, 2004) dos agricultores e agricultoras familiares camponeses, que, mesmo com a massiva presença do capital, representada, por exemplo, pelas redes de supermercados, não param de produzir e comercializar seus produtos agroecológicos. Ou seja, acontecem processos concomitantes de resistências e produção de existências e inovações, como é o caso do uso do selo do Polo.

Escobar (2008), dialogando com Porto-Gonçalves (2004), nos diz que, apesar da imensa força e pressão exercida pela modernidade, sobretudo nos povos e territórios originários, modernidades alternativas (ESCOBAR, 2008) são possíveis. Para o autor, a partir da agência mobilizada pelos múltiplos atores sociais nos mais diferentes lugares e contextos, é que estes vão encontrando, desenvolvendo e reformulando estratégias e possibilidades alternativas às hegemônicas. Segundo Radomsky, baseado na discussão evocada por Escobar, “essa seria a única a escapar das armadilhas do discurso que supõe não existir espaço fora da modernidade (e do discurso do desenvolvimento)” (RADOMSKY, 2011, p. 155).

### **3.1.4 A Universidade Federal de Viçosa (UFV), o Centro Tecnológico de Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) e o SPG Floriô**

Outros atores de considerável relevância que atuam em processos de agenciamento no âmbito da territorialização do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata Mineira em Divino, Muriaé e Viçosa que foram identificados e sistematizados a partir desta pesquisa são a UFRV, o CTA-ZM e o SPG Floriô.

No caso da UFRV, alguns trabalhos e pesquisas desenvolvidos no âmbito da rede de agroecologia da Zona da Mata Mineira têm demonstrado como esta tem atuado como um ator

social relevante para o processo de territorialização da agroecologia e do fomento à agricultura familiar camponesa nos territórios (CARDOSO; FERRARI, 2006; OLIVEIRA, 2018; SILVA, 2022). Desde o início da década de 1960 já se tem registros de debates e discussões acerca da questão agrária entre a comunidade acadêmica da UFV. Em 1962, por exemplo, o “Seminário Nacional de Reforma Agrária”, organizado pelo Diretório Central de Estudantes de Agronomia do Brasil, embrião da atual Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB) trouxe para o centro do debate acadêmico-científico os conflitos agrários e socioambientais no campo (SILVEIRA; RAMOS, 2018).

Na década de 1970, confluindo com a ascensão das discussões ecológicas a nível internacional de reflexão sobre os efeitos do processo de modernização do campo, é criado o Grupo Alfa de Estudos em Ecologia em 1975 na UFV. Suas primeiras ações práticas na universidade, segundo Ramos (2016), consistiram no enfrentamento ao desmatamento no campus, denúncias públicas e debates (RAMOS, 2016). Paralelo a isso, consolidava-se também a perspectiva de se construir estratégias visando outros modos de vida, baseados na cooperação e em princípios ecológicos. Disso, surge a Comunidade Alfa, contando com restaurante e cooperativa, onde eram produzidos alimentos sem venenos em uma interação entre membros da comunidade, estudantes e agricultores/as (SILVEIRA; RAMOS, 2018).

Na década de 1980, através da interação com outros atores sociais, como os sindicatos rurais, estudantes das ciências agrárias vinculados ao movimento estudantil-agroecológico (SILVEIRA; RAMOS, 2018) da UFV, membros de entidades acadêmico-políticas como a FEAB, grupos de “agricultura alternativa”, criam o Grupo de Agricultura Alternativa de Viçosa (GAAV), em 1983. Esse grupo funcionou até o ano de 2005 e foi de grande importância para o diálogo de saberes, uma vez que os estudantes vinculados ao grupo executavam atividades de assistência técnica e extensão rural (ATER) junto à agricultores familiares, fortalecendo os laços entre academia e comunidade. Como um dos frutos da organização desses atores sociais ligados à UFV, em 1987 é criado o CTA-ZM, organização da sociedade civil, que se apresenta nesta pesquisa como um relevante ator social na territorialização do Polo. Informantes-chave entrevistados nesta pesquisa, como IC5, de Divino, e IC3, de Muriaé, corroboram com a importância deste ator para a rede de agroecologia e para a territorialização do Polo Agroecológico.

“Hoje eu estou como assessora técnica, né? No CTA, que é o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata. Trabalhei no programa Mulheres e Agroecologia e também em outros no fortalecimento das políticas públicas. Nessa parte de

assessoria técnica e também de articulação e mobilização, né? Dos sindicatos das associações? Ele é importante ator aí, né? Que está aglutinando, né? Tanto as organizações, quanto os parceiros para que o Polo de fato funcione, né? Porque o Polo, ele não é uma instituição, a gente não tem um CNPJ do Polo, o Polo é todo mundo que sentia, aí é próximo, né, que tem esse gosto aí mesmo, né? De trabalhar com a agroecologia, né? Só que a gente precisa de um lugar ali, que vai dando essa forma, né, que vai juntando ali as pessoas, né? Então, o CTA, ele tem sido esse ator aí principal também, junto com os sindicatos, com as associações, com as cooperativas aqui na Zona da Mata, né?” (IC5, Divino).

“Tem um destaque aí do Polo que é o CTA, né. Primeiro porque tem toda uma história na região, né? Segundo é porque tem uma equipe, né? É uma equipe ampla de experiência, né. Hoje eu poderia falar com certeza que é uma das entidades que têm mais condição assim, né? Tem que contribuir, né? Por exemplo, tem um grupo, né? O grupo de operacionalidade do Polo, né? A CPT faz parte, mas o CTA ajudou muito, né? É uma entidade que ajuda muito, contribui muito nessa construção” (IC3, Muriaé).

Como proposta inicial, o CTA-ZM buscava identificar, sistematizar e disseminar tecnologias alternativas àquelas fomentadas pelos pacotes da Revolução Verde a partir da agricultura familiar camponesa e suas práticas como estratégia de resistência ao processo de modernização do campo. Ao longo dos anos, com o fomento e consolidação dessas interações, o CTA-ZM tem se consolidado enquanto uma referência na construção do conhecimento agroecológico na Zona da Mata a partir de uma atuação em rede, junto aos outros atores sociais já mencionados anteriormente (CARDOSO; FERRARI, 2006; SCHMITT, 2016; RESENDE, 2020). Além disso, vale ressaltar as articulações em outras escalas (CASTRO, 2006) feitas pelo CTA-ZM que refletem na construção da rede de agroecologia e do Polo, como a construção da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), entidades que representam nacionalmente o movimento agroecológico brasileiro.

Como ressaltam Oliveira *et al.*, (2018, p.3), “desde a sua fundação, o CTA-ZM, trabalha em parceria com a UFV e com os movimentos sindicais dos trabalhadores rurais, associações e agricultores familiares da região”. Cardoso *et al.*, (2009) salientam que essa estreita parceria com a universidade se deve pelo entendimento coletivo de que o conhecimento científico articulado aos conhecimentos populares é fundamental para a construção da agroecologia.

Nesse sentido, na década de 1990, com o fortalecimento dessas experiências centradas no CTA-ZM, na UFV e nas organizações da agricultura familiar, tem-se a criação do Grupo de Educação do Campo e Agroecologia (ECO/UFV); a aproximação com o poder público e o governo federal; a aprovação e financiamento de projetos de pesquisa e extensão por

agências de fomento como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e a Fundação Ford; a realização do primeiro Estágio Interdisciplinar de Vivência (EIV)<sup>30</sup> (CARDOSO; FERRARI, 2006; SILVEIRA; RAMOS, 2018; OLIVEIRA *et al.*, 2018).

Na primeira metade dos anos 2000, destaca-se a criação do Programa TEIA, financiado via recurso federal vindo através do Programa de Extensão Universitária (ProExt), vinculado ao Ministério da Educação (MEC). Com projetos de extensão universitária construídos com princípios agroecológicos, o Programa TEIA organizou e tem organizado atividades e encontros envolvendo estudantes, técnicos e técnicas, professores e professoras, agricultores e agricultoras familiares, organizações não-governamentais e movimentos sociais populares, com destaque para os Terreiros Culturais e as Trocas de Saberes, realizadas anualmente na UFV (CARDOSO; FERRARI, 2006; OLIVEIRA *et al.*, 2018). No desenvolvimento dessas atividades, uma série de metodologias foram criadas e outras reinventadas, como as Instalações Artístico-Pedagógicas, os Círculos de Cultura, os Intercâmbios Agroecológicos e as Caravanas Agroecológicas, uma importante contribuição para o movimento agroecológico do país, uma vez que essas metodologias têm sido replicadas e readaptadas nos territórios afora (ALVES *et al.*, 2011; ZANELLI, 2015; OLIVEIRA *et al.*, 2017).

Consideramos aqui todas essas iniciativas apontadas como agenciamentos produzidos pelos próprios atores sociais da agricultura familiar camponesa e da agroecologia da Zona da Mata Mineira. Ao longo do tempo, os atores definiam suas prioridades e intencionalidades, a depender de fatores internos, como o andamento das organizações, e externos, como a conjuntura política nacional. Nesse sentido, mais recentemente, na década de 2010 e 2020, um outro agenciamento que está sendo produzido por estes atores é o SPG Floriô, que surgiu da necessidade de atender às demandas dos próprios agricultores e agricultoras familiares, assim como das demais organizações, como mais uma estratégia de fortalecimento e consolidação de suas práticas. Os entrevistados (IC3, IC4, IC5 e IC6) na pesquisa ilustraram isso com suas falas, mostradas abaixo.

“Acho que é muito importante a gente conversar com outras pessoas. O pessoal de Espera Feliz também, né? Eles estão muito envolvidos dentro do SPG, né, e é uma estratégia que o Polo está né. Está dentro da dinâmica do Polo e eu acho que

---

<sup>30</sup> Os EIVs são interessantes estratégias voltadas para estudantes das ciências agrárias com o objetivo de proporcionar experiências agroecológicas em territórios da agricultura familiar camponesa, aproximando-os das realidades do mundo rural contemporâneo brasileiro (OLIVEIRA *et al.*, 2018).

também é uma das mais importantes pra dar essa maior visibilidade também inclusive entre os próprios agricultores que estejam participando desse desse SPG né” (IC3, Muriaé).

“O SPG as pessoas têm falado muito né? Da importância assim do SPG para justamente dar essa essa cara para o Pólo, né?” (IC4, Muriaé).

“Assim, eu vejo o SPG também muito importante, né? Porque na verdade a gente ainda está nesse processo de construção das estratégias. A gente tem os atores ali que já estão desenvolvendo várias ações aí a gente [o Polo] vai se somando” (IC5, Divino).

“Então assim, eu enxergo as feiras, o SPG, as associações, as cooperativas, o movimento de mulheres, os mandatos populares as principais estratégias, né? Umas mais próximas à gente, como as feiras e cooperativas e umas mais distantes, como os mandatos. Mas todo mundo se junta em prol do Polo, isso que é bacana” (IC6, Muriaé).

“É, tem a questão das feiras, né? Tem a questão das redes, tem a questão do próprio SPG, tem essa questão de agora por exemplo tá se discutindo um pouco mais essa questão do crédito fundiário também, que eu acho que tem tudo a ver com o Polo, né?” (IC6, Muriaé)..

Segundo a Lei dos Orgânicos, todos/as os/as agricultores/as e produtores/as que queiram comercializar seus produtos orgânicos, precisam estar registrados junto ao Ministério do Abastecimento e Pecuária (MAPA) através do Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica (SisOrg). No decreto de nº 6.323 de 27 de dezembro de 2007, que regulamentou a Lei dos Orgânicos, constam as atribuições gerais da produção orgânica e o papel das certificações e, ainda, o papel das certificações participativas e é nesse ponto que essa modalidade de certificação se apresenta como uma inovação (BRASIL, 2007).

Diferentemente dos casos norte-americano e europeu de certificação orgânica, no Brasil, tanto a certificação por auditoria quanto por metodologias participativas tinham aparato legal que as resguardavam, garantindo direitos e deveres para ambos (RADOMSKY, 2009). Isso só foi possível graças às pressões e mobilizações sociais encabeçadas pelos grupos de interesse em busca do reconhecimento legal das experiências de certificação participativa, que tiveram origem no país (LUCION, 2016). Nesse sentido, a partir das mobilizações sociais, a legislação brasileira acerca da certificação participativa induziu a criação de duas importantes organizações: o Sistema Participativo de Garantia (SPG) e o Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC), este último legalmente formalizado junto aos órgãos oficiais para representar legalmente o SPG nos espaços de decisão (DE ASSIS; SABLAYROLLES, 2020).

Nos SPGs, ao invés dos auditores fiscais das empresas, quem realiza as inspeções de avaliações nas propriedades são “agricultoras/es representantes dos grupos e núcleos, além de consumidoras/es, organizações de assistência técnica, cooperativas, associações, instituições de pesquisa e ensino, entre outros membros do Sistema” (ALMEIDA, *et al.*, 2020, p. 5). Sobre isso, para De Assis e Sablayrolles (2020), além da substituição dos custos financeiros pelos custos organizativos, os SPGs possibilitam uma maior interação entre os atores envolvidos, sendo uma estratégia interessante para territórios em que há a presença e atuação de redes.

Radomsky (2015) aponta que o processo de certificação participativa colabora para uma maior organização socioeconômica dos/as agricultores/as certificados/as, refletindo na dinâmica de seus agroecossistemas. Participando dos espaços proporcionados por essa modalidade de certificação e através da integração social que ali ocorre entre vários atores, esses/as produtores/as assumem posições de controle técnico dos processos, sendo capazes de escolher e estabelecer mecanismos e práticas que os beneficiem. Aliada às práticas agroecológicas, a experiência do SPG Floriô, na Zona da Mata Mineira, tem se consolidado.

Institucionalmente falando, a construção do SPG da Zona da Mata mineira teve início a partir da aprovação de dois projetos. Um deles foi o Edital de Seleção Pública 2017 de “Redes Ecoforte de Fortalecimento e Ampliação das Redes de Agroecologia, extrativismo e Produção”, acessado pelo CTA-ZM com recursos da Fundação Banco do Brasil (FBB) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que tinha como uma das metas a construção de um SPG na Zona da Mata. O outro, em parceria com o MAPA e a Superintendência Federal de Agricultura de Minas Gerais (SFA-MG) e executado pela UFV, intitula-se “Constituição e desenvolvimento de um sistema participativo de garantia da qualidade orgânica dos produtos da agricultura familiar na Zona da Mata de Minas Gerais” (RESENDE, 2020). Como continua o autor, a execução concomitante de ambos os projetos têm possibilitado a ampliação das relações de parceria entre os atores envolvidos nos municípios, refletindo de forma positiva nas redes mais locais, fortalecendo a agroecologia na Zona da Mata e, conseqüentemente, o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica.

De acordo com Resende (2020), as ações do SPG Floriô são promovidas conjuntamente pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão em Cooperativismo, Agricultura Familiar e Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural (COOPERAR-DER/UFV), pelo Núcleo de Educação do Campo e Agroecologia (ECO-A-UFV), pelo Centro de Tecnologias Alternativas

da Zona da Mata (CTA-ZM) e por diferentes entidades parceiras na região, como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER-MG), os sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais e associações e cooperativas de agricultores e agricultoras familiares. Essas ações contam com recursos financeiros do projeto Ecoforte, da Fundação Banco do Brasil e BNDES e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Para Resende (2020) e Almeida *et al.*, (2020), a constituição de SPG é/pode ser uma importante estratégia de promoção de saúde para quem consome e de aumento da renda e maior acesso a mercados para as famílias da agricultura familiar. Ao avançar na produção de alimentos saudáveis através da certificação orgânica participativa, a Zona da Mata se reafirmou enquanto Polo de Produção Agroecológica e Orgânica. Por isso, nos últimos anos, o SPG Floriô tem sido uma das maiores “apostas” da rede agroecológica da Zona da Mata mineira na disseminação da agroecologia nos territórios e na territorialização do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica. Ou seja, através da própria territorialização do SPG Floriô, o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica também se territorializa, ao passo em que ambos podem ser entendidos como agenciamentos produzidos pela rede agroecológica e que dialogam uma com a outra.

#### **4 CONCLUSÃO**

Este estudo teve como principal objetivo apontar os principais atores sociais e seus agenciamentos envolvidos em processos de territorialização do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata Mineira a partir dos municípios de Divino, Muriaé e Viçosa. Foram utilizadas como técnicas de coleta de dados, observação participante (em eventos e atividades da rede de agroecologia da região), a análise documental (de relatórios referentes a momentos da observação participante) e entrevistas semiestruturadas com seis informantes-chave dos municípios de Divino, Muriaé e Viçosa.

Foram apontados cerca de 90 atores sociais categorizados em 8 categorias: 1) Movimentos sociais; 2) Comercialização e Economia Solidária; 3) Associações, Cooperativas e Sindicatos; 4) Comunidades e Grupos Locais; 5) Política e governança; 6) Educação, pesquisa e extensão; 7) Redes e 8) Religião e Cultura. Esses atores por sua vez estão distribuídos em 21 municípios do estado de Minas Gerais: Acaiaca, Alto Caparaó, Araponga, Coimbra, Diogo de Vasconcelos, Divino, Dom Cavati, Espera Feliz, Jequeri, Leopoldina,

Miradouro, Muriaé, Paula Cândido, Ponte Nova, Raul Soares, Rosário da Limeira, Santa Margarida, Simonésia, Viçosa e Visconde do Rio Branco.

Destes atores identificados, alguns emergem como referência em sua atuação nos territórios. A Comissão Regional de Luta e Enfrentamento à Mineração, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar Solidária (COOPAF), as feiras agroecológicas e solidárias, a Universidade Federal de Viçosa (UFV), o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) e o Sistema Participativo de Garantia (SPG) Floriô foram apontados como referência de atores/agentes do Polo a partir de seus agenciamentos no contexto do entorno da Serra do Brigadeiro, recorte geográfico desta pesquisa.

Através de assistência técnica e extensão rural (ATER), da certificação orgânica participativa, da luta contra a mineração, nos mercados alternativos, na mobilização e articulação dos movimentos sociais, na produção agrícola nos agroecossistemas pelos agricultores/as familiares, pelo fortalecimento do diálogo entre os saberes tradicionais e científicos, o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica tem se materializado na Zona da Mata Mineira. Para nós é justamente a agência desses atores sociais que materializa essa referida política pública.

Apesar de os atores sociais considerarem o Polo Agroecológico como um “lugar de preservação da vida” ou como uma ferramenta de integração das “ilhas de resistência” na Zona da Mata mineira, algumas contradições se colocam. Como construir a identidade dessa política pública com um público envolvido tão diverso e com tantas pautas mobilizadoras de reivindicações? Como fazer o Polo “chegar” para além dos atores sociais apontados aqui como referência? De que forma é possível construir uma agenda de lutas que incorpore todas as pautas e demandas dos múltiplos territórios?

Longe de buscar responder a esses questionamentos, este estudo busca fornecer alguns subsídios para próximos e necessários estudos e pesquisas. Uma vez que o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata Mineira é uma política que é instrumentalizada em rede a partir da agência cotidiana dos múltiplos atores nos territórios, faz-se necessário investigações mais aprofundadas e contínuas a fim de sanar lacunas não abarcadas por este referido estudo.

## REFERÊNCIAS

ALIMONDA, H. La colonialidad de la naturaleza. Una aproximación a la Ecología Política Latinoamericana. In: ALIMONDA, H. (Org.). **La natureza colonizada: Ecología política y minería en América Latina**. Buenos Aires: Ediciones Ciccus, 2011. p. 21–60.

ALMEIDA, A.; RESENDE, E.; MENDONÇA, M. A. F. C.; ABIGAIL, N.; MAULAZ, Y. **Certificação orgânica participativa no Polo Agroecológico da Zona da Mata mineira**. Viçosa-MG, v. 1, n. 10, fev. 2020.

ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. Agroecology: a brief account of its origins and currents of thought in Latin America. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 41, n. 3-4, p. 231-237, 2017.

ALTIERI, M. A.; TOLEDO, V. M. La revolución agroecológica de América Latina : Rescatar la naturaleza, asegurar la soberanía alimentaria y empoderar al campesino. **El Otro Derecho**, [s. l.], n. 42, p. 163–202, 2010. Disponível em: <<https://biblioteca.clacso.edu.ar/Colombia/ilsa/20130711054327/5.pdf>>. Acesso em 06 jun 2023.

ALVES, L. C. F. *et al.* **Troca de Saberes: Flores das Sombras da Agroecologia**. 1. ed. Viçosa: Editora da UFV, 2011.

ALVES, M. S.; CARNEIRO, K. G.; SOUZA, T. R.; TROCATE, C.; ZONTA, M. (orgs.). **Mineração: realidades e resistências**. 1.ed. São Paulo : Expressão popular, 2020. 448 p. Disponível em: <https://mamnacional.org.br/files/2021/02/BAIXE-O-LIVRO-EM-PDF-AQUI.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2023.

ARCE, A.; CHARÃO-MARQUES, F. Desenvolvimento, materialidades e o ator social: orientações metodológicas para aproximações territoriais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 29, n. 1, p. 40-65, 2021.

ARCE, A.; LONG, N. **Forging a new anthropology of development: common ground and contention issues**. In: BIERSCHEK, T.; BLUNDO, G.; JAFFRÉ, Y.; TIDJANI ALOU, M. (Eds.). *La rigueur et l'engagement. Essais autour de l'oeuvre de Jean-Pierre Olivier de Sardan*. Paris: Khartala, 2007. p.101-127.

BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira/decurent impacts of the agriculture modernization in brazil. **Revista Campo-Território**, v. 1, n. 2, 2006.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS II, J. R.; MONTE, L. Paisagens rurais-desenvolvimento e desenho a partir da decolonialidade. *Odeere*, v. 5, n. 10, p. 239-256, 2020.

BERG, L. V. D. **Building movements for transformation: defending and advancing agroecology in Brazil**. 2020. Tese de Doutorado. Wageningen University and Research.

BONFIM, V. R. **Conflitos, participação e lições aprendidas no processo de criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), MG**. Tese (Doutorado em Ciências Florestais). Universidade Federal de Viçosa – UFV. Viçosa, 2006. 183f.

BRASIL. **Decreto n. 6.323, de 27 de dezembro de 2007**. Regulamenta a Lei n. 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre agricultura orgânica, e dá outras providências. Diário oficial da União, Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/>.

BRASIL. Decreto nº 7.794 de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. **Diário Oficial**, Brasília, p. 4, 21 ago. 2012.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola. Diário Oficial da União, Brasília, 17 jun. 2009. Seção 1, p. 2.

BRIZOLA, J; FANTIN, N. Revisão da literatura e revisão sistemática da literatura. **Revista de Educação do Vale do Arinos-RELVA**, v. 3, n. 2, 2016.

CAMPOS, A.P.T. **Redes sociais, organizações e políticas públicas: interfaces na agricultura do município de Araponga, zona da mata de Minas Gerais**. Tese de Doutorado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, 2014.

CARDOSO JR, J. C. Desmonte do Estado no governo Bolsonaro: menos república, menos democracia e menos desenvolvimento. **Brasil: incertezas e submissão**. São Paulo: **Fundação Perseu Abramo**, p. 151-169, 2019.

CARDOSO, I. M. *et al.* Grupo de Agricultura Orgânica e Agroecologia, Espaço de Formação e Experiência em Agroecologia em Viçosa. In: **VI Congresso Brasileiro e II Congresso Latino americano de Agroecologia**, 2009, Curitiba. *Revista Brasileira de Agroecologia*, 2009.

CARDOSO, I. M.; *et al.*, Grupo de Agricultura Orgânica e Agroecologia, Espaço de Formação e Experiência em Agroecologia em Viçosa. In: VI Congresso Brasileiro e II Congresso Latino americano de Agroecologia, Curitiba-PR. **Revista Brasileira de Agroecologia**, 2009.

CARDOSO, I. M.; FERRARI, E. A. Construindo o conhecimento agroecológico: trajetória de interação entre ONG, universidade e organizações de agricultores. **Revista Agriculturas**, v. 3, n. 4, p. 28–32, 2006.

CASTRO, I. E. de. O problema da escala. In: CASTRO; I. E. de; GOMES, P. C. da C; CORRÊA, R. L. (Orgs). **Geografia: conceitos e temas**. 8ªEd, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 117-140.

CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA (CTA-ZM). **Território da Serra do Brigadeiro - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS)**. Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata e Ministério do Desenvolvimento Agrário. Território da Serra do Brigadeiro, julho de 2005.

CHARÃO-MARQUES, F; SCHMITT, C. J.; OLIVEIRA, D. Agências e associações nas redes de agroecologia: práticas e dinâmicas de interação na serra gaúcha e na zona da mata mineira. Século XXI, **Revista de Ciências Sociais**, v.7, no 1, p.15-42, jan./jun. 2017.

COMERFORD, J. C. **Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural**, Rio de Janeiro: Relume Dumará : Núcleo de Antropologia da Política, 202p., 2003.

COUPE, S.; LEWINS, R. **Negotiating the seed treaty**. Reino Unido: Rugby, UK: Practical Action, 2007. Disponível em: <<http://practicalactionpublishing.org/?id=negotiatingseed>>. Acesso em: 28 jun 2022.

DA COSTA, M. B. B. **Agroecologia no Brasil: história, princípios e práticas**. Expressão Popular, 2017.

DE ASSIS, W. S.; SABLAYROLLES, P. J. L.; A Certificação Participativa de Orgânicos como Tecnologia Social: Estudo de caso da Cooperativa D'Irituia. **Desenvolvimento Rural Interdisciplinar**, Porto Alegre - RS, v. 3, n. 1, mai-nov. 2020. ISSN 2595-9387.

DEMATTEIS, G. Sistema local territorial (SLOT): um instrumento para representar, ler e transformar o território. In: ALVES, Adilson Francelino; CARRIJO, Beatriz Rodrigues; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa. (orgs.). **Desenvolvimento Territorial e Agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

DEMATTEIS, G; GOVERNA, F. Territorio y Territorialidad en el Desarrollo Local: la contribución del modelo SLOT. **Boletín de la A.G.E.** n.º 39, 2005. p. 31-58.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

EDUARDO, M. F. Agroecologia e o processo de ativação de territorialidades camponesas/Agroecology and the activation of peasant territorialities. **Revista Nera**, n. 31, p. 143-165, 2016.

EDUARDO, M. F. **Transformando Terra em Território**: construção e dinâmica do Sistema Local Territorial Agroecológico em Francisco Beltrão/PR. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”: Presidente Prudente, 2014.

ESCOBAR, A. **La invención del tercer mundo. Construcción y deconstrucción del desarrollo.** Traducción de Diana Ochoa. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana, 2008.

ESCOBAR, A. Territorios de diferencia: la ontología política de los "derechos al territorio". **Cuadernos de antropología social**, n. 41, p. 25-38, 2015.

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. Second International Symposium on Agroecology. **Scaling up agroecology to achieve the sustainable development goals (SDGs).** 2018c. Disponível em: <http://www.fao.org/about/meetings/second-internationalagroecology-symposium/en/>. Acesso em 28 jun 2022.

FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza.** Editora Record, 2005.

FREITAS, A. F. **Dinâmicas sociais e desenvolvimento territorial no território Serra do Brigadeiro: atores, redes e instituições.** Tese (Doutorado em Administração) - Centro de Pós-graduação e Pesquisas em Administração (Cepead) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte (MG), 2015.

GAZOLLA, M; SCHNEIDER, S. **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar.** 2017.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade.** 2. ed. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GLIESSMAN, S. R. Agroecologia. **Processos ecológicos em agricultura sustentável.** Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000. 637p.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade.** 6o Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HALISKI, A.M; LOPES, K.C.A; LOPES, P.P.R; PADILHA, R.F.S.J. **Saber e fazer agroecológico.** Curitiba. 2021.

HECHT, S. B. A evolução do pensamento agroecológico. In: ALTIERI, Miguel A. **As bases científicas da Agricultura Alternativa.** 2. ed. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989, p. 25-41.

HEINEMANN, J.A. **A typology of the effects of (trans)gene flow on the conservation and sustainable use of genetic resources.** Rome: FAO, 2007.

HOLLOWAY, J. **Fissurar o Capitalismo.** Trad. Daniel Cunha. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

HORRIGAN, L.; LAWRENCE, R.S.; WALKER, P. How sustainable agriculture can address the environmental and human health harms of industrial agriculture. **Environmental Health Perspectives**, Baltimore, v. 110, n. 5, p. 445-456, 2002.

IAASTD (International Assessment of Agricultural Knowledge, Science and Technology for Development). **Agriculture at a cross-roads: global report**. B.D. MacIntyre, H.R. Herren, J. Wakhungu, R.T. Watson, eds. Washington, DC, Island Press. 2009.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico 2010 – Características Gerais da População**. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao.html>. Acesso em 20 de nov. de 2023.

IORIO, G. S.; MAGNO, L. O território corporativo da mineração na Serra do Brigadeiro, Minas Gerais. **Revista Sapiência: Sociedades, Saberes e Práticas Educacionais**, ISSN, p. 2238-3565, 2019.

IPES-Food. From university to diversity. A paradigm shift from industrial agriculture to diversified agroecological systems. **International Panel of Experts on Sustainable Food Systems**. 2016. Disponível em: [http://www.ipes-food.org/images/Reports/UniformityToDiversity\\_FullReport.pdf](http://www.ipes-food.org/images/Reports/UniformityToDiversity_FullReport.pdf). Acesso em 28 jun. 2022.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LANDER, E. Eurocentrismo, saberes modernos y naturalización del orden global del capital. In: DUBE, Saurabh et al. (coord.). **Modernidades coloniales: otros pasados, historias presentes**. México: El Colegio de México, Centro de Estudios de Asia y África, 2004, p. 206.

LEFF, E. **Saber Ambiental: sustentabilidad, racionalidad, complejidad, poder**. 3. ed. United Nations Environment Programme, Universidad Nacional Autónoma de México, PEM UMA, 2002.

LIMA, F. A. X. *et al.* Agroecologia e a multifuncionalidade da agricultura: análise de experiências no estado de Pernambuco. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 6, n. 1/2, p. 43-53, jan./nov., 2013.

LONG, N. **Development Sociology: actor perspectives**. Londres: Routledge, 2001.

LUCION, J. M. R. **A gramática por trás do selo: agroecologia e processos de certificação participativos**. Santa Maria, RS. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, 189p. 2016.

MAGNANI, J. G. C. O velho e bom caderno de campo. **Revista Sexta-Feira**, v. 1, n. 1, p. 8-12, 1997.

MAGNO, L. **Espacialidade e identidade política dos atingidos por mineração no Brasil: teorias, escalas e estratégias.** Tese (Doutorado em Geografia). Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/186603>. Acessado em: 15 set. 2022.

MAGNO, L.; SIQUEIRA, L.; DELESPOSTE, A. G. Mineração? Aqui não!": a construção da resistência à mineração de bauxita na Serra do Brigadeiro, Minas Gerais. **Anais do VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária**, Curitiba-PR, 2017.

MALERBA, J.; WANDERLEY, L. J.; COELHO, T. P. **Territórios livres de mineração: construindo alternativas ao extrativismo.** Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à mineração (Observatório dos Conflitos de Mineração no Brasil). 1 ed. Brasília, DF, 2022.

MALERBA, J.; WANDERLEY, L. J.; COELHO, T. P. **Territórios livres de mineração: construindo alternativas ao extrativismo.** Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à mineração (Observatório dos Conflitos de Mineração no Brasil). 1 ed. Brasília, DF, 2022.

MARIETTO, M. L. Observação participante e não participante: contextualização teórica e sugestão de roteiro para aplicação dos métodos. **Revista Ibero Americana de Estratégia**, v. 17, n. 4, p. 05-18, 2018.

MATTA, G.C., REGO, S., SOUTO, E.P., and SEGATA, J., eds. *Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia* [online]. Rio de Janeiro: **Observatório Covid-19**; Editora FIOCRUZ, 2021, 221 p.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **Histórias das agriculturas no mundo. Do neolítico à crise contemporânea.** Universidad Estatal Paulista (UNESP), 2010.

MENTEN, J.O. **Liderança em tecnologia fitossanitária.** Agroanalysis, Rio de Janeiro, v. 29, n. 4, 2009.

MINAS GERAIS. Lei Nº 21.146, de 14 de janeiro de 2014. **Institui o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica na região da Zona da Mata.** Belo Horizonte, MG: Diário Oficial de Minas Gerais, 2018.

MINAS GERAIS. Lei Nº 23.207, de 27 de dezembro de 2018. **Institui o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica na região da Zona da Mata.** Belo Horizonte, MG: Diário Oficial de Minas Gerais, 2018.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Editora Vozes Limitada, 2011.

NETTO, C. P. **A governança agroecológica e o papel do Estado: estudo de caso do Polo Agroecológico da Zona da Mata no Brasil.** Mémoire de MASTER 2 (Études européennes

et internationales). Université Paul Valéry - Montpellier III UFR des Sciences Humaines et des Sciences de l'Environnement. 2021. 118f.

NEVES, D. P. **Agricultura familiar: quantos ancoradouros!** In: FERNANDES, Bernardo M.; MARQUES, Marta I.M.; SUZUKI, Julio C. (Org.). Geografia agrária: teoria e poder. São Paulo (SP): Expressão Popular, 2007, p.211-270.

OLDEMAN, L.R. The global extent of soil degradation. In: GREELAND, D. J.; SZALBOLCS, I. (Ed.). **Soil resilience and sustainable land use**. Wallingford: CAB International, 1994. p. 99-118.

OLIVEIRA, L. A. D. *et al.* Educação do campo e agroecologia ECOAm na zona da mata mineira. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, n. 1, 2018.

PAULA, S. R. *et al.* A inserção da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar: **impactos na renda e na atividade produtiva**. 2023.

PÉREZ, M. S. **R-existências dos camponeses/as do que hoje é Suape: justiça territorial, pós-desenvolvimento e descolonialidade pela vida**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Recife-PE, 2016. 253f.

PEREZ-CASSARINO, J. **A construção social de mecanismos alternativos de mercados no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia**. 2012. 450f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, 2012.

PETERSEN, P. F.; VON DER WEID, J. M.; FERNANDES, G. B. Agroecologia: reconciliando agricultura e natureza. **Informe Agropecuário**. Belo Horizonte, v. 30, n. 252, p. 07-15, 2009.

PIMENTEL, D. Water resources: agriculture, the environment and society. **BioScience**, v.47, n.2, 1997.

PINTO, J. R. S.; MIGNOLO, W. D. A modernidade é de fato universal? Reemergência, desocidentalização e opção decolonial. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 15, p. 381-402, 2015.

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e Impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Editora da UFRGS, 2008. 372p.

PLOEG, J. D.V. D. Dez qualidades da agricultura familiar. **Revista Agriculturas**, n. 1, 2014.

POLANYI, K. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PORTO-GONÇALVES, C. W.. **Geografia da Riqueza, Fome e Meio Ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais**. In:

OLIVEIRA, Ariovaldo U.; MARQUES, Marta I. (orgs). O Campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Ed. Casa Amarela e Ed. Paz e Terra, 2004. p. 207-254.

RADOMSKY, G. **Certificação participativa e regimes de propriedade intelectual**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (Tese de doutorado). Porto Alegre, 2009.

RADOMSKY, G. F. W. Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento: a crítica da modernidade e a emergência de "modernidades" alternativas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, p. 149-162, 2011.

RADOMSKY, G. F. W. **O poder do selo: imaginários ecológicos, formas de certificação e regimes de propriedade intelectual no sistema agroalimentar**. Porto Alegre: UFRGS; 2015.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, M. F. **O papel do movimento estudantil na Universidade Federal de Viçosa**. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Viçosa – UFV. Viçosa, 2014.

RATZEL, F. Las leyes del crecimiento espacial de los Estados. Una contribución a la Geografía Política científica. **Geopolítica (s)**, v. 2, n. 1, p. 135, 2011.

RESENDE, E. M. de Sá. **A construção social de Redes Agroalimentares Agroecológicas**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa – UFV. Viçosa, 2020.

RODY, T. (Org). **Ações de fortalecimento da agricultura familiar e agroecologia: PAA-UFV 2020 portfólio**. Viçosa-MG, Editora Asa Pequena, 2021.

ROSA, M. V. F. P. de; ARNOLDI, M. A. G. C. **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para validação dos resultados**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 112 p.

ROSSET, P. M. *et al.* Critical Latin American agroecology as a regionalism from below. **Globalizations**, v. 19, n. 4, p. 635-652, 2022.

ROSSET, P. M. *et al.* Pensamiento Latinoamericano Agroecológico: the emergence of a critical Latin American agroecology?. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 45, n. 1, p. 42-64, 2021.

ROSSET, P.; ALTIERI, M. **Agroecologia: Ciencia y política**. La Paz, Bolívia: Icaria Editorial, 2017.

SALDANHA, J. C.; ANTONGIOVANNI, L.; SCARIM, P. C. Diálogos entre a multifuncionalidade da agricultura familiar e os projetos coletivos de educação do campo e da agroecologia no Norte do Espírito Santo. In: CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. (Org). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SCANTIMBURGO, André. O desmonte da agenda ambiental no governo Bolsonaro. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 52, 2018.

SCHMITT, C. J. **Agroecologia, políticas públicas e transições sociotécnicas: ampliação de escala de redes territoriais voltadas à promoção de uma agricultura de base ecológica**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2016.

SEVILLA GUSMÁN, E. **Canales cortos de comercialización alimentaria en Andalucía**. Andalucía: Centro de Estudios Andaluces, Consejería de la Presidencia e Igualdad, 164p, 2012.

SILVA, C. H. **Conflitos ambientais no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB): Agricultura Familiar e Mineração de Bauxita no município de Miradouro-MG**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa – UFV. Viçosa, 2012.

SILVA, M. G. Gênese do Movimento Agroecológico: Processos Educativos e a Formação das Matrizes Ético-Políticas e Técnico-Produtivas. **Brazilian Journal of Agroecology and Sustainability**, v. 4, n. 1, 2022.

SILVEIRA, P. S. da; RAMOS, M. F. Memórias do movimento estudantil-agroecológico da UFV. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, n. 1, 2018.

SVAMPA, M. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. Editora Elefante, 2020.

TARDIN, J. M. Cultura camponesa. In: CALDART, R. S. *et al.* (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2012.

TARDIN, J. M; GUHUR, D. M. P. Agroecologia: uma contribuição camponesa à emancipação humana e à restauração revolucionária da relação metabólica sociedade-natureza. In: MOLINA, M. C. *et al.* **Análise de práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais de Ciências Agrárias: Reflexões sobre o programa Residência Agrária**. v. 2. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2017, p. 44-99.

TITTONELL, P. *et al.* Emerging responses to the COVID-19 crisis from family farming and the agroecology movement in Latin America—A rediscovery of food, farmers and collective action. **Agricultural Systems**, v. 190, p. 103098, 2021.

WEZEL, A. *et al.* Agroecological principles and elements and their implications for transitioning to sustainable food systems. A review. **Agronomy for Sustainable Development**, v. 40, n. 6, p. 1-13, 2020.

WEZEL, A. *et al.* Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. **Agronomy for sustainable development**, v. 29, n. 4, p. 503-515, 2009.

ZANELLI, F. V. **Educação do Campo e Territorialização de Saberes: Contribuições dos Intercâmbios Agroecológicos**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Viçosa – UFV. Viçosa, 2015. 156f.

## **CAPÍTULO 4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo teve como principais objetivos: i) identificar e localizar atores sociais envolvidos em processos de territorialização do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata Mineira a partir dos municípios de Divino, Muriaé e Viçosa e ii) apontar os principais atores sociais e seus agenciamentos. Foram utilizadas como técnicas de coleta de dados a revisão de literatura, a pesquisa documental, a observação participante em eventos e atividades da rede de agroecologia da região e entrevistas semiestruturadas com informantes-chave dos municípios citados.

Foram apontados cerca de 90 atores sociais categorizados em 8 categorias: 1) Movimentos sociais; 2) Comercialização e Economia Solidária; 3) Associações, Cooperativas e Sindicatos; 4) Comunidades e Grupos Locais; 5) Política e governança; 6) Educação, pesquisa e extensão; 7) Redes e 8) Religião e Cultura. Esses atores por sua vez estão distribuídos em 21 municípios do estado de Minas Gerais: Acaiaca, Alto Caparaó, Araponga, Coimbra, Diogo de Vasconcelos, Divino, Dom Cavati, Espera Feliz, Jequeri, Leopoldina, Miradouro, Muriaé, Paula Cândido, Ponte Nova, Raul Soares, Rosário da Limeira, Santa Margarida, Simonésia, Viçosa e Visconde do Rio Branco.

Dos 21 municípios, 19 estão localizados na mesorregião da Zona da Mata, outros dois estão situados cada um em outras mesorregiões. Foi observado que apesar do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica abranger, legalmente, apenas a região da Zona da Mata Mineira, ele extrapola seus limites, atuando e exercendo influência sobre outros territórios do estado. Isso pode nos indicar elementos sobre a capacidade de agência, articulação e mobilização desses atores, uma vez que estes estão inseridos em outros contextos locais, que por sua vez podem refletir nos processos de territorialização do Polo na Zona da Mata e no estado de Minas Gerais.

Destes atores identificados, alguns emergem como referência em sua atuação nos territórios. A Comissão Regional de Luta e Enfrentamento à Mineração, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar Solidária (COOPAF), as feiras agroecológicas e solidárias, a Universidade Federal de Viçosa (UFV), o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) e o Sistema Participativo de Garantia (SPG) Floriô foram apontados como referência de atores/agentes do Polo a partir de seus

agenciamentos no contexto do entorno da Serra do Brigadeiro, recorte geográfico desta pesquisa.

Através de assistência técnica e extensão rural (ATER), da certificação orgânica participativa, da luta contra a mineração, nos mercados alternativos, na mobilização e articulação dos movimentos sociais, na produção agrícola nos agroecossistemas pelos agricultores/as familiares, pelo fortalecimento do diálogo entre os saberes tradicionais e científicos, o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica tem se materializado na Zona da Mata Mineira. Para nós é justamente a agência desses atores sociais que materializa essa referida política pública.

Foi observado também uma concentração de atores sociais e agências no município de Viçosa, corroborando com algumas percepções adquiridas durante a observação participante e a revisão de literatura. Nossa hipótese, baseada na coleta e análise dos dados desta pesquisa, é que a UFV e o CTA-ZM são atores centrais nesse município, pela sua atuação de décadas em Viçosa, sua capacidade de aglutinar outros autores e agências (estudantes, professores/as, grupos de ensino, pesquisa e extensão, teses, dissertações, artigos científicos, etc). Enquanto o município de Viçosa sozinho possui uma expressiva concentração de atores, outros municípios enfrentam realidades diferentes e diversas. Apesar disso, a construção do Polo se dá de forma descentralizada e sem um ator social atuando como “coordenador”.

Apesar de os atores sociais considerarem o Polo Agroecológico como um “lugar de preservação da vida” ou como uma ferramenta de integração das “ilhas de resistência” na Zona da Mata mineira, algumas contradições se colocam. Como construir a identidade dessa política pública com um público envolvido tão diverso e com tantas pautas mobilizadoras de reivindicações? Como fazer o Polo “chegar” para além dos atores sociais apontados aqui como referência? De que forma é possível construir uma agenda de lutas que incorpore todas as pautas e demandas dos múltiplos territórios? Como dinamizar a construção do Polo para além do eixo Viçosa-UFV-CTA? Esse já é um questionamento que vem sendo discutido coletivamente, como visto em observações participantes. No entanto, que estratégias mobilizar? Como proceder a essa adversidade na construção do Polo? De que forma podemos/conseguimos aproveitar ao máximo as capacidades de agências desses atores sociais em seus territórios?

Longe de buscar responder a esses questionamentos, este estudo procura fornecer alguns subsídios para próximos e necessários estudos e pesquisas. Uma vez que o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata Mineira se coloca como uma política que é instrumentalizada e materializada em rede a partir da agência cotidiana dos múltiplos atores nos territórios, faz-se necessário investigações mais aprofundadas e contínuas a fim de sanar lacunas não abarcadas por este referido estudo.

## **ANEXO A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA**

### **“Lutas e território-rede: o Pólo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata de Minas Gerais”**

O presente roteiro aponta quais serão os pontos abordados nas entrevistas semi-estruturadas com os atores-chave que atuam na construção e acompanhamento do Pólo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata Mineira. As áreas estão relacionadas com aspectos sociais, ambientais, econômicos, políticos, culturais e ecológicos da vida dos entrevistados(as) em seus respectivos territórios, abordando suas vivências no contexto do Pólo. O projeto de pesquisa, intitulado “Lutas e território-rede: Polo Agroecológico e de Produção Orgânica na Zona da Mata de Minas Gerais” foi apreciado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFV com o parecer 6.055.077.

#### **PERGUNTAS ORIENTADORAS**

1. Apresentação do/a entrevistado/a;
2. O que você entende por território? Descreva um pouco o seu território. Onde ele começa e onde ele termina? O que tem nesse território e quem faz parte dele?
3. Como é sua atuação nesse território? Faz parte de algum movimento/entidade/organização? Quais? E como é essa participação?
4. Você se entende como parte do movimento agroecológico da Zona da Mata mineira? Se sim, conte um pouco sobre essa sua interação.
5. O que é o Polo agroecológico para você? Você acha ele importante para seu território, como?
6. Você participa das movimentações populares envolvendo o Polo? Quais? Esses movimentos existiam antes da Lei do Polo? O que mudou? Qual a importância e contribuição do movimento para o Polo? E o contrário? Qual a importância do Polo para o movimento?
7. O que você acha que é o Polo hoje? O que acha que ele poderia ser amanhã?
8. Para você, quais são as atribuições do Polo?
9. Você acha que o Polo contribui ou pode contribuir no enfrentamento às ameaças vivenciadas na região da Zona da Mata? Como?